



**Universidade Federal do Pará
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares
Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa Amazônia Oriental
Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas
Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável**

Antonio Eduardo Gomes Monteiro

Dinâmicas Territoriais no Nordeste do Estado do Pará

**Belém
2020**

Antonio Eduardo Gomes Monteiro

Dinâmicas Territoriais no Nordeste do Estado do Pará

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós- Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Marc Piraux

Co-orientador: Prof. Dr. William Santos de Assis

**Belém
2020**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M772d Monteiro, Antonio Eduardo Gomes.
Dinâmicas Territoriais no Nordeste do Estado do Pará / Antonio
Eduardo Gomes Monteiro. — 2020.
154 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Marc Piraux
Coorientador(a): Prof. Dr. William Santos de Assis
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Programa de Pós-
Graduação em Agriculturas Amazônicas, Belém, 2020.

1. Território Zoneamento Participativo por Atores Chaves..
2. Dinâmicas Territoriais;. 3. Zoneamento Participativo por
Atores Chaves. I. Título.

CDD 910.1333

Antonio Eduardo Gomes Monteiro

Dinâmicas Territoriais no Nordeste do Estado do Pará

Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável. Programa de Pós- Graduação em Agriculturas Amazônicas, Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares, Universidade Federal do Pará, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental.

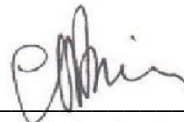
Área de concentração: Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Marc Piraux

Co-orientador: Prof. Dr. William Santos de Assis

Data de aprovação: Belém (PA) 29/08/2020

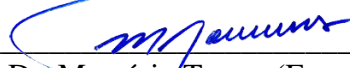
Banca Examinadora



Prof. Dr. Marc Piraux (Orientador)
(INEAF/UFPA)



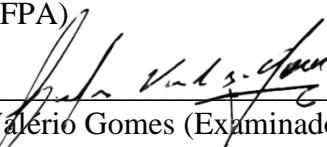
Prof. Dr. William Santos de Assis (Co-orientador)
(INEAF/UFPA)



Prof. Dr. Maurício Torres (Examinador interno)
(INEAF/UFPA)



Prof. Dr. Gilberto Rocha (Examinador externo)
(NUMA/UFPA)



Prof. Dr. Valério Gomes (Examinador suplente)
(INEAF/UFPA)

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará.

Aos Professores do Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável do INEAF que atuam para que nós, alunos, possamos desenvolver da melhor forma nossas pesquisas.

Ao Professor Marc Piraux pela orientação, conhecimento transmitido, pela crítica e confiança em mim depositada durante o percurso de construção deste trabalho.

Ao Professor William de Assis pela co-orientação e pelo incentivo dado durante grande parte da minha trajetória acadêmica.

Aos meus colegas do mestrado, com os quais vivenciei momentos memoráveis, pela amizade e pela troca durante as disciplinas.

Aos meus pais Jorge e Nete, pelo incentivo e amor incondicionais, por me ensinarem a caminhar e assim poder seguir meus próprios passos. Ao meu irmão George que me transmite muita paz quando estamos juntos.

À minha companheira de vida Joelma Kláudia, pelo amor compartilhado, por escutar minhas angústias nos momentos mais difíceis, pela companhia nos trabalhos de campo e pelo incentivo nessa minha trajetória.

Ao meu avô Sebastião Gomes (Babá) por acompanhar meus passos desde a infância e minhas vitórias até os dias de hoje.

À minha tia Iranete pelo apoio e amor compartilhado, à minha avó Maria Lúcia e ao Vinicius por fazerem parte da minha vida.

À Érica, nova amiga que apareceu em nossas vidas como um anjo. Sem sua ajuda o caminho seria bem mais árduo.

Ao Joel e o Vito, que me enchem de alegria e amizade sempre que estamos juntos.

A todas as pessoas que participaram direta ou indiretamente dessa pesquisa, em especial aos atores chaves que compartilharam seus conhecimentos sobre os territórios.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi identificar e compreender as dinâmicas territoriais de dois territórios dados do nordeste do estado do Pará. O presente trabalho apresenta os principais fatores que determinam as dinâmicas espaciais a partir do sistema de dinâmicas territoriais. Os recortes da pesquisa são os Territórios Nordeste I e Salgado, que estão localizados na região litorânea do nordeste paraense que se caracteriza como a mais antiga fronteira de colonização do Estado. A metodologia de zoneamento participativo por atores chaves foi aporte necessário de informações, que resultou na tipologia das dinâmicas espaciais. A pesquisa permitiu criar modelos específicos de cada território, o que possibilita a análise comparativa das dinâmicas territoriais, assim como tirar ensinamentos sobre as políticas públicas e as perspectivas dos atores sociais nos territórios dados.

Palavras-chave: Território. Dinâmicas Territoriais. Zoneamento Participativo por Atores Chaves.

ABSTRACT

The aim of this research was to identify and understand the territorial dynamics of two Given Territories in the northeast region of Pará State. The present work presents the main factors that determine the spatial dynamics from the territorial dynamics system. The research clippings are the Nordeste I territory and the Salgado territory, which are located in the coastal region of northeastern Pará, characterized as the oldest frontier of colonization in the State. The perception-based regional map-making methodology was a necessary source of information that resulted in the typology of the spatial dynamics. The research enabled the creation of specific models for each territory, which allows for a comparative analysis of territorial dynamics, as well as to learn about public policies and the perspectives of social actors in the given territories.

Keywords: Territory. Territorial Dynamics. Perception-based Regional Map-making Methodology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Modelo de representação das dinâmicas territoriais	23
Mapa 1 – Localização do TN1 no estado do Pará	25
Mapa 2 – Localização do Território do Salgado no estado do Pará	26
Quadro 1 – Elementos concisos da metodologia ZADA.....	28
Fotografia 1 – Entrevista com assistente técnico da Emater do município de Igarapé-Açú. ...	29
Fotografia 2 – Entrevista com agricultores do município de Viseu	29
Mapa 3 – Zoneamento das dinâmicas territoriais do território Nordeste Paraense	31
Figura 2 – Esquema de análise das dinâmicas de sistemas territoriais.....	35
Figura 3 – Evolução da construção da EFB e das colônias agrícolas (1875 – 1914).....	43
Figura 4 – Período-chave da trajetória do TN1 (1914).	47
Figura 5 – Período-chave da trajetória do TN1 (1965).	48
Figura 6 – Período-chave da trajetória do TN1 (2014)	49
Mapa 4 – Território Nordeste 1	50
Mapa 5 – Influência das cidades do TN1 em relação ao centro sub-regional e a metrópole ...	52
Mapa 6 – Densidade populacional e rede de fluxos no TN1.....	54
Mapa 7 – População rural e urbana do Território Nordeste I.....	55
Gráfico 1 – Número de estabelecimentos rurais por município no TN1.....	56
Mapa 8 – Número de minifúndios de até 2 hectares em cada município do TN1 (2017).....	57
Mapa 9 – Tipologia segundo o número de tipo de estabelecimento no TN1 (2017)	59
Figura 7 – Produto Interno Bruto total e por setor em cada município do TN1.....	61
Figura 8 – Empregos formais total e por setor em cada município do TN1.....	62
Mapa 10 – Uso e cobertura do solo no TN1	63
Gráfico 2 – Porcentagem do uso da terra por classes no território Nordeste I.....	65
Gráfico 3 – Cadastro Ambiental Rural (área cadastrável e cadastrada).....	67
Gráfico 4 – CAR (área cadastrável e cadastrada) sem os municípios de Bragança e Viseu	68
Mapa 11 – Ordenamento territorial do TN1	69
Mapa 12 – Tipologia do zoneamento participativo por atores chaves do TN1	70
Figura 9 – Simplificação e modelização da forma do TN1	76
Figura 10 – Modelo elementares que compõem o modelização específica do TN1	77
Figura 11 – Modelização das dinâmicas de sistemas territoriais do TN1	78
Figura 12 – Período-chave da trajetória do Salgado (1914).....	84
Figura 13 – Período-chave da trajetória do Salgado (1965).....	85

Figura 14 – Período-chave da trajetória do Salgado (2014).....	85
Mapa 13 – Território do Salgado.....	87
Mapa 14 – Influência das cidades do TS em relação ao centro local, centro sub-regional A e à metrópole.....	88
Mapa 15 – Densidade populacional e rede de fluxos do TS	90
Mapa 16 – População rural e urbana do território do Salgado	91
Gráfico 5 – Número de estabelecimentos rurais por município no TS	92
Mapa 17 – Número de minifúndios de até 2 hectares em cada município do TS (2017).....	93
Mapa 18 – Tipologia segundo o número de tipo de estabelecimento no TS (2017).....	95
Figura 15 – Produto Interno Bruto total e por setor em cada município do TS	97
Figura 16 – Empregos formais total e por setor em cada município do TS	98
Mapa 19 – Uso e cobertura do solo no TS	99
Gráfico 6 – Porcentagem do uso da terra por classes no território do Salgado.....	101
Gráfico 7 – Cadastro Ambiental Rural (CAR), área cadastrável e área cadastrada	102
Mapa 20 – Ordenamento territorial do TS.....	104
Gráfico 8 – Acesso ao Pronaf.....	105
Mapa 21 – Tipologia do zoneamento participativo por atores chaves (ZADA) no TS.....	106
Figura 17 – Simplificação e modelização da forma do TS	112
Figura 18 – Modelos elementares que compõem a modelização específica do TS	113
Figura 19 – Modelização das dinâmicas de sistemas territoriais do TS.....	114
Figura 20 – Hierarquia Urbana dos territórios dados	120
Figura 21 – Uma modelização comparativa entre o TS e o TN1	121

LISTA DE TABELAS

TABELA 1. Aspectos populacionais do território Nordeste I no estado do Pará	53
TABELA 2. PIB municipal por setor no Território Nordeste I.....	60
TABELA 3. Uso da terra por município no território Nordeste I em 2014, em Km ²	64
TABELA 4. Aspectos populacionais do território do Salgado no estado do Pará	89
TABELA 5. PIB municipal por setor no território do Salgado	96
TABELA 6. Uso da terra por município no território do Salgado em 2014, em km ²	100

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Área de Proteção Ambiental
BC	Base Cartográfica
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração Mineral
CODETER	Colegiado de Desenvolvimento Territorial
DTR	Programa Dinâmica Territorial Rural
EFB	Estrada de Ferro Belém-Bragança
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terras
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PMV	Programa Municípios Verdes
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
REM	Reserva Extrativista Marinha
SAD	South American Datum
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEMAS	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade
SIRGAS	Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas
SPVEA	Plano de Valorização Econômica da Amazônia
TN1	Território Nordeste I
TQ	Território Quilombola
TS	Território do Salgado
UC	Unidade de Conservação
UEH	Unidade Espacial Homogênea
ZADA	Zoneamento participativo por atores chaves

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	REFERENCIAL TEÓRICO	17
2.1	Em Relação ao Território	17
2.2	Em Relação às Dinâmicas Territoriais	20
3	METODOLOGIA	24
3.1	Primeira caracterização dos Territórios Nordeste I (TN1) e Salgado no Nordeste Paraense	24
3.1.1	Território dado Nordeste I	25
3.1.2	Território dado do Salgado	26
3.2	Zoneamento Participativo por Atores Chaves (ZADA)	26
3.3	Produção cartográfica	32
3.4	Modelização gráfica	33
3.5	Quadro conceitual para a análise das dinâmicas territoriais	34
3.5.1	Sistema de Atores	36
3.5.2	Sistema de Atividades.....	37
3.5.3	Sistema de Recursos	38
3.5.4	Políticas Públicas e Governança	39
3.5.5	Trajectoria dos territórios	40
4	TRAJETÓRIA DOS TERRITÓRIOS N1 E TS	41
4.1	Contexto histórico da trajetória dos territórios dados	41
5	RESULTADOS - TERRITÓRIO NORDESTE I	46
5.2	Trajectoria específica do Território Nordeste 1	46
5.3	A Caracterização da diversidade do TN1	49
5.3.1	Localização e tamanho dos municípios do TN1	50
5.3.2	Aspectos econômicos e o peso do rural e urbano	52

5.3.3	Estrutura de acesso aos recursos naturais: Uso e apropriação da terra.....	62
5.3.4	Políticas Públicas	65
5.4	Zoneamento Participativo por Atores Chaves (ZADA) e tipologia espacial das dinâmicas territoriais	70
5.5	Modelização e análise das determinantes do sistema de dinâmicas territoriais no território Nordeste I	76
6	RESULTADOS - TERRITÓRIO DO SALGADO.....	83
6.1	Trajetória específica do Território do Salgado.....	83
6.2	A caracterização da diversidade do TS	86
6.2.1	Localização e tamanho dos municípios	86
6.2.2	Aspectos econômicos e o peso do rural e urbano	88
6.2.3	Estrutura de acesso aos recursos naturais: uso e apropriação da terra.....	99
6.2.4	Políticas Públicas	102
6.3	Zoneamento Participativo por Atores Chaves (ZADA) e tipologia espacial das dinâmicas territoriais do Salgado.....	106
6.4	Modelização e análise das determinantes do sistema de dinâmicas territoriais no território do Salgado	112
7	UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS TERRITÓRIOS DO NORDESTE PARAENSE.....	119
7.1	Grandes dinâmicas, semelhanças, diferenças e perspectivas.....	119
8	CONCLUSÕES	126
	REFERÊNCIAS	130
	ANEXOS	135
	APÊNDICES.....	136

1 INTRODUÇÃO

A Amazônia como conceito (MOREIRA, 1960), e como portadora de dimensões variadas (GUERRA, 2015), exige um olhar cuidadoso que compreenda a complexidade de sua pluralidade, pois não é uma realidade única (POLGE et al. 2015). As marcas históricas podem ser percebidas por meio da organização regional, dos períodos em que ocorreram as mudanças estruturais (BECKER, 2006) e dos padrões de ocupação do território (GONÇALVES, 2012).

Na Amazônia Oriental, em particular, a partir de meados do séc. XX as mudanças ocorreram com maior intensidade por forte atuação do Estado. Diversos estudos foram realizados para entender os desdobramentos e os impactos nas áreas de fronteiras e nas áreas de ocupações mais antigas. Estudos organizados por Hébette et al. (2002, p.30) demonstram as “repercussões de uma modernização acelerada, considerada sob adjetivações como ‘modernização forçada’, ‘de superfície’, ‘por decreto’, ‘autoritária’[...]”. Nesta parcela da Amazônia.

Nas áreas de ocupação mais antiga, no nordeste Paraense, destaca-se como ponto chave na história regional a política de colonização da região bragantina iniciada em 1875. A colonização da região serviu, primeiramente, para a garantia da posse do território e para o abastecimento da capital Belém (CONCEIÇÃO 1990, p. 21). A construção da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB) foi um forte vetor dessa colonização. As mudanças ocorridas nesse período possibilitaram o abastecimento da capital. As colônias agrícolas se estendiam planejadamente pelo percurso da estrada de ferro. A agricultura itinerante, no entanto, modificou por completo a paisagem regional. Segundo Penteadó (1967, p.96) “a devastação da floresta tropical pelo homem criou situação extremamente grave para a população regional”.

Cenários de mudanças regionais englobam essa grande perspectiva histórica, que somadas às mudanças mais aceleradas indicam trajetórias distintas dos espaços amazônicos. Após a desativação da EFB o processo de transformação adotado resultou de um pacote de políticas que visavam uma ampla integração regional. Dentro de um novo padrão de ocupação totalmente atrelado a uma política desenvolvimentista voltada para a construção de grandes rodovias e com o Estado promovendo novos projetos de colonização e buscando novas fontes energéticas (THÉRY, 2005). Além disso, houve uma consolidação acelerada e intensa da

agropecuária e instalação de indústrias em diversos ramos. Os estudos dessas dinâmicas fizeram surgir diferentes conceitos buscando a tradução das ações de desenvolvimento.

A Amazônia pode ser vista e entendida sob duas perspectivas: a global e a nacional. A perspectiva global tem a fronteira Amazônia como espaço a ser preservado, onde coexistem interesses ambientalistas, econômicos e geopolíticos. Já a nacional tem predominantemente a Amazônia como fronteira de recursos, de expansão do povoamento e da economia nacional a fim de manter a soberania sobre o território. Uma visão regional/local deve considerar estas duas perspectivas como vetores de percepções e ações de grandes mudanças estruturais e de dinâmicas territoriais. Uma vez que estão fortemente influenciadas por transformações cada vez mais aceleradas, o que condiciona uma nova geografia da Amazônia. (BECKER, 2006).

Carlos Walter Porto Gonçalves em “Amazônia, Amazônias” assinala dois padrões de organização do espaço Amazônico: rio-várzea-floresta e estrada-terra firme-subsolo. São padrões que compreendem a formação sociogeográfica do mundo moderno e contemporâneo, onde incide diferentes interesses conflitantes (GONÇALVES, 2012). Podemos notar que as mudanças transcorrem por decisões externas à região. Nesse período o regime militar almejava a integração do espaço amazônico ao restante do país favorecendo a chegada do grande capital (THÉRY, 2005).

Na Amazônia dos rios e do mar (HÉBETTE et. al., 2002) as populações tradicionais viram surgir outra Amazônia, a das frentes pioneiras, eixos de integração e desenvolvimento, e povoada por migrantes em busca de terras para explorar. Esses modelos de ocupação, apesar de suas diferenças, são articulados com polos regionais que se manifestam na intersecção das estradas com os grandes rios (THÉRY, 2005; POLGE, et al. 2015). É necessário entender as dinâmicas socioespaciais dessas populações por meio dos indicadores ambientais, econômicos e sociais. E suas evoluções (trajetórias) frente ao gradativo aquecimento do mercado fundiário, as mudanças da natureza e dos fluxos migratórios (THALÊS; POCCARD-CHAPUIS, 2014). A diversidade dos processos sociais de ocupação, em especial, no estado do Pará após os anos de 1970, foi marcada por fortes mudanças. Podemos perceber as diferenças nas sociedades já constituídas nos dias atuais (CONCEIÇÃO, 2002).

As novas formas de uso e ocupação do território tomam um novo lugar. O estado do Pará passa por uma nova configuração pela apropriação e uso do território e de dominação política. Andrade (2011, p.15) aponta que “o território estadual se reestruturou na medida em que foram introduzidas novas atividades, novos padrões demográficos, novas cidades, transformando o padrão de hierarquização do sistema espacial e da rede urbana regional”. A

observação da autora em relação ao estado do Pará mostra que a partir dos anos 70 se configura uma nova estruturação do território indicando novas ações de desenvolvimento e de modificações no espaço rural, em específico, para onde se direciona essa pesquisa, aos territórios dados localizados no nordeste paraense.

Os fatores estruturantes do território que se relacionam com as dinâmicas espaciais e socioeconômicas dão suporte à análise das dinâmicas territoriais (ASSIS et al., 2009). A análise dessas dinâmicas pode ser forte base de informações para as ações de desenvolvimento dos atores sociais, pois adquire múltiplas dimensões na realidade concreta e/ou projetada.

Piroux (2009, p.32) define as dinâmicas territoriais como “resultante entre os interesses e os projetos coletivos dos atores sociais, assim como as suas evoluções e traduções em um espaço dado”. Há mais de uma década alguns autores aperfeiçoam metodologias para a identificação das dinâmicas e das evoluções dos territórios na região nordeste e norte do Brasil. Entendendo as trajetórias de desenvolvimento e as relações da diversidade socioespacial (SABOURIN et al. 2004; POLGE, et al. 2015; PIRAUX et al. 2017; ROCHA, 2019).

Portanto, apresentamos nesta pesquisa uma análise das dinâmicas territoriais recentes do nordeste do estado do Pará. O recorte dessa pesquisa considera os territórios definidos pelo extinto Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), doravante denominados territórios dados: Nordeste I (TN1) e Salgado (TS) na região nordeste do estado do Pará.

A análise comparativa das dinâmicas territoriais só é possível, primeiramente, por meio de sua identificação. As informações sobre uso e cobertura do solo, nos deram informações sobre as estruturas espaciais, mas não só, com a visão dos atores do desenvolvimento em conjunto com as informações estruturantes tivemos suporte necessário para identificar as dinâmicas territoriais.

Alguns trabalhos com o cunho de analisar as dinâmicas territoriais foram realizados em territórios dados no estado do Pará. No trabalho de Polge et al (2015) foi caracterizada as evoluções das dinâmicas territoriais de dois territórios (Baixo Amazonas e Nordeste Paraense) contrastantes quanto ao padrão de ocupação. Por meio das trajetórias e das dinâmicas espaciais, foi realizada a identificação dos fatores que determinam essas dinâmicas. No trabalho de Piroux et al (2017), foi feito uma análise da diversidade socioespacial do território Baixo Tocantins, explicando as dinâmicas territoriais e compreendendo as consequências

sobre a diversidade da agricultura familiar. Ambos os trabalhos utilizaram a ferramenta de zoneamento participativo por atores chaves (ZADA) que permite compreender a relação entre os diversos componentes, sejam eles: econômicos, sociais, ambientais e espaciais. Essas dinâmicas podem ser determinadas por alguns fatores como infraestruturas e o desenvolvimento dos mercados, dinâmicas empresariais e os quadros normativos do poder público. Além disso, identidades, interesses e visões de mundo convergentes surgem das práticas coletivas de grupos e segmentos da sociedade civil e do Estado, pelos projetos de apropriação e uso de recursos limitados.

Neste cenário, percebe-se que há um campesinato da Amazônia que não está atrelado somente a fatores socioeconômicos e políticos, mas, também por fatores agroecológicos pouco compreendidos que imprimem marcas no território (HURTIENNE, 1999) definidoras de características plurais. É uma diversidade que abrange os aspectos culturais, fatores geográficos ou as condições de acesso a terra (PIRAUX et al., 2015). O campesinato sofre, portanto, uma metamorfose através do meio envolvente, formando vetores significativos que projetam mudanças drásticas no modo de vida coletivo. Esta relação considera natureza, produção material, reprodução social e organização social baseada na família nuclear (MOREIRA; HÉBETTE, 2009). A diversidade do mundo rural indica um grande desafio que é entender as mudanças estruturais ocorridas, considerando os diversos agentes que atuam nos espaços de disputas e interesses antagônicos.

As novas percepções e ações que se somam a demandas sociais mais recentes em nível regional/local relacionado aos grandes fatores e as mudanças estruturais, expressam dinâmicas territoriais que indicam transformação mais aceleradas nos territórios. Polge et al (2015, p 02) ressalta que “estratégias comuns de desenvolvimento sustentável podem ser empreendidas pelos atores locais para adaptar-se a esses fatores e manejar as dinâmicas territoriais”. Essas estratégias podem ser utilizadas pelas novas redes de atores e seus projetos coletivos visando um desenvolvimento territorial.

Os territórios dados que englobam o nordeste do estado do Pará, área dessa pesquisa, são fundamentais na análise das dinâmicas territoriais para a compreensão das consequências de interesses e projetos coletivos. Trazem características elementares sobre as diferentes cadeias produtivas e sobre a atuação dos atores locais possibilitando um entendimento amplo das grandes dinâmicas contrastantes. Esses territórios formam zonas e/ou unidades de análise interligada com diversas escalas que compreendem suas identidades, questões econômicas e ambientais e os impactos das políticas públicas na escala local.

Os principais fatores que podem interpelar uma análise estão além da implementação de políticas públicas de desenvolvimento permite uma ampla caracterização dos territórios, como aponta Favareto et al. (2015, p. 456) “os territórios rurais são tomados como unidades de planejamento e de aplicação de políticas e investimentos, no mais das vezes sem uma interpretação crítica das tendências e das estruturas constitutivas destes espaços”.

Partimos do pressuposto que o exame comparativo da diversidade das dinâmicas territoriais dos territórios dados no estado do Pará pode nos dar elementos para identificar as diferentes especificidades das unidades espaciais específicas. Principalmente às dos territórios que englobam o litoral do nordeste paraense (Nordeste I e Salgado).

A identificação das diferentes dinâmicas dos territórios dados pode servir como fonte de informações para apoio aos projetos de desenvolvimento dos atores sociais. Esta pesquisa concentra-se em apresentar os principais fatores que determinam as dinâmicas espaciais dos territórios. E a análise da dinâmica territorial de dois territórios com características semelhantes.

Nesse contexto, de diversos cenários e dinâmicas, esta pesquisa aborda a seguinte pergunta: como funcionam os territórios dados Nordeste I e Salgado no estado do Pará e quais são as evoluções recentes deles?

Diante disso, o objetivo geral desta pesquisa foi identificar e compreender as dinâmicas territoriais e o funcionamento dos territórios dados no nordeste do estado do Pará. Os objetivos específicos foram: (i) conduzir um zoneamento participativo por atores chaves (ZADA) para identificar e compreender as dinâmicas territoriais dos territórios Nordeste I e Salgado; (ii) Comparar as dinâmicas territoriais entre os dois territórios dados; e (iii) tirar ensinamentos sobre as políticas públicas e os projetos dos atores através da análise das dinâmicas territoriais.

A dissertação está estruturada da seguinte forma: Introdução; Referencial teórico; Metodologia; Trajetória dos territórios; Resultados do território dado Nordeste 1; Resultados do território dado do Salgado; Análise comparativa entre os territórios do nordeste paraense; e Conclusões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Nesta seção apresentamos as categorias teóricas que darão suporte analítico para pesquisa. Segundo Goldenberg (1997, p. 76) a discussão teórica é a parte da pesquisa que busca “contextualizar o tema dentro do debate teórico existente; principais conceitos e categorias; estudos precedentes: diálogo com os autores. Para Brumer et al. (2008, p. 133) “referencial teórico consiste nas referências bibliográficas ou não, que servem de suporte para a formulação do problema de pesquisa”. Para tanto, buscou-se conferir algumas perspectivas teóricas com relação aos conceitos de território e de dinâmicas territoriais.

2.1 Em Relação ao Território

Território pode ser compreendido de diferentes formas que podem ser conservadora ou mais críticas a depender do método filosófico ou científico do pesquisador (SAQUET, 2006). Neste sentido, Segundo Saquet (2006, p.63) “[...] é importante que a reflexão teórico-metodológica ocorra concomitantemente à empírica” para que se tenha uma apreensão melhor da realidade pesquisada ao utilizar o conceito.

Segundo Saquet (2006) o conceito de território renasce após ser apontado e trabalhado por Friedrich Ratzel, de forma diferente no pensamento geográfico, sendo trabalhado na filosofia e em estudos das ciências sociais por diversos autores. É a partir da década de 1970 que se amplia a preocupação acerca dos conceitos de território e territorialidade.

Saquet (2006) ao tecer considerações teórico-metodológicas sobre campo e território aponta que no Brasil há reflexões relevantes, como as realizada por Hasbaert (2004) em *O mito da desterritorialização* onde aborda diferentes reflexões sobre o conceito. Segundo Hasbaert (2004a, p.19) o território detém um sentido multi-escalar e multi-dimensional que só pode ser compreendido considerando concepções de multiplicidade e de multiterritorialidade. Ou seja, a multiterritorialidade propõem a análise de múltiplos territórios e/ou territorialidades ao mesmo tempo (CAZELLA et al. 2009). Segundo Saquet (2006, p.66):

Um território é apropriado e ordenado por relações econômicas, políticas e culturais, sendo que estas relações são internas e externas a cada lugar; é fruto das relações (territorialidades) que existem na sociedade em que vivemos e entre esta e nossa natureza exterior. E estas relações são relações de poder, de dominação e estão presentes num jogo contínuo de submissão, de controle de recursos e de pessoas, no espaço rural, no urbano e em suas articulações. (SAQUET, 2006, p.66)

Portanto, a expansão do capital faz com que o processo de territorialização esteja historicamente determinado. De acordo com Schneider e Tartaruga (2004, p.112) “[...] o território é entendido a partir do reconhecimento das relações de poder projetadas no espaço entre os diversos atores”. As dinâmicas territoriais são compostas por forças econômicas, políticas e culturais, dentro de um processo de dominação social, trazendo limites e dificuldades para a implementação de projetos de desenvolvimento (SAQUET, 2006).

Considerando o espaço geográfico como tema das ciências sociais, Santos e Silveira (2006), afirmam que o território em si não constitui uma categoria de análise, a categoria de análise a ser utilizada é o território usado. Neste sentido, é válido optar por utilizar a categoria “território usado” (SANTOS e SILVEIRA, 2006) como base para este trabalho. Trata-se de uma categoria sinônimo de espaço geográfico. “O território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1998 p.16).

Essa categoria considera a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, da natureza, seu uso, e da ação humana. Deve-se considerar no território usado, os fixos e os fluxos, constituídos respectivamente pela ordem pública ou social e por elementos públicos e privados. “as configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos” (SANTOS; SILVEIRA, 2006, p. 248). A ideia de território usado pode ser mais adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo visto como unidade e diversidade de cada momento histórico. Deve ser visto como algo que está em processo, algo que não é estático. E ele é muito importante, ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos (SANTOS, 1999, p. 19).

Outra noção importante é a de “territórios construídos”, um espaço-território construído a partir do dinamismo dos indivíduos que nele vivem. Esta noção de território é resultado de confrontações dos espaços individuais dos atores nas dimensões econômicas socioculturais e ambientais (CAZELLA et al. 2009). As mobilizações dos atores integram um espaço dado em busca de soluções comuns aos problemas. O “território dado”, que tem sua definição política-administrativa pode conter vários territórios construídos. Segundo Cazella et al. (2009 p.37) os territórios construídos possuem três características: “a) eles são múltiplos, podendo se sobrepor, além de impermanentes; b) na maioria das vezes, seus limites

não são nítidos; c) eles buscam valorizar o potencial de recursos latentes, virtuais ou ‘escondidos’”.

Com relação aos *territórios dados*, que compreende os recortes da pesquisa, surgem no âmbito de formação de espaços institucionalizados das políticas públicas de desenvolvimento territorial do governo federal até o ano de 2016. Portanto, o que justifica a escolha pelo zoneamento de dois territórios do litoral nordeste paraense (AAPÊNDICE A) é o fato de que trabalhos anteriores sobre as dinâmicas territoriais adotaram esse recorte. Definido segundo a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) como “um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos [...]” (SCHNEIDER, 2004. p. 23-24). Além disso, o território não se limita a uma simples demarcação geográfica ou político-administrativa, traçada de forma mais ou menos arbitrária ou como reflexo de interesses políticos, existe enquanto articulação e relação com outros espaços ou formações socioculturais e suas identidades específicas.

A existência de diferentes recortes regionais pode possibilitar leituras, ligadas às configurações territoriais. Ao considerar territórios dados, diferentes recortes podem ser adotados da mesma forma. Temos como exemplo: as regiões de integração do estado do Pará e as zonas geográficas imediatas (APÊNDICE C) e intermediárias (APÊNDICE B) definidas pelo IBGE (IBGE, 2017). As regiões geográficas imediatas têm como referência as redes urbanas como elemento principal e se estruturam a partir de centros urbanos que atendam as necessidades imediatas da população, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis e busca de trabalho; procura por serviços públicos de educação e saúde, entre outros. As regiões geográficas intermediárias correspondem a uma escala intermediária entre as unidades da federação e as regiões imediatas, esses recortes regionais do IBGE organizam o território articulando as regiões imediatas por meio de um polo de hierarquia superior diferenciado a partir dos fluxos de gestão privado e público e da existência de funções urbanas de maior complexidade. No caso das regiões de integração do Pará (APÊNDICE D) representam espaços com semelhanças de ocupação, através do nível social e do dinamismo econômico da proximidade dos municípios, seja nos aspectos físicos ou econômicos. A finalidade desse recorte regional é a diminuição das desigualdades regionais.

As diferentes noções sobre o conceito de território dão aporte salutar à pesquisa, contudo, corrobora-se com a ideia inicial de que a reflexão teórica ocorra concomitante ao processo da pesquisa. Doravante, as diferentes noções de território serão usadas sem que

comprometa o sentido estrito do conceito de território, seja ele usado, múltiplo, construído ou dado.

2.2 Em Relação às Dinâmicas Territoriais

O conceito de dinâmicas territoriais tem sido usado por diversos autores com diferentes finalidades. Para denotar as diferentes finalidades procurou-se indicar alguns trabalhos que empregam este conceito, mas com diferentes noções.

Nahum e Malcher (2012) analisam aspectos da dinâmica territorial através da análise do uso do território estudando o impacto do monocultivo do dendê no modo de vida camponês, indicando como funciona o mercado de terra e a relação de trabalho entre agronegócio e agricultura familiar. O aspecto trabalhado pelos autores indica eventos específicos, como a cultura do dendê dentro de uma escala local, com diversas influências do Estado e do capital.

Outros trabalhos que analisam as dinâmicas territoriais tratam sobre as “frentes pioneiras”, a exemplo do sudeste paraense (ASSIS et al., 2009), e também dos padrões de ocupação, que diferenciam as dinâmicas territoriais, as trajetórias que compreendem o tempo longo e as dinâmicas atuais que compreendem o tempo curto (POLGE et al. 2015). Essas dinâmicas são expressas no tempo e no espaço.

Outros autores tratam sobre dinâmicas territoriais, como: “Cartografia Social e Dinâmicas Territoriais: marcos para o debate” organizado por Henri Acselrad (ACSELRAD, 2018) que envolvem comunidades tradicionais e mapeamento participativo. Outro destaque é a Revista Sociologias (GEHLEN, 2004) onde publicam um dossiê intitulado “Dinâmicas Territoriais e Desenvolvimento Sustentável”.

Consideramos, portanto, que as dinâmicas territoriais podem compreender uma diversidade da qual necessita de diferentes mecanismos de análises. Os exemplos acima, ora citados, correspondem a diferentes tendências dentro de uma perspectiva multi-escalar e multi-dimensional.

Em relação a uma definição conveniente para a nossa pesquisa, damos destaque para a definição utilizada por Piraux (2000, 2009) que diz que as dinâmicas territoriais podem ser definidas, no espaço e no tempo, como a resultante dos interesses e dos projetos coletivos dos atores sociais e das suas traduções espaciais. A noção de evolução das sociedades em um

espaço dado é a base deste conceito. “As dinâmicas territoriais podem ser analisadas em relação aos fatores que estruturam o território [...]” (ASSIS et al., 2009, p.173), também são “[...] a tradução, no espaço e no tempo, das repercussões econômicas, social, política e ambiental das ações dos atores e das relações (alianças e conflitos) entre eles” (CAZELLA et al. 2009, p.60).

A definição apresentada por Piraux (2009) nos dá um suporte analítico das dinâmicas territoriais, distingue: **os atores** - que são grupos e segmentos diferenciados (sociedade civil e poder público) que constituem conjuntos relativamente homogêneos frente às suas práticas coletivas, construção de suas identidades, interesses e visões convergentes de mundo; **os projetos** - que em relação aos atores constituem-se por um conjunto de ações, práticas coletivas e interesses convergentes por meio do uso de recursos limitados; e **o espaço** – que por suas características (naturais) próprias influenciam os projetos sociais e determinam a organização e as funções, por meio de ações de ordenamento e de produção de externalidades, possibilitando diferentes níveis de governança que objetivam a utilização de recursos limitados.

Pode-se compreender os diferentes usos do território considerando as relações de poder, os conflitos e as alianças dos atores sociais, dos quais são vetores de projetos hegemônicos e dominantes em detrimento de iniciativas menores. As evoluções introduzem a noção de duração e tempo dos projetos dos atores sociais. Partindo desta noção, Piraux (2009) distingue dois tipos de dinâmicas territoriais: as dinâmicas **do** território e as dinâmicas internas e atuais **no** território. A dinâmica do território compreende as trajetórias do território, as evoluções e rupturas que o território passa ao longo do tempo, a caracterização da evolução dos limites do território e a identificação dos períodos de mudança de sua configuração são elementos importantes. A análise permite realizar uma prospectiva das dinâmicas territoriais. As dinâmicas internas do território se inscrevem no tempo curto e estão ligadas a sistemas mais estáveis do território, como um sistema mais dinâmico (PIRAUX, 2009) e analisam as relações entre os atores, sistemas de atividades e recursos.

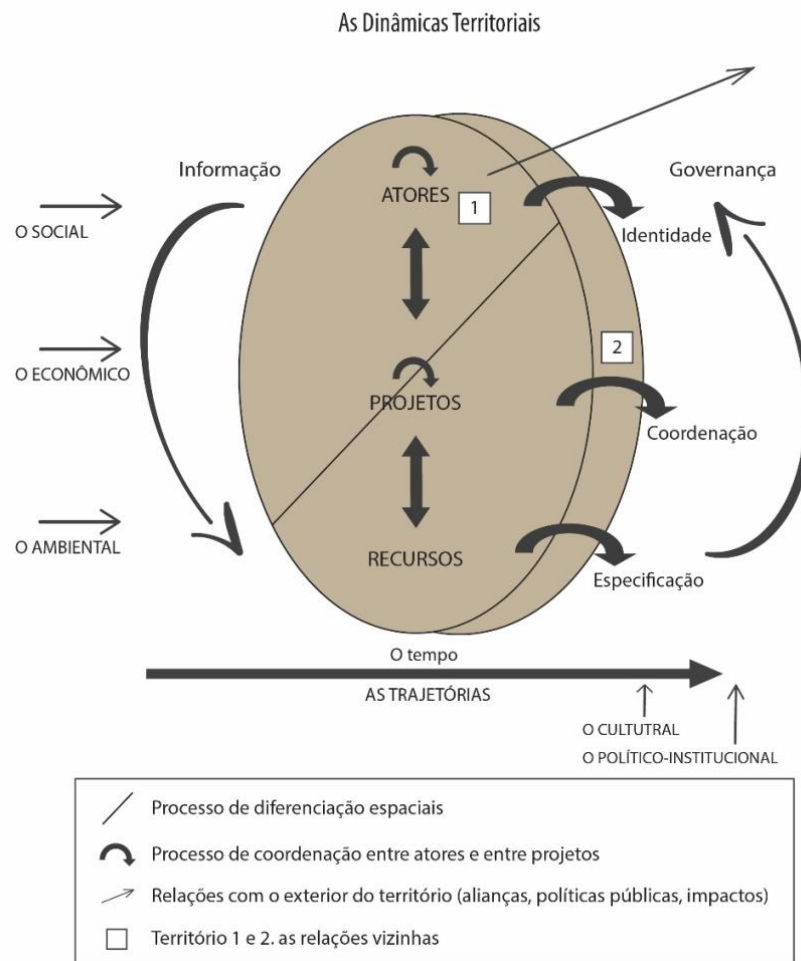
Embora tenha sido realizada essa separação em tipos de dinâmicas territoriais não impede que os fenômenos tenham repercussão nos dois níveis. Aliás, são noções que dão suporte uma a outra para análise das dinâmicas. Neste trabalho buscamos entender as dinâmicas internas e atuais do território, mas sem deixar de considerar suas evoluções.

Entende-se, portanto, que as dinâmicas territoriais compreendem uma diversidade da qual necessita de mecanismos para analisar e buscar soluções que, a partir de sua

identificação, possibilite tirar ensinamentos para projetos alternativos de desenvolvimento. A figura 1 demonstra um modelo de análise das dinâmicas territoriais segundo Piraux (2009, p.46). Esse quadro analítico compreende as dinâmicas sociais, econômicas e ambientais, considerando também a cultura e identidade e o nível de governança com a capacidade de parceria entre o poder público e a sociedade civil.

O modelo que representa as dinâmicas territoriais (Figura 1) permite inferir sobre as informações e identificação das diferentes dinâmicas, em nível municipal ou regional com os dados disponíveis e as representações que os atores locais têm de sua realidade. O uso de recursos limitados, por exemplo, possibilita identificar as relações no território dos atores, projetos e recursos e fazer uma leitura apropriada. O uso do território, portanto, é uma tradução das dinâmicas territoriais.

Figura 1 – Modelo de representação das dinâmicas territoriais



Fonte: Piraux (2009, p.46).

A metodologia apresentada posteriormente mostra como os zoneamentos participativos (ZADAs) possibilitam verificar as grandes evoluções dos territórios através das diferentes dinâmicas nos/dos territórios, que formam zonas de proximidades geográficas igualmente similares e diferentes, exigindo olhares comparativos para melhor leitura dos modelos que se formam das dinâmicas.

3 METODOLOGIA

Nesta metodologia apresentamos os procedimentos metodológicos utilizados para identificar e analisar as dinâmicas territoriais no nordeste paraense. A estratégia de pesquisa abarca uma breve caracterização dos territórios dados; as etapas de execução de um Zoneamento Participativo por entrevistas com atores chaves (ZADA); procedimentos cartográficos; modelização das dinâmicas territoriais.

Os procedimentos metodológicos segundo Brumer et al. (2008, p. 133) requer: “a montagem de uma estratégia de pesquisa que abarque todos os passos necessários para a sua execução, tendo em vista responder o problema de pesquisa”. Pretendemos apresentar as diferentes etapas para a identificação das dinâmicas territoriais, principalmente, de dois territórios localizados no litoral nordeste paraense.

Essa dissertação tem como base levantamentos de trabalhos da temática ora estudada, trata-se de um aprofundamento reflexivo que exigiu levantamentos bibliográficos e de informações secundárias, principalmente, para falar sobre os elementos estruturantes dos territórios, dos processos metodológicos e dos principais conceitos estudados, a exemplo de “território” e “dinâmicas territoriais”. É o que se considera como “estado da arte” e expõe detalhadamente as produções científicas já produzidas sobre a temática de pesquisa (BRUMER et al., 2008. p. 132). A revisão de literatura, além de ter sido suporte essencial para a elaboração desta pesquisa, fez parte de um processo contínuo que estava estritamente ligado aos objetivos da pesquisa.

3.1 Primeira caracterização dos Territórios Nordeste I (TN1) e Salgado no Nordeste Paraense

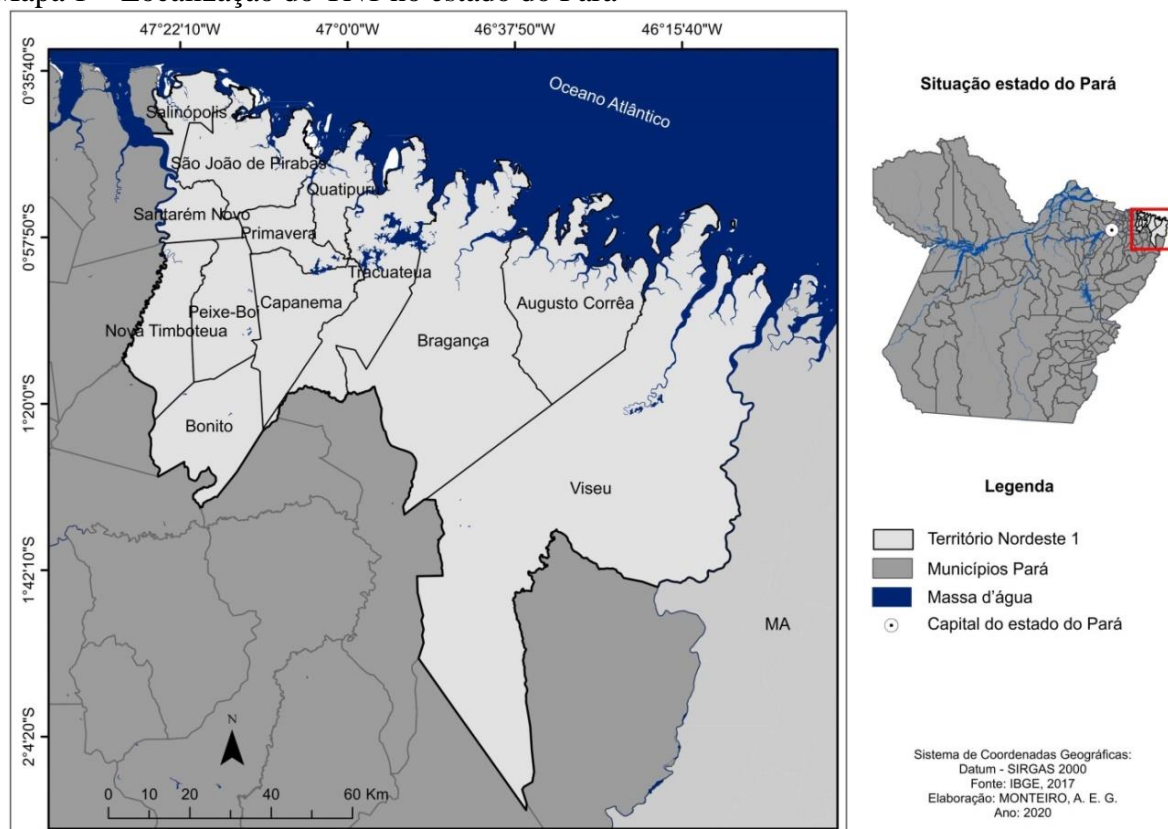
Os dados secundários disponíveis em conjunto com as informações cartográficas permitem identificar as principais características dos territórios e suas diferenças fundamentais. Os dois territórios do estudo pertencem ao estado do Pará, e se localizam na faixa litorânea nordeste do estado. O território do Salgado (TS) está localizado mais próximo da capital Belém, e tem forte relação com a região metropolitana. O TN1 localiza-se um pouco mais distante da capital, embora o tempo de deslocamento da capital para alguns municípios dure cerca de três a quatro horas, com exceção do município mais próximo da fronteira com o estado do Maranhão (Viseu).

Apresentaremos em seguida uma breve caracterização dos territórios dados Nordeste 1 e Salgado, recortes espaciais desta pesquisa.

3.1.1 Território dado Nordeste I

O Território Nordeste I (TN1) (Mapa 1) está localizado ao norte da região geográfica intermediária de Castanhal (APÊNDICE B), com uma superfície territorial de 12.931.81 Km², abrange 13 municípios Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Capanema, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, São João de Pirabas, Santarém Novo, Tracuateua e Viseu. Possui uma população total de 423.576 habitantes, sendo que desses, 185.423 habitantes (43,7%) residem na zona rural. (CGMA/MDA 2019).

Mapa 1 – Localização do TN1 no estado do Pará

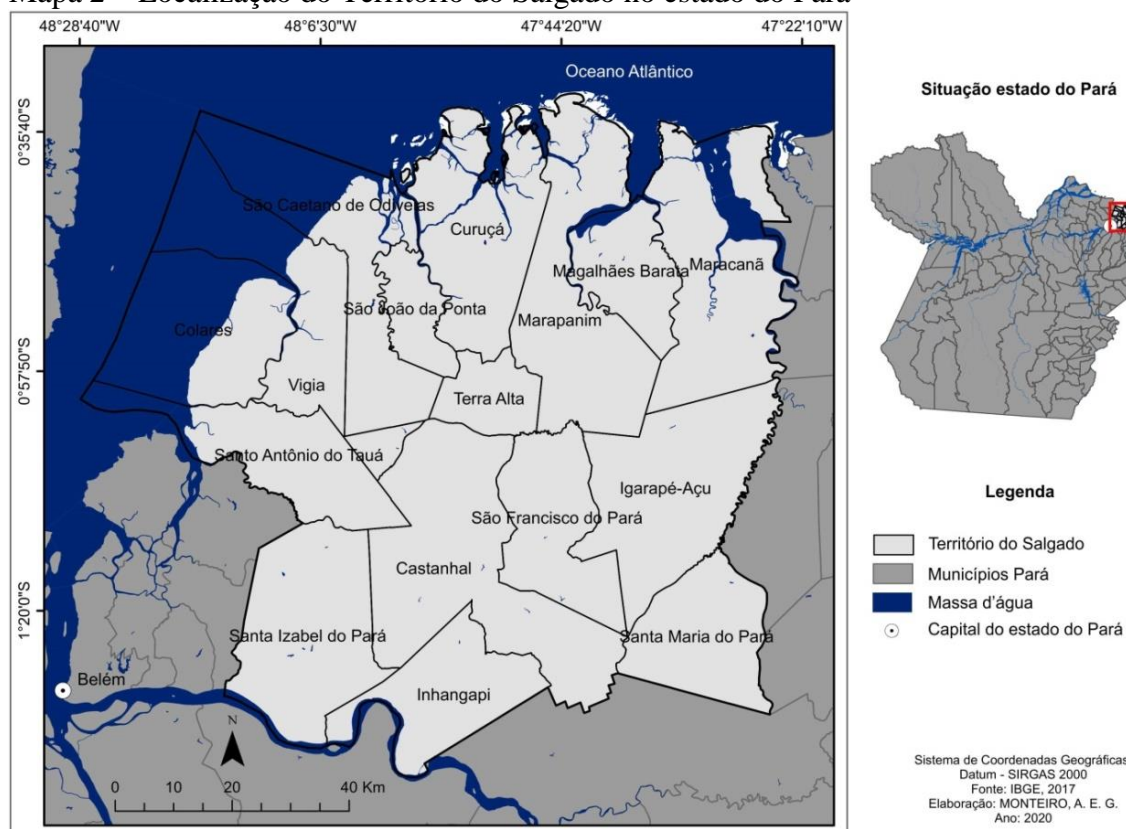


Fonte: Elaboração do autor (2020).

3.1.2 Território dado do Salgado

O Território do Salgado (TS) (Mapa 2) localiza-se ao norte das regiões intermediárias de Belém e Castanhal (APÊNDICE B). É composto por 16 municípios: Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé-Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Isabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Terra Alta e Vigia. Os municípios abrangem uma área territorial de 9.423,17 Km². Possui uma população que totaliza 523.377 mil habitantes, sendo que, 64% desses habitantes residem na zona urbana e 36% na zona rural (CGMA/MDA 2019).

Mapa 2 – Localização do Território do Salgado no estado do Pará



Fonte: Elaboração do autor (2020).

3.2 Zoneamento Participativo por Atores Chaves (ZADA)

A metodologia desta pesquisa está voltada para a identificação das dinâmicas territoriais de dois territórios dados. Utilizamos como método o ZADA (Caron e Cheylan, 2005). Temos como um dos objetivos principais apresentar um zoneamento participativo dos

dois territórios dados localizados no nordeste do estado do Pará, doravante denominados de territórios dados Nordeste I (TN1) e Salgado (TS).

O ZADA como método permite analisar as dinâmicas territoriais a partir de uma representação da diversidade e da dinâmica espacial do território, através da estratificação de seu espaço em unidades espaciais homogêneas, definidas pela variação do meio físico ou humano dos recursos e das atividades produtivas. O objetivo do zoneamento, portanto, consiste em organizar, sistematizar e atualizar as informações cartográficas e bibliográficas disponíveis sobre o território, confrontando-as com os dados e representações que os atores locais têm sobre suas realidades (Caron e Cheylan, 2005).

O ZADA possibilita identificar como se promove o conhecimento do território através dos atores e recursos, identificando os projetos coletivos dos atores sociais para acesso e uso de recursos limitados. São esses fatores das estruturas e das dinâmicas territoriais que identificados dão forma ao tema pesquisado. Os atores participam e estimulam a produção do conhecimento e compartilham seus conhecimentos. O material cartográfico como base de diálogo e representação do conhecimento dos atores permite que as pessoas participem do zoneamento e identifiquem lugares específicos, o que possibilita caracterizar a diversidade espacial. Além disso, essa análise é complementada com dados secundários, bibliográficos e com outros produtos cartográficos com diferentes temáticas, sejam elas, recursos naturais, demografia ou de infraestrutura (CARON e CHEYLAN, 2005).

Segundo Caron e Cheylan (2005, p 110), para maior clareza, o processo metodológico deve ser linear e concebido com uma série de *feedbacks* e interações que envolvem adaptações da “maneira de fazer” dos passos a seguir nas etapas de debates, negociações e ajustes dos pontos discutidos (quadro 01).

Quadro 1 – Elementos concisos da metodologia ZADA

<p>Análise prévia</p> <ul style="list-style-type: none"> - Seleção de questões relevantes, dados exógenos, bibliográficos e cartográficos; - Observação das paisagens e primeira partilha dos fatores e problemas do lugar; - Seleção do suporte cartográfico para as entrevistas; - Seleção de um grupo socialmente contrastado de pessoas; - Desenvolvimento e teste de um guia de manutenção aberto e uma variável sintética usada para engajar entrevistas semi-diretivas (exemplos: “atividades produtivas”, “elementos estruturantes do território”). <p>Análise comparativa das declarações dos atores</p> <ul style="list-style-type: none"> - Superposição de mapas com diferentes temáticas (solo, infraestrutura, hidrografia, população, topografia e unidades de desenvolvimento); - Tratamento das contradições entre as declarações (debate, negociação, novas investigações...); - Tratamento dos limites (debate para mobilizar as características distintivas e suas espacializações); - Produto: mapa completo das Unidades Homogêneas Espaciais, alguns dos quais podem ser agrupadas. <p>Agregação de informações secundárias</p> <ul style="list-style-type: none"> - Integração – harmonização de mapas com o zoneamento, produção mapas “personalizado”. <p>Modelagem gráfica, dinâmica e zoneamento</p> <ul style="list-style-type: none"> - Mediação para o projeto: estruturas e dinâmicas territoriais representadas por choremes (Brunet, 1980, 1986); - Dinâmica espacial e lógica territorial e social (local, individual ou coletiva, exógena) destacando complementaridades, sinergias, competição e conflitos, integrando os fluxos, trocas e mudanças de unidades espaciais; - Definição de indicadores de mudanças. <p>Permanências e mudanças</p> <ul style="list-style-type: none"> - Elaboração de cenários após a interpretação de fenômenos históricos, cujos os traços estão marcados nas dinâmicas em andamento.
--

Fonte: Caron e Cheylan (2005, p. 110)

Para desenvolver o ZADA consideramos as seguintes etapas: na primeira etapa identificamos os dados científicos disponíveis sobre os territórios (material cartográfico e bibliográfico). Desenvolvemos o guia de entrevista e selecionamos os atores chaves que participaram do zoneamento. Na segunda etapa, com o domínio de todas as informações necessárias foram realizadas entrevistas e identificação da diversidade das situações locais. Posteriormente, na terceira etapa apresentamos a confrontação dos resultados das diversas entrevistas para a identificação das Unidades Homogêneas Espaciais. A etapa seguinte foi realizar a confrontação entre as informações coletadas, agregando essas informações com os

dados científicos. A última etapa foi realizar a análise e caracterização, tendo em vista o funcionamento dos diversos sistemas agrários e as tendências de evolução espacial e social. Vale ressaltar que o ZADA é um dos elementos metodológicos, que tem como suporte levantamentos de informação primárias e secundárias que dão suporte para a identificação das dinâmicas territoriais. As fotografias a seguir mostram um pouco desse processo de construção em conjunto com os atores chaves:

Fotografia 1 – Entrevista com assistente técnico da Emater do município de Igarapé-Açu.



Fonte: Trabalho de campo (2019)

Fotografia 2 – Entrevista com agricultores do município de Viseu



Fonte: Trabalho de campo (2019)

O suporte principal para as entrevistas foi os dados do projeto TerraClass por meio das informações disponíveis de uso e cobertura do solo, e de informações secundárias do território possibilitando análises preliminares que nos permitiu lançar algumas hipóteses sobre as

dinâmicas territoriais. Esse exercício foi realizado, com base nessas informações, em conjunto com o orientador e com os atores-chave com conhecimento sobre os territórios dados. Definiu-se um quadro com variáveis sintéticas, usado para engajar as entrevistas semi-diretivas do zoneamento participativo (exemplos: “atividades produtivas”, “elementos estruturantes do território”) nos territórios.

O grupo de beneficiários e atores envolvidos foi um grupo socialmente contrastado de pessoas em cada território dado. Nesta etapa houve a participação de assessores territoriais que participaram dos eventos territoriais de cada território e que acumulam conhecimento sobre os mesmos. Alguns atores entrevistados tiveram experiência com o processo de desenvolvimento territorial nos colegiados territoriais. Os assessores territoriais deram suporte na indicação de atores com experiência nos Colegiados de Desenvolvimento Territorial (CODETER) de cada território dado, muitos desses atores participaram ativamente de muitas reuniões territoriais discutindo a implementação da política de desenvolvimento territorial. O auxílio dos assessores territoriais foi muito importante para a execução do ZADA.

Foi realizada a identificação das Unidades Espaciais Homogêneas (UEH). A UEH é definida como uma unidade especializada, dentro da qual os recursos produtivos, seu uso, sua valorização pela sociedade e os conflitos de uso constituem um conjunto homogêneo das dinâmicas territoriais, conformando uma variabilidade mínima de acordo com a escala cartográfica analisada. Essas unidades são identificadas e caracterizadas usando um guia de investigação, sendo resultado do progresso do processo do ZADA (CARON e CHEYLAN, 2005).

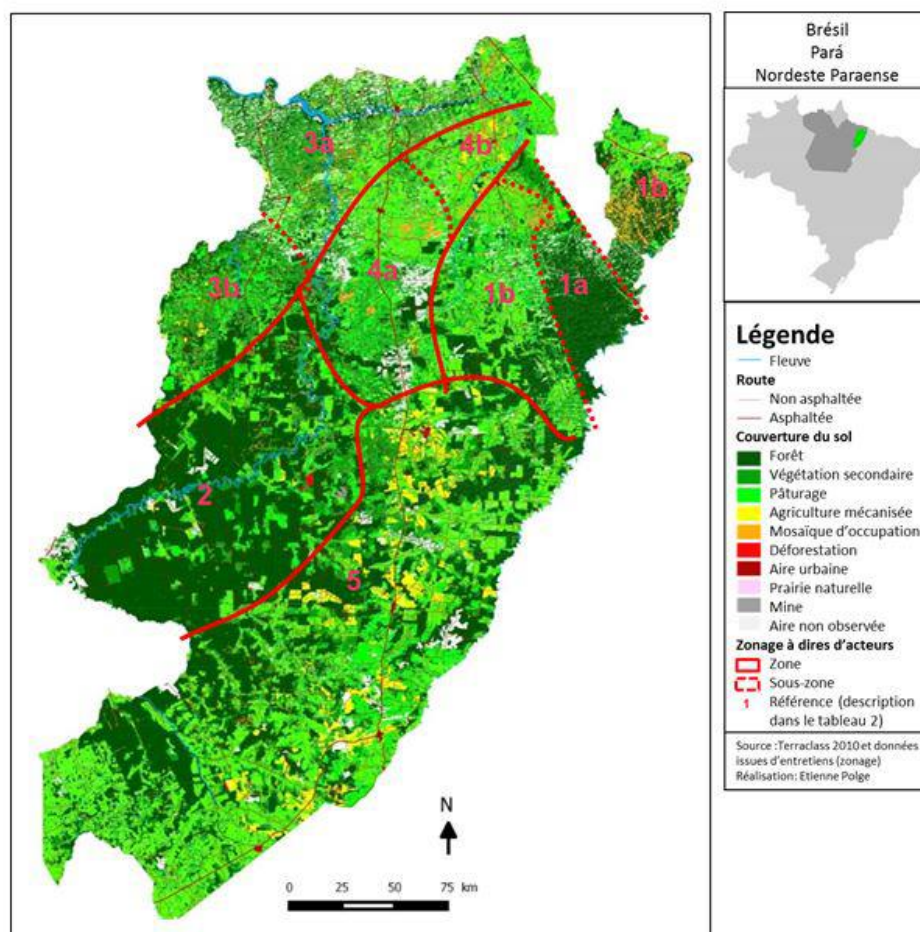
Nesta etapa foram identificadas as zonas (UEH), suas respectivas coberturas do solo e sistemas de atividades. Essas unidades espaciais homogêneas devem considerar os recursos produtivos e sua utilização, os conflitos de uso e desafios que constituem uma homogeneidade em cada zona, devendo ter uma variabilidade mínima na escala escolhida (POLGE, et al 2015). As informações contidas nos mapas de uso e cobertura do solo, as áreas de floresta, vegetação secundária e pastagem, assim como a expansão da agricultura realizada em grandes lotes e do urbano permitiram realizar um primeiro zoneamento dos territórios, que foram refinados no decorrer da execução do ZADA.

Cabe ressaltar que esta metodologia tem sido utilizada em diferentes pesquisas e que utilizam o mesmo recorte dos territórios dados, trazemos com exemplo o território Nordeste Paraense (TNP). No TNP foi realizado zoneamento voltado para a identificação das zonas

homogêneas contrastantes, utilizando informações sobre o uso da terra e identificando suas principais características do sistema de atividades.

O resultado do zoneamento deste território pode ser visualizado no quadro (ANEXO A) que contém as informações que caracterizam as zonas representadas no mapa 3. Essa metodologia permite, também, identificar os sistemas agrários, os problemas internos ao território e as diferentes perspectivas que podem ser prospectadas pelos atores de desenvolvimento.

Mapa 3 – Zoneamento das dinâmicas territoriais do território Nordeste Paraense



Fonte: Polge et al. (2015)

Trazemos aqui as informações referente às zonas 2 e 5 representadas no mapa 3. As informações são sobre cobertura do solo e sistemas de atividades: A zona 2 “Manejo Florestal e Pecuária Extensiva” tem uma cobertura do solo com florestas e grandes áreas de pastagem e um sistema de atividades que indica uma exploração florestal planejada e legal, minas e criação extensiva. A zona 5 “Agricultura Mecanizada e Pequenas Fazendas” apresenta uma cobertura do solo, da estrada até as extremidades, por grandes parcelas de cultivo mecanizado,

vegetação secundária e florestal e grandes pastagens. O sistema de atividade da zona 5 compreende incentivos da agricultura patronal para lavouras mecanizadas em terras; há criação extensiva em lotes de 2500 hectares; e AF de pequeno porte com pecuária leiteira ou produção de frutas.

Utilizou-se este exemplo do TNP para ilustrar de que forma os resultados de um ZADA podem ser representados para a melhor compreensão das dinâmicas do território.

3.3 Produção cartográfica

Para a elaboração do material cartográfico foi utilizado o software ArcMap 10.2.2. As bases de dados foram coletadas no portal do IBGE e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Utilizou-se para a elaboração dos mapas: base cartográfica contínua do Brasil 1:250.0001 (BC250) do ano de 2017 (IBGE/DGC, 2017) disponibilizadas pelo IBGE; e dados digitais resultantes do mapeamento realizado pelo projeto TerraClass, do uso e cobertura das terras desflorestadas da Amazônia Legal Brasileira (ALMEIDA, et al. 2016).

A BC250 disponibilizada pelo IBGE apresenta as seguintes características: escala de mapeamento 1:250.000 que corresponde à realidade física do território, tem como categorias de informações: Hidrografia, Sistemas de Transporte, Energia e Comunicações, Abastecimento de Água e Saneamento Básico, Estrutura Econômica, Localidades, Limites e Relevo. A Documentação Técnica Geral destaca que a BC250 “é o conjunto de dados geoespaciais de referência que fornece a geometria, a geonímia e a categorização/classificação de dados necessários à execução de estudos centrados no território” (IBGE, 2017. p.02). As principais categorias de informações utilizadas da BC250 para a realização do trabalho foram: hidrografia, limites municipais, estradas e localidades (sede, vila e aglomerados rurais). Os dados dos limites municipais foram utilizados para gerar a delimitação do estudo, montando o banco de dados que considera divisões territoriais e divisões municipais.

Para representar o uso da terra nos territórios utilizou-se as informações do mapeamento do projeto TerraClass, esses dados que foram utilizados traduzem elementos das

1 “Base Cartográfica Contínua do Brasil na escala de 1:250 000 constituída de elementos interpretados de imagens, de dados obtidos em atividades de campo, de nomes geográficos e dados fornecidos por órgãos setoriais parceiros.” <https://www.ibge.gov.br/geociencias-novoportal/cartas-e-mapas/bases-cartograficas-continuas/15759-brasil.html?edicao=16034&t=sobre> Acessado em 09 de junho de 2018.

dinâmicas internas do território, reflete o projeto dos atores e mostra a localização das atividades de uma maneira que possamos entendê-las. Esses dados estão disponibilizados no site do INPE. Para este trabalho foi empregado os dados de uso e cobertura do solo do ano de 2014. Os dados digitais resultantes do mapeamento realizado pelo projeto têm como característica: informações coletadas a partir da órbita-ponto do satélite Landsat (sensor TM) no Sistema de Projeção Lat/Long e Sistemas Geodésicos de Referência SAD 69. Os dados são disponibilizados no formato Raster.

Optou-se por utilizar na elaboração dos mapas Sistema de Referência Geográfica SIRGAS2000 da BC250, portanto um dos primeiros passos, após o download dos dados digitais do TerraClass foi transformar o arquivo raster em vetor e converter seu Sistema de Referência Geográfica de SAD 69 para SIRGAS2000.

Após esta etapa inicial realizou-se a criação dos shapesfiles dos territórios através dos limites municipais da BC250. Criadas as respectivas divisões territoriais, conforme a definição do MDA, foi utilizada a ferramenta de recorte de dados vetoriais do ArcMap para recortar o dado vetorial de cobertura e uso do solo de acordo com a camada mascara que define os territórios no estado do Pará.

Na etapa seguinte foi realizada a classificação das classes de uso e cobertura do solo, a simbologia respeitou a classificação dos mapas do projeto TerraClass. Posteriormente se deu a finalização do layout do mapa, que compreende o formato de folha A2 para impressão que foi utilizado nas atividades de campo para a realização do zoneamento participativo por atores chaves dos dois territórios e para os resultados da pesquisa.

3.4 Modelização gráfica

Com a conclusão do zoneamento foi realizado uma modelização gráfica das dinâmicas de cada território. Essa metodologia foi desenvolvida por um grupo de geógrafos franceses liderados por Roger Brunet, além do contexto de trabalho dos estudiosos franceses a metodologia passou a ser usada em diferentes contextos (THÉRY, 2004). Utilizou-se para a elaboração dos modelos específicos de cada território e do modelo comparativo entre os territórios o software *illustrator* que permite editar imagens vetoriais.

Segundo Roger Brunet um modelo é a simplificação da realidade ou simplesmente o olhar que temos sobre essa realidade. Segundo o autor essa simplificação “é feita com a

finalidade operativa: ação, previsão ou explicação. Um modelo é, portanto, uma construção e uma representação” (Brunet, 1980).

Desse modo, a metodologia ora apresentada serviu para identificar as dinâmicas territoriais de ambos os territórios dados. Essa metodologia exigiu a participação efetiva dos atores chaves e do facilitador, papel assumido pelo o autor deste trabalho. Os resultados podem apontar algumas fragilidades, pois é uma metodologia que exige diferentes funções, tais como a capacidade de integrar os elementos cartográficos e informações gerais em modelos. Sem uma capacidade de agregar esse principais elementos entre o processo de elaboração cartográfica e o processo de criação de vetores os resultados podem não ter uma representação adequada, tanto para a leitura do trabalho quanto ao processo de análise dos dados.

3.5 Quadro conceitual para a análise das dinâmicas territoriais

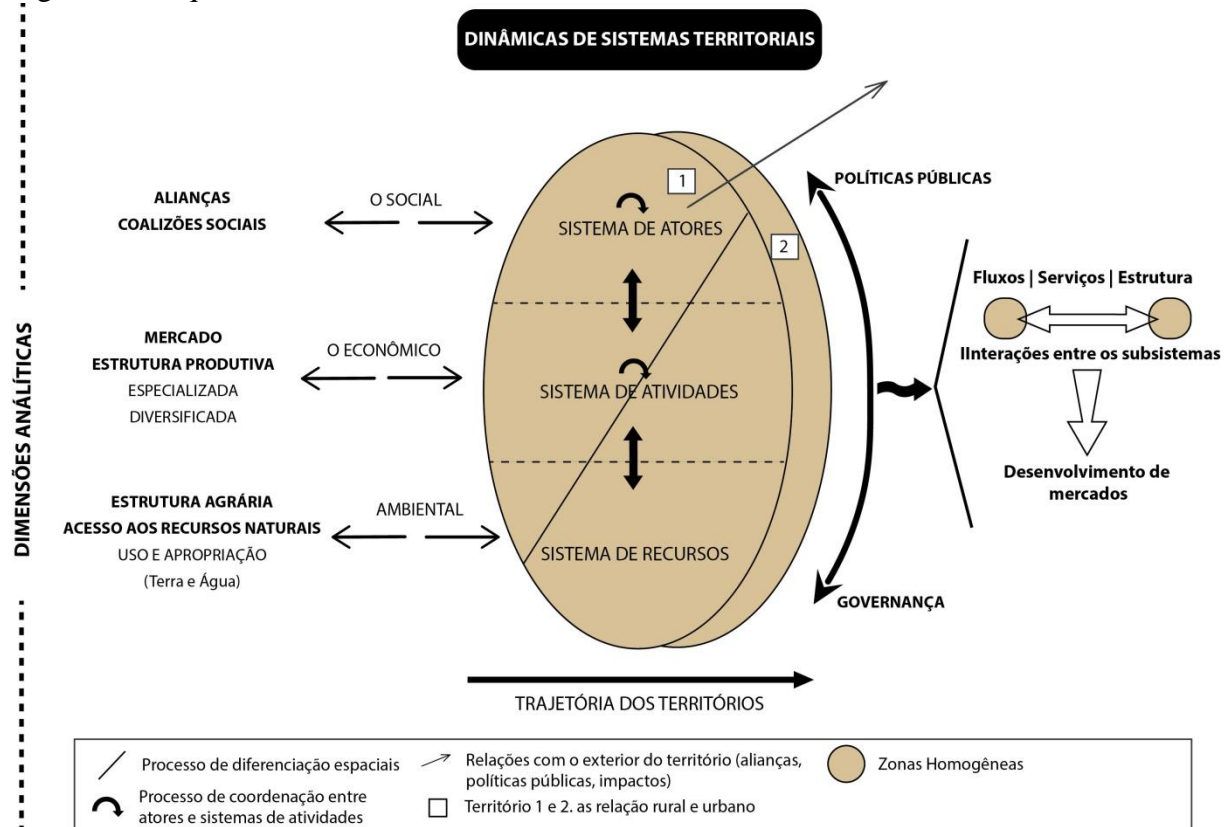
O modelo conceitual de análise utilizado nesta pesquisa tem como base o modelo aplicado em diversas pesquisas realizadas no Nordeste do Brasil sobre dinâmicas territoriais e o trabalho desenvolvido pelo Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural (Rimisp) sobre o tema.

Com relação à abordagem territorial do desenvolvimento várias atividades foram potencializadas no início deste século por diversas iniciativas. Uma destas abordagens foi desenvolvida pelo Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural (Rimisp) por meio do Programa Dinâmica Territorial Rural (DTR). Essa abordagem voltou-se para o entendimento do tecido social e econômico dos territórios e a importância destes na moldagem da trajetória de desenvolvimento no longo prazo em 11 países da América Latina. O DTR identificou, portanto, cinco temas e/ou fatores principais que sustentam essa abordagem das dinâmicas territoriais: estrutura agrária e acesso e uso aos recursos naturais, mercados dinâmicos, estrutura produtiva, relações campo-cidades e políticas públicas (BERDEGUÉ et al. 2011; FAVARETO et al. 2015). Podemos observar que são fatores correlatos aos utilizados por Piraux (2009) e que apresento neste trabalho como quadro teórico da pesquisa (atores, projetos e a mudanças espaciais). Esses temas podem ser o suporte de uma dimensão analítica, que possibilite compreender as dinâmicas territoriais específicas do Nordeste I e Salgado.

As dinâmicas territoriais, portanto, objetivo da análise da pesquisa (PIRAUX, 2009) considera o território como espaço apropriado e organizado pelas sociedades para o uso de recursos limitados, portador de relações que se dão no tempo e no espaço e resultado de ações e representações passadas e dos projetos e projeções que as sociedades assumem, busca-se uma interposição dos elementos da análise. Nesta perspectiva o território pode ser visto como um sistema que pode ser analisado através das interações dos componentes econômicos, sociais, ambientais e espaciais. E esclarecer o papel dos atores envolvidos nas dinâmicas no território.

Na pesquisa, as dinâmicas de sistemas territoriais estão representadas na figura 2. Procura-se mostrar as interligações entre os subsistemas de atores, atividades e recursos envoltos num contexto de políticas públicas e governança territorial, que implica o funcionamento do território.

Figura 2 – Esquema de análise das dinâmicas de sistemas territoriais.



Fonte: Piroux (2009). Adaptado pelo autor

3.5.1 Sistema de Atores

O processo de coordenação entre atores e construção de identidade (sociedade civil e poder público) se caracteriza pela relação de coordenação dos projetos coletivos e o grau de apropriação dos recursos limitados dos territórios dados. O nível de territorialização dos processos de coordenação, por exemplo: fortalecimento de identidade territorial, apropriação dos sistemas de governança, capacidade de construir projetos no território, adequação das políticas públicas e ativação e especificação dos recursos podem mostrar a qualidade das dinâmicas locais (PIRAUX, 2009).

Os projetos coletivos dos atores sociais podem formar coalizões sociais. Berdegú et al. (2011, p.21) aponta que a formação e desenvolvimento de coalizões sociais é peça chave para a criação de círculos locais virtuosos de crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental. A observação das diferentes coalizões sociais no território configura uma peça-chave na compreensão das dinâmicas territoriais. Vale notar que o documento que originou o programa DTR (RIMISP, 2007 apud BERDEGUÉ et al. 2011) define essas coalizões sociais da seguinte forma:

Alianças de atores que competem pelo controle da distribuição de recursos e benefícios tangíveis e intangíveis. Esses grupos de atores podem estar em conflito (ativo ou latente) com outras coalizões ou com outros grupos de atores, por exemplo, pelo acesso a recursos naturais ou financeiros, por prioridades de investimento público, por padrões tecnológicos ou por poder político local. (tradução nossa)²

Os atores sociais que atuam no território podem estar dentro (endógeno) ou fora do território (exógeno). Essas ações podem aparecer de diferentes formas na ação coletiva, impactando a partir de suas ações e omissões as dinâmicas territoriais.

A caracterização dos processos de apropriação dos recursos, relacionados às principais características do mercado e da estrutura produtiva no território, assim como as alianças e políticas públicas formam diferentes alianças e coalizões sociais. É necessário verificar quais elementos fomentam os diferentes níveis de estruturação social e suas características nos territórios dados. Dessa forma será possível qualificar a atuação dos diferentes atores que

² "Alianzas de actores que compiten por el control de la distribución de los recursos y beneficios tangibles e intangibles. Estos grupos de actores pueden estar en conflicto (activo o latente) con otras coaliciones o con otros grupos de actores, por ejemplo, por el acceso a los recursos naturales o fi-nancieros, por las prioridades de inversión pública, por los patrones tecnológicos, o por el poder político local."

indicam quais são os principais conflitos existentes no território, sejam esses conflitos ativos ou latentes.

3.5.2 Sistema de Atividades

O sistema de atividades compreende as informações do âmbito econômico no território. Nela temos duas dimensões analíticas principais, o mercado e a estrutura produtiva que pode ser especializada ou diversificada e influenciar na formação de mercados específicos e dinâmicos com atividades agrícolas e não agrícolas e a pluriatividade.

Um mercado específico pode se desenvolver e dinamizar a economia de uma região. Os mercados têm a possibilidade de absorver rendas externas que desenvolvem a economia local. Os efeitos territoriais do acesso aos mercados estão diretamente relacionados à produção de riquezas, contudo, esta relação decorre de outras estruturas, em relação ao uso dos recursos naturais e da estrutura produtiva dos territórios (FAVARETO et al. 2015). A formação de mercados mais ou menos dinâmicos depende da capacidade dos sistemas de atividades em nível local e da demanda dos mercados consumidores com o sistema de venda e consumo.

Segundo Favareto et al. (2015, p 459) nos territórios em que a estrutura produtiva ao qual ao longo do tempo se constituiu com maior especialização e concentração é comum que as trajetórias de desenvolvimento estejam marcadas com crescimento econômico, mas fortemente ligada à alta desigualdade e maior vulnerabilidades a choques externos. Segundo o autor isso pode ocorrer onde a estrutura de acesso aos recursos naturais é mais concentrada. Nas zonas com estrutura produtiva mais desconcentrada e diversificada, a possibilidade de participação social dos pequenos produtores rurais ou urbanos é maior, com elos importantes na cadeia produtiva local. Isso pode ocorrer onde a estrutura e acesso aos recursos naturais foram menos concentrados na trajetória do território. Há diferentes fatores que podem diferenciar as estruturas produtivas, como por exemplo as relações estabelecidas entre o rural e os centros urbanos.

Nos territórios onde há formas abertas e menos concentradas dos recursos há maior probabilidade que os níveis de desigualdade sejam menores, contudo, não é uma condição suficiente para que se reverta em crescimento econômico. O crescimento econômico tem tendências para uma maior inclusão nos lugares onde o acesso à terra, à água e aos recursos florestais sejam menos concentrados (FAVARETO et al. 2015).

Os sistemas de atividades podem ter fortes reflexos sobre as estruturas que organizam as redes de atores. Os movimentos internos do território, como população, transporte, informações, capitais e produtos são elementos que podem basear uma análise sobre a formação e funcionamento de mercados ligados a diferentes estruturas produtivas no território.

3.5.3 Sistema de Recursos

O sistema de recursos é formado por aspectos ambientais representados pela estrutura agrária e o acesso aos recursos naturais no território. O uso e apropriação dos recursos permitem inferir sobre os fatores que caracterizam a diversidade espacial.

Os sistemas agrícolas que compõem um espaço podem ser herdados da trajetória do território, incentivados por fatores que vão desde a implementação de políticas ao nível da qualidade dos recursos naturais para o desenvolvimento de sistemas de produção. Segundo Valverde (1964, p.09) é apenas por meio da compreensão da evolução histórica que podemos entender a resistência que os agricultores oferecem à introdução de novos sistemas agrícolas. Aí, a sobrevivência de velhas estruturas agrárias vai reforçar a resistência a certos progressos técnicos, como, por exemplo, a mecanização. Ainda segundo o mesmo autor “É o estudo da evolução histórica que vai dar ainda a chave para a descoberta da origem de determinados sistemas agrícolas” (VALVERDE, 1964 p.09).

Mazoyer e Roudart (2010) propõem uma teoria de sistemas agrários, que permite entender cada forma de agricultura e entender as mudanças históricas e a diferenciação geográfica da agricultura. Portanto, destacam que:

A agricultura tal qual se pode observar em um dado lugar e momento aparece em princípio como um objeto ecológico e econômico complexo, composto de um meio cultivado e de um conjunto de estabelecimento agrícolas vizinhos, que entretêm e que exploram a fertilidade desse meio (MAZOYER E ROUDART, 2010 p.71).

A exploração dos recursos envolve diferentes qualidades ambientais, de políticas públicas à legislações específicas em relação aos estabelecimentos agrícolas e adequações que possibilitam incentivos financeiros. Além disso, quando há presença de unidades de conservação dão possibilidades de gestão sobre os recursos naturais com acesso à políticas públicas, fortalecendo os níveis de governança territorial.

O uso dos recursos naturais de um território representa as opções de desenvolvimento disponíveis para essas sociedades. As estratégias de reprodução social de boa parte da população dos territórios rurais dependem dos serviços ambientais disponíveis. O modo como as populações fazem a gestão dos recursos naturais e dos serviços ambientais podem ter efeito direto sobre crescimento, inclusão social e sustentabilidade ambiental.

Segundo Silva (2011) “compreender o que é a estrutura agrária, significa, em outras palavras, entender o papel de um dos condicionamentos básicos da produção agrícola”. A estrutura agrária torna-se, assim, o pano de fundo sobre o qual se desenrola o processo produtivo. Portanto, a posse e o acesso à terra e à água dão ar aos projetos e discursos políticos e culturais dos possuidores e dos desapropriados nas relações de poder influenciando fortemente os projetos territoriais (BERDEGUÉ et al. 2011).

3.5.4 Políticas Públicas e Governança

No âmbito desta pesquisa e de acordo com Secchi (2010), consideramos política pública uma diretriz criada para tratar problemas públicos. Ela orienta as ações ou a passividade dos atores sociais. São resultantes das atividades políticas que buscam atender anseios coletivos do público. Dois elementos são essenciais para uma política pública: intencionalidade pública e soluções a um problema coletivamente importante.

As políticas e investimentos governamentais podem influenciar de diferentes maneiras a trajetória dos territórios. Podem alterar e reforçar as dinâmicas expressas anteriormente. Podem alterar a relação de poder entre os grupos sociais, gerando diferentes variáveis.

Há diferentes políticas incidentes no território, contudo, consideramos àquelas voltadas para o desenvolvimento rural, incluindo as chamadas políticas rurais e ambientais. Essas políticas podem traduzir processos específicos de implementação e elaboração que envolvem diferentes jogos políticos e relação de poder entre os atores sociais, influenciando os níveis de decisão, e distribuição dos custos e benefícios da implementação das políticas. Embora haja interesses antagônicos e diferentes entre os atores sociais.

As políticas públicas permitem identificar os principais dispositivos de governança no território quanto ao formato político institucional, a exemplo dos CODETERs, e o alcance das políticas públicas. É necessário procurar uma caracterização dos processos de alianças e conflitos entre atores. Podemos buscar esta análise pelo funcionamento das políticas públicas ao nível do território.

3.5.5 Trajetória dos territórios

A análise da trajetória dos territórios dados nos permite analisar as evoluções e rupturas sofridas pelo território através do tempo, enfocando o contexto histórico. A relação espaço-tempo é essencial para entender as rupturas e permanências que podem ser conjugadas e relacionadas por seu movimento constante, seus processos relacionais; suas estruturas e conjunturas. Assim o território é relacional e processual, produto e condição do tempo histórico e atual, possibilitando, dessa forma, uma visão de pluriescalaridade (SAQUET, 2005).

4 TRAJETÓRIA DOS TERRITÓRIOS TN1 E TS

Para além do quadro analítico ora apresentado a trajetória dos territórios aparece como um dos elementos iniciais a ser esmiuçado no tocante também aos resultados da pesquisa. Para tanto, sabendo da proximidade e semelhança dos territórios dados optou-se por apresentar inicialmente os elementos históricos que os compreendem e influenciaram na trajetória de ambos os territórios.

4.1 Contexto histórico da trajetória dos territórios dados

Estudos basilares realizados em meados do século XX na região bragantina e do salgado dão suporte a uma melhor apreensão dos movimentos de mudanças e permanências do espaço geográfico. O estudo realizado por Antonio Penteado (PENTEADO, 1967) foca na trajetória da Ferrovia Belém-Bragança e as peculiaridades dessa zona agrícola e dos projetos de colonização em seu percurso. Nesse estudo o autor procurou mostrar os principais problemas decorrentes dessa colonização e do uso da terra. Valverde e Dias (VALVERDE E DIAS 1967) contribuem com a análise do uso da terra na região influenciada pela construção da rodovia Belém-Brasília, procurando entender as mudanças que ocorrem a partir da chegada desta rodovia.

Como bem enfatizou Gonçalves (2011) foram dois tipos de organização espacial na Amazônia, rio-várzea-floresta pré-1960 e estrada-terra firme-subsolo pós-1960. No contexto mesoregional da primeira organização havia o predomínio do extrativismo em detrimento de atividades agrícolas.

O projeto de colonização da Bragantina foi um processo diferenciado no que tange a distribuição de terras e a migração estrangeira e nordestina no nordeste paraense. Com objetivo imediato de abastecimento da Capital Belém e dos seringais, a colonização da Bragantina tornou-se uma experiência social e histórica que perdurou por bastante tempo. As políticas públicas da Província e do Estado do Pará deram base para a agricultura, e o processo de colonização foi pensado inicialmente para atrair famílias europeias (PENTEADO, 1967).

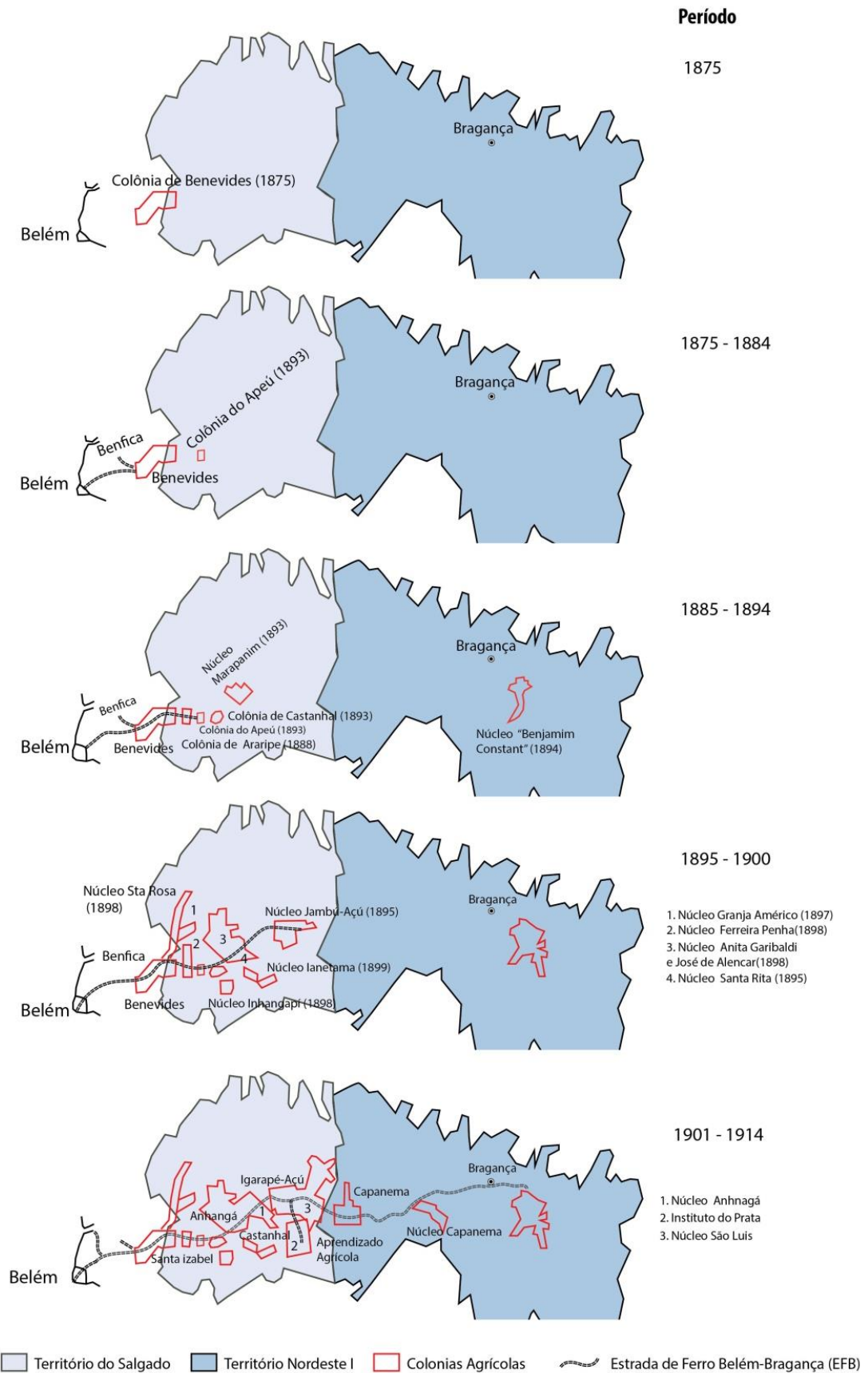
A construção da Estrada de Ferro de Bragança (EFB) (1883 – 1965) só foi possível devido a grande riqueza que advinha da borracha, portanto, tal empenho na execução da política de colonização da Bragantina constituiu-se em um processo histórico que não se

repetiu no Pará “[...] destacada, na história regional, a política de colonização da Bragantina, teve início em 1875 e permaneceu em implantação até o governo de intervenção de Magalhães Barata. (1930-1937)” (CONCEIÇÃO, et al 2002 p. 135).

A construção da EFB favoreceu, sobremaneira, a política de colonização da região. No período foram criados vários núcleos distribuídos em lotes de terras com insumos agrícolas, equipamentos e incentivos financeiros aos agricultores da região. Vilas, cidades e zonas agrícolas surgem e se distribuem em três grupos: porção Ocidental, Central e Oriental, dessa forma foi se moldando no espaço os loteamentos agrícolas (PENTEADO, 1967). O papel dos imigrantes e do trajeto da EFB foi um dinamizador dos assentamentos nos Núcleos Coloniais, sendo referência aos povoados e vilas que se situavam em sua margem, devido aos costumes que foram sendo adquiridos por conta da localização das estações do trem, das paradas e outras estruturas que serviam de suporte para o escoamento da produção agrícola e transporte de pessoas.

A partir da observação da figura 3 podemos verificar como se deu a evolução das colônias agrícolas e da EFB. A primeira colônia a ser instalada foi a de Benevides em 1875 e posteriormente a de Apeú, sendo alcançada pelos trilhos da EFB também no mesmo período. O período de 1885 a 1894 se observa um aumento da instalação das colônias no TS e surgimento da primeira no TN1 em 1894, a construção da EFB seguia de forma menos acelerada sua construção. O período de 1895-1900 podemos perceber um processo de consolidação tanto das colônias agrícolas como da EFB no TS. O período de 1901-1914 observa-se a consolidação do trajeto da EFB alcançando o município de Bragança, algumas colônias surgem nesse período no TN1. A partir desses períodos de construção e consolidação é possível compreender que houve uma maior influência, num espaço de tempo maior a implantação e construção das colônias agrícolas e da EFB no TS. O TN1 pode ter uma dinâmica maior de influencia da EFB a partir do início do século XX, mas que influenciou sobremaneira as dinâmicas espaciais até o ano da desativação da EFB, em 1965.

Figura 3 – Evolução da construção da EFB e das colônias agrícolas (1875 – 1914)



Fonte: PENTEADO (1967). Adaptado pelo autor, 2020.

A partir dos anos 30 do século passado há um processo de municipalização originário de povoados fundados nas adjacências da EFB. Santa Izabel do Pará, Castanhal, Ananindeua, São Francisco do Pará, Inhangapi e Nova Timboteua, municípios que surgem de povoados ligados à Estrada de Ferro. Outro município criado ao longo da estrada de ferro em 1906 foi Igarapé-Açú (TAVARES 2008).

O trajeto da EFB deixou marcas, tanto na paisagem como nos aspectos socioculturais da região. Para Conceição, et al (2002 p.138-139) “Os Núcleos Coloniais dinamizaram a ocupação e asseguraram o crescimento na região Bragantina entre 1875 a 1914 anos respectivos da fundação da primeira e última colônia. A base de sustentação das colônias foi de agricultores familiares.”

Com uma economia baseada na exploração de produtos florestais e na presença de uma zona agrícola de proporção singular a Bragantina se destacou devido a ampla importância econômica. As culturas de subsistência praticadas de forma associada tanto nas áreas de cultivo e de produção tinham como destaque a mandioca, o arroz e o milho, esses produtos abasteciam tanto a região como a capital (PENTEADO, 1967). A principal via de escoamento era a EFB, portanto com sua desativação em 1965, e a modernização do transporte, a agricultura entrou em crise, afetando a economia, pois o processo de desativação foi posto em prática de forma repentina e muito rápido. “Se, em finais do século XIX, o transporte ferroviário foi considerado moderno, em meados do século XX, no Brasil, o transporte rodoviário é que assumiu essa característica, em detrimento dessas ferrovias e hidrovias. (CONCEIÇÃO, et al p.148).

Segundo Andrade (2011), o sistema de povoamento dessa região obedeceu a duas dinâmicas distintas: uma que se estabeleceu ao longo das margens dos grandes rios (1890-1920), e outra que foi fortemente influenciada pelas estradas (1920-1970). Na primeira fase (1890-1920), a exploração da borracha integrou a região ao mercado internacional, e Belém desempenhava um papel central na estrutura socioeconômica regional. Havia então um padrão de ocupação distribuída às margens dos rios, estando em torno da borracha o mais importante fluxo de povoamento da Amazônia. Os governantes da época, no entanto, deram atenção diferenciada à região nordeste do estado como afirma Gonçalves (2012):

[...] todo um projeto de colonização foi desencadeado com migrantes nordestinos e com base na produção familiar e com resultados historicamente favoráveis, não só por ter permitido o abastecimento de Belém, como também por garantir a ocupação, durante mais de um século daquela região (GONÇALVES, 2012, p. 90).

A segunda fase (1920-1970) começa com a estagnação econômica provocada pela decadência da economia da borracha (SANTOS, 1980). A partir da década de 1950 o Estado inicia um processo de intervenção planejada na região por meio da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). As estradas, a exemplo da Belém-Brasília, formam uma nova rede que vai intensificar os fluxos migratórios e facilitar a instalação de empreendimentos industriais e modificações nos sistemas agrícolas.

Para tanto, propomos uma análise sobre as trajetórias dos dois territórios fazendo uma relação entre suas dinâmicas atuais com o contexto histórico como nos mostra os autores mencionados acima. Definimos três datas que são momentos-chave das trajetórias: 1914, conclusão da EFB e consolidação dos projetos de colonização da bragantina, 1960, desativação da EFB e construção de rodovias e 2014 para o período atual. Apresentamos as trajetórias nos resultados da pesquisa para cada território.

5. RESULTADOS - TERRITÓRIO NORDESTE I

Nesta parte do trabalho apresento os principais resultados do Território Nordeste 1 (TN1). Estes resultados serão apresentados da seguinte forma: i. trajetória específica do território; ii. caracterização da diversidade do território; iii. tipologia espacial através dos resultados do Zoneamento Participativo por Atores Chaves (ZADA); iv. Modelização e análise do sistema de dinâmicas territoriais.

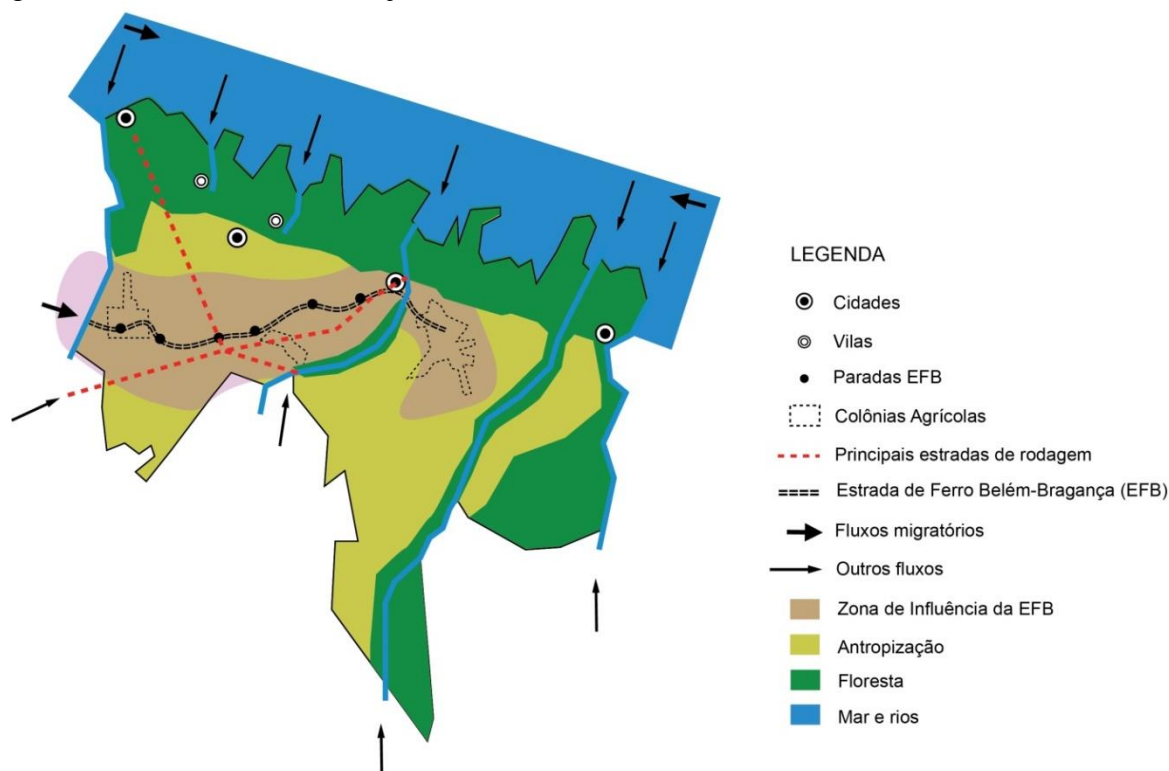
5.2 Trajetória específica do Território Nordeste 1

Optou-se por escolher três períodos-chave: o iniciado em 1914 (FIGURA 04) que compreende a finalização da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB) e a consolidação das colônias agrícolas do eixo oriental; o período de 1965 (FIGURA 05) que compreende a desativação da EFB e a construção de rodovias e 2014 (FIGURA 06) para o período atual.

Podemos notar na Figura 04 uma configuração espacial definida claramente pelo projeto de colonização que visava distribuir terras à migrantes estrangeiros e nordestinos na região. Segundo Conceição, et al (2002 p.138-139) “Os Núcleos Coloniais dinamizaram a ocupação e asseguraram o crescimento na região Bragantina entre 1875 a 1914 anos respectivos da fundação da primeira e última colônia” (FIGURA 03).

O funcionamento da EFB possibilitou a consolidação da política de colonização. Devido às péssimas condições de trafegabilidade nas estradas de rodagem as principais cidades se localizavam próximos ao litoral marítimo, as vias marítimas tinham grande importância no fluxo de produtos e pessoas, o que muda com o funcionamento da EFB. Foi a partir do funcionamento da EFB que foram instalados no TN1 os núcleos Bejamim Constant e Capanema 1 e 2. A dinâmica desta colonização funcionou com distribuição de lotes de terras, insumos agrícolas, equipamentos e incentivos financeiros (PENTEADO, 1967). Nesse período havia quatro principais cidades e vilas localizadas próximas ao litoral, Bragança com papel estruturante principal, Salinas, Primavera e Viseu. A partir de 1930 há um processo de municipalização originária dos povos situados na trajetória da EFB, como: Nova Timboteua (TAVARES 2008).

Figura 4 – Período-chave da trajetória do TN1 (1914).

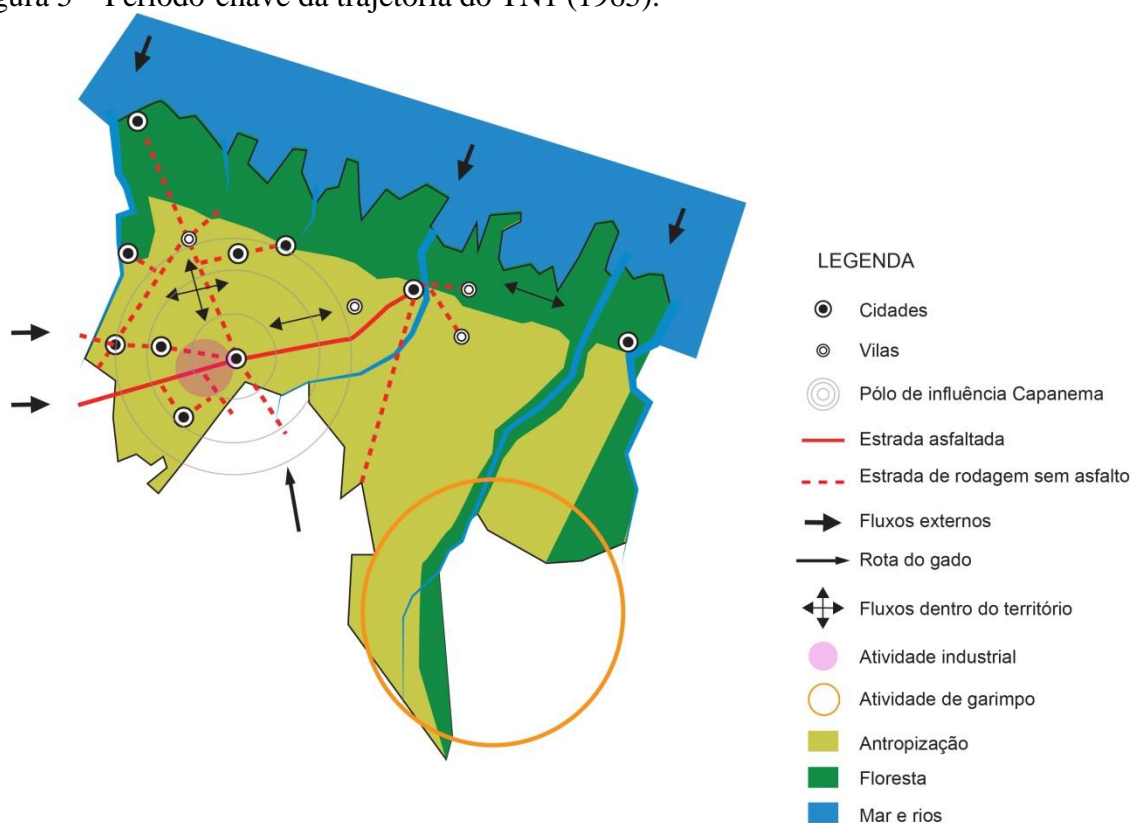


Fonte: PENTEADO, 1967; CONCEIÇÃO, 1990; DA COSTA TAVARES, 2010. Elaboração do autor.

A principal via de escoamento era a EFB, portanto com sua desativação em 1965, e a modernização do transporte rodoviário e o advento de uma nova configuração espacial, mudando sobremaneira o papel estruturante dos municípios diante de um processo emancipatório de novos municípios, a exemplo de Capanema.

De fato o período precedente à desativação da EFB possibilitou o processo emancipatório de muitos municípios com uma mudança nos papéis das cidades. O processo de antropização, influenciado pelo tipo de agricultura itinerante possibilitou uma crise agrária nas áreas noutroa voltadas para uma colonização dirigida e que tinha como papel estruturante Bragança. Capanema ganha importância neste cenário com a instalação de uma indústria de cimento que inicia um processo dinamizador da economia da época. Torna-se um entreposto de circulação de produtos e pessoas. A parte leste do território nesse momento se aquecia gradativamente com a instalação de mineradoras e grupos agropecuários e incentivos externos potencializados pelo Estado nesse período, foi um período de muitos conflitos pela posse da terra entre camponeses e essas empresas que concentravam grande parcela de terras. A estradas BR 316 e BR 22 possibilitavam um maior fluxo concentrado em Capanema. Podemos perceber essa trajetória através da Figura 05.

Figura 5 – Período-chave da trajetória do TN1 (1965).

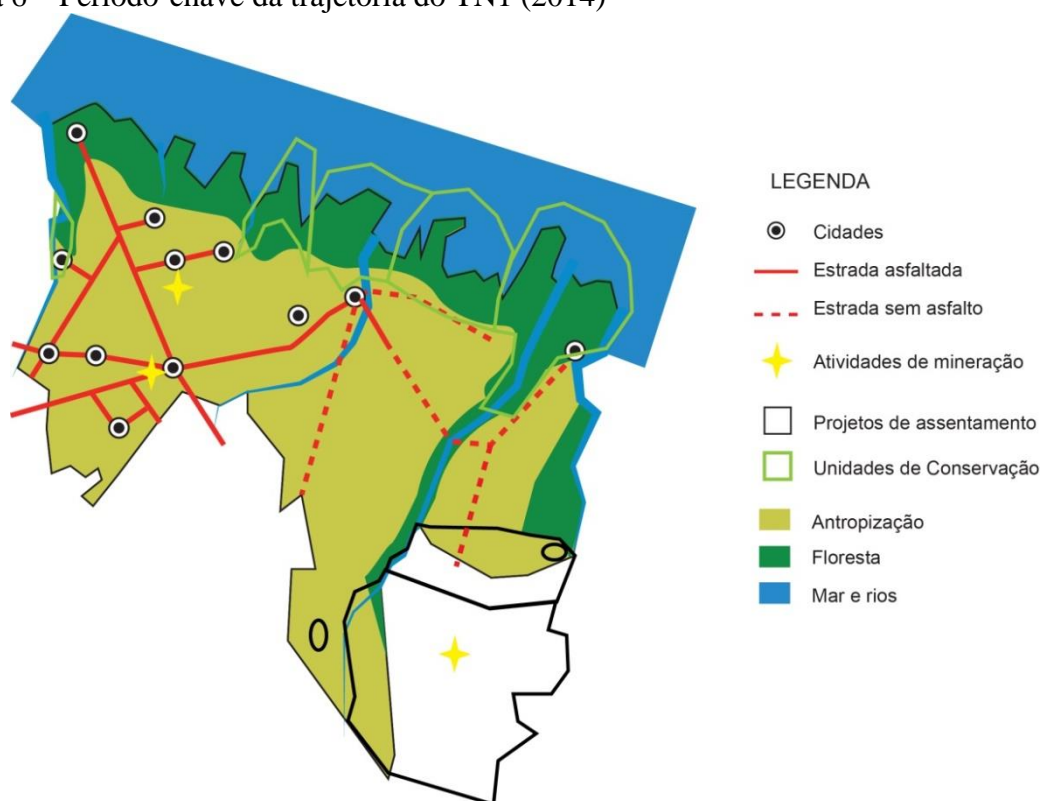


Fonte: VALVERDE; DIAS, 1967; DA COSTA TAVARES, 2010. Elaboração do autor.

O período atual mostra o território com uma configuração composta por vias de circulação dinamizadoras e que dão papéis diferenciados para cada município. Além disso a mobilização dos atores sociais e os conflitos existentes noutroa possibilitaram a criação de mecanismos de governança territorial por meio das UC criadas no início dos anos 2000 e o estabelecimento de assentamentos que surgiram através da demanda e conflitos pelo acesso à terra nos anos 80, principalmente em Viseu, como podemos observar na Figura 06.

Uma infraestrutura rodoviária se consolidou de forma mais acelerada na região geográfica imediata (RGI) de Capanema (APÊNDICE C) no TN1 onde se concentra o maior número de municípios. A RGI de Bragança, está localizado quatro municípios no TN1 que ocupam uma maior área no TN1, há uma estrutura rodoviária precária, principalmente no município de Viseu. Essa infraestrutura, de fato, compreende distintos interesses e surgimento de empresas de mineração favorecidas pelo Estado que atrai diferentes capitais devido a uma infraestrutura melhor. Outro fator importante é o turismo em Salinópolis e Bragança. Viseu, de fato é o município que ocupa uma posição menos favorável com relação a infraestrutura rodoviária.

Figura 6 – Período-chave da trajetória do TN1 (2014)



Fonte: Pesquisa (2020), elaboração do autor.

A trajetória do território é marcada por um processo de ocupação direcionada com o papel central do estado com o funcionamento da EFB. Esse processo possibilitou a ocupação do território que passou por crises devido as mudanças ocorridas. A reestruturação mudou os papéis dos municípios e também ocasionou em diferentes processos emancipatórios, consolidando a estrutura municipal. Nesses períodos foi possível indicar diferentes eventos que influenciaram na configuração espacial do TN1, consolidando a infraestrutura e surgindo mecanismos de governança territorial, principalmente com as UC.

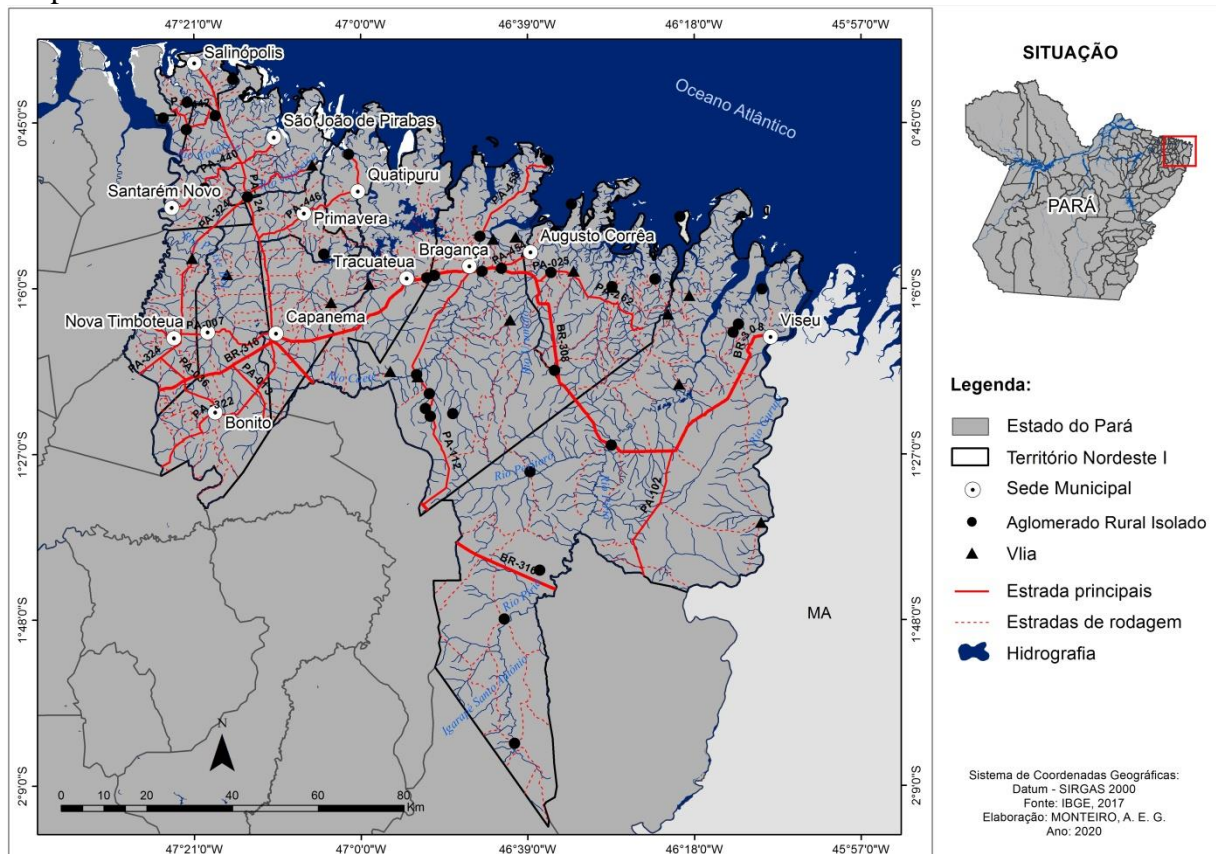
5.3 A Caracterização da diversidade do TN1

Esse texto apresenta informações estruturantes que dão suporte a uma caracterização da diversidade do TN1, possibilitando comparações e análises. Os elementos selecionados foram: a localização e tamanho dos municípios procurando entender o papel que cada um assume na hierarquia do território; aspectos sobre os elementos que constituem a estrutura produtiva e os diferentes usos e acessos aos recursos naturais; e alguns aspectos de políticas públicas incidentes no TN1 e que definem níveis de governança territorial e dos recursos naturais.

5.3.1 Localização e tamanho dos municípios do TN1

Os 12 municípios do TN1 estão localizados em um raio de 70 km um do outro. Esta localização é um dos fatores chave de definição e estruturação do território. A maioria destes tem ligação com o litoral marítimo tendo um forte impacto das atividades produtivas voltadas para a pesca e turismo, exceto Capanema, Peixe Boi, Nova Timboteua e Bonito. Contudo, além do fator de proximidade ao litoral marítimo, todos os municípios têm seus maiores fluxos de pessoas e produtos através das estradas que estruturam as atividades produtivas do TN1 conforme podemos visualizar no Mapa 05 que destaca a localização das sedes, a rede de rodovias principais e o padrão hidrográfico entres os municípios.

Mapa 4 – Território Nordeste 1



Fonte: IBGE, 2017. Elaboração do autor (2020).

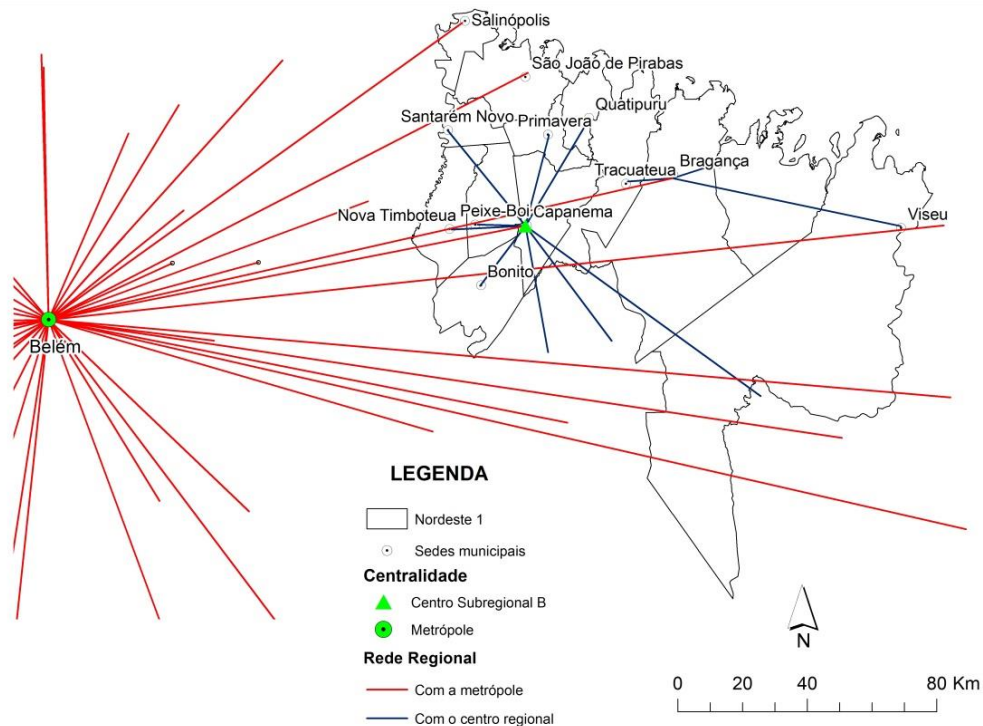
Os fluxos mais intensos no TN1 são decorrentes do funcionamento da BR-316 que faz a ligação entre Belém e Capanema, e a BR-308 que liga Capanema a Bragança e os demais municípios adjacentes como Augusto Corrêa, Tracuateua e Viséu. As rodovias Federais e Estaduais oferecem boas condições de infraestrutura (pavimentação) e condições de tráfego entre as cidades em direção à região metropolitana de Belém; com exceção de Viséu que é

conectado pela BR 308 que não é asfaltada em sua maior extensão. O fluxo de produtos, bens e pessoas são fortemente influenciados por essas rodovias. Fluxos decorrentes de transporte de produtos industrializados como o cimento é identificado em Primavera e Capanema. Maiores fluxos de pessoas podem ser observados nos meses de julho e alta temporada em direção à Salinópolis, sendo as principais vias de acesso as PA's 324 e 124. Bragança é outro município que recebe um fluxo muito forte de pessoas e produtos, além de ter vários atrativos turísticos que influenciam esses fluxos, a exemplo da Praia de Ajuruteua.

O tamanho territorial dos municípios constitui um segundo fator importante no TN1. Podemos dizer que o TN1 se divide em pequenos, médios e grandes municípios, onde os grandes se concentram na parte leste do território (RGI de Bragança), respectivamente Viseu, Augusto Corrêa, Bragança e Tracuateua. E por médios e pequenos municípios que estão concentrados na parte oeste (RGI de Capanema).

A localização e tamanho dos municípios e a rede de rodovias indicam diferentes níveis de interligação municipal no TN1. Segundo o IBGE, Capanema é o principal centro com maior número de cidades contíguas a ela. Podemos notar Bragança como um polo secundário com forte influência dos municípios contíguos de Tracuateua e Augusto Corrêa, além de Viseu, embora em menor intensidade devido a distância. É plausível ainda fazermos aqui uma leitura para o caso específico do município de Salinópolis no TN1. Apesar de exercer uma menor influência na interligação municipal comparativamente com Capanema e Bragança, Salinópolis por ser um dos principais polos turísticos do estado, exerce forte influência intermunicipal, não apenas com todos os outros municípios do TN1, mas especialmente com Belém. Estes três municípios representam os principais fluxos de pessoas e produtos com a metrópole. O mapa 6 abaixo ilustra essa configuração dos polos de interligação municipal no TN1 através da hierarquia urbana e dos principais fluxos de pessoas que se deslocam para trabalho ou estudo (IBGE, 2010).

Mapa 5 – Influência das cidades do TN1 em relação ao centro sub-regional e a metrópole



Fonte: IBGE (2010), elaboração do autor.

5.3.2 Aspectos econômicos e o peso do rural e urbano

O aspecto populacional dos municípios do TN1 é bastante diferenciado, com uma cidade que ultrapassa os cem mil habitantes e outras com até dez mil habitantes ou menos. Os municípios mais populosos seguem o padrão dos com maiores interligação territorial e atração comercial. Ou seja, Bragança, Capanema, Salinópolis concentram mais da metade da população do TN1; todos com alta taxa da população concentrada na área urbana especialmente Salinópolis que se destaca por ter uma população urbana relativa de 140 habitantes por km², o que também pode ser explicado pelo tamanho do município em relação aos outros. Mas este padrão de distribuição inverte-se em outros municípios (Viseu, Tracuateua, Bonito e Santarém novo), onde a grande maioria da população é concentrada na zona rural. Os outros municípios apresentam uma distribuição populacional similarmente distribuída entre zona rural e urbana.

TABELA 1. Aspectos populacionais do território Nordeste I no estado do Pará³

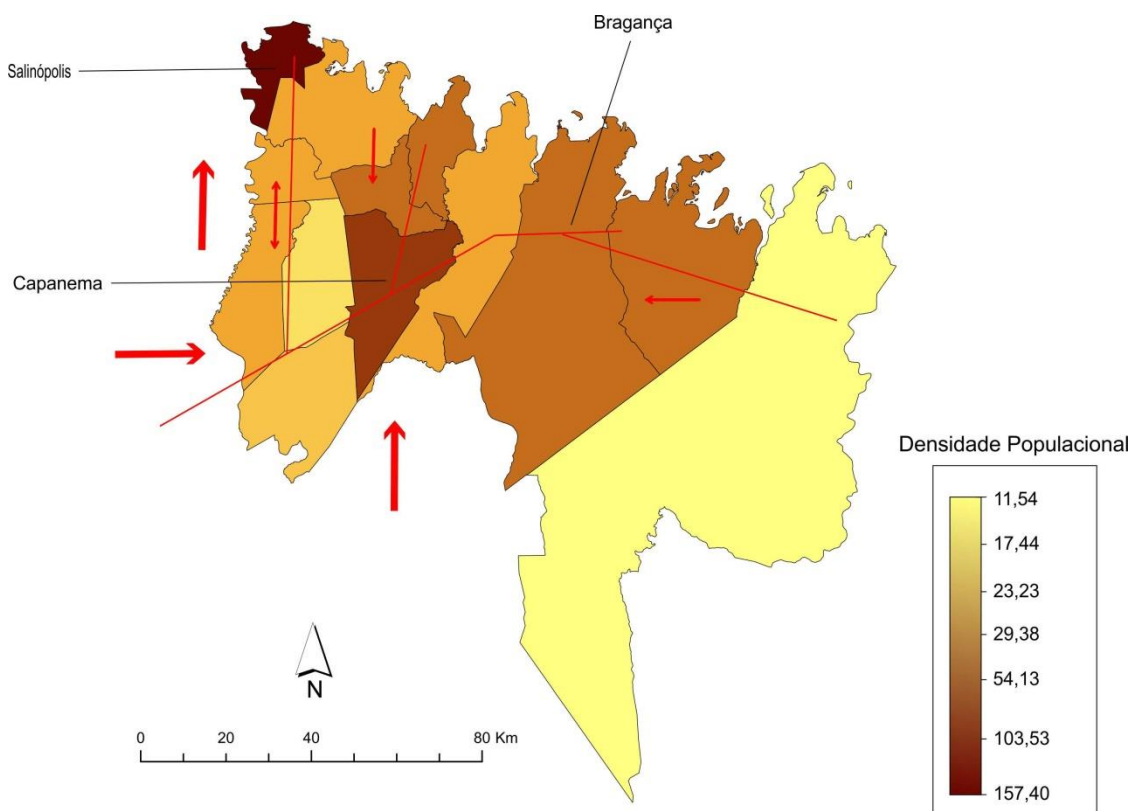
Município	População Total	População Rural		População Urbana		Área (Km ²)	Densidade Demográfica
		Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa		
Bragança	113.227	40.606	19,41	72.621	34,71	2.091,93	54,13
Capanema	63.639	12.907	20,99	50.732	82,53	614,69	103,53
Viseu	56.716	38.319	7,79	18.397	3,74	4.915,07	11,54
Augusto Corrêa	40.497	22.257	20,39	18.240	16,71	1.091,54	37,10
Salinópolis	37.421	4.030	16,95	33.391	140,45	237,74	157,40
Tracuateua	27.455	20.199	21,62	7.256	7,76	934,27	29,38
São João de Pirabas	20.647	10.160	14,40	10.487	14,86	705,54	29,26
Nova Timboteua	13.670	8.150	16,63	5.520	11,26	489,85	27,90
Bonito	13.630	9.803	16,70	3.827	6,52	586,74	23,23
Quatipuru	12.411	7.098	21,76	5.313	16,29	326,11	38,05
Primavera	10.268	3.877	14,99	6.391	24,71	258,60	39,70
Peixe-Boi	7.854	3.685	8,18	4.169	9,25	450,22	17,44
Santarém Novo	6.141	4.332	18,87	1.809	7,88	229,51	26,75

Fonte: IBGE, 2010. Adaptado pelo autor.

Pode-se perceber também que os municípios com maiores densidades populacionais no TN1 são Capanema e Salinópolis, ambos com densidade acima de 100 hab/km². Salinópolis com uma densidade de 157 hab/km² não representa a realidade de outros dez municípios do território; de fato, apresenta uma densidade similar a Castanhal, o sexto maior município do Estado, localizado no eixo rodoviário de ligação dos municípios do TN1 com Belém. Isto explica-se pelo fato de Salinópolis ter forte relação com a metrópole através do turismo de segundo residência. O mapa 07 a seguir ilustra visualmente essa densidade populacional no TN1; Pode-se verificar claramente o papel que os três municípios com maiores densidade populacional exercem como polos no território. Capanema em específico atrai fluxos populacionais dos municípios mais próximos como Primavera, Quatipuru, Bonito, Peixe-Boi e Nova Timboteua. Bragança, por outro lado, tem maior influência nos fluxos populacionais com Augusto Corrêa, Viseu e Tracuateua. No geral, são nestes municípios onde se concentra a maior diversidade e disponibilidade de serviços, assim como uma maior rede de oportunidades de negócios no TN1.

³ População relativa (urbana e rural) representa a densidade demográfica.

Mapa 6 – Densidade populacional e rede de fluxos no TN1

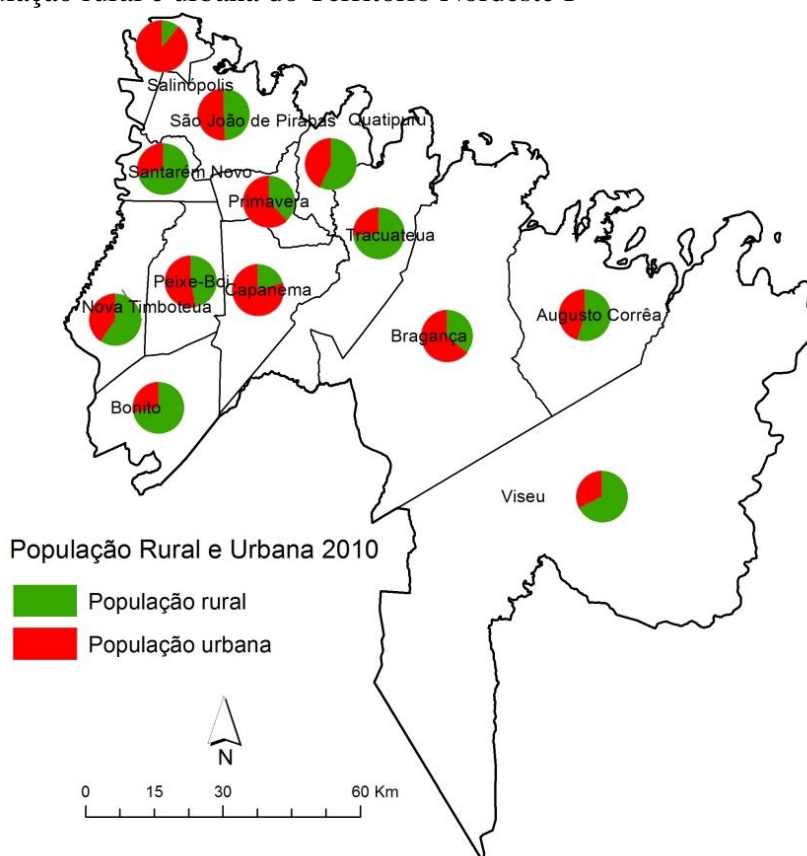


Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

Na tabela 1 destacamos os dados da densidade demográfica relativa da população rural e urbana, dividindo o peso total entre essas duas categorias e no mapa 7 a densidade demográfica total dos municípios. No mapa 08 podemos verificar como a população total se divide em urbana e rural. Nos municípios de Tracuateua, Viseu, Bonito, Nova Timboteua, Santarém Novo, Quatipuru e Augusto Corrêa apresentam uma população predominantemente rural, que representa acima de 50% da população total embora apresentem diferentes aspectos quanto a densidade demográfica.

Todos os municípios apresentam uma média de população rural relativa que varia de 14 a 21 habitantes por km² apresentando uma maior densidade populacional rural. A única exceção é o município de Viseu com uma população rural relativa de 7 habitantes por Km². Os dados demográficos podem revelar algumas disparidades entre os municípios, de fato o conjunto de ações destinadas aos municípios através de implementação de políticas públicas pelo Estado devem atender às características demográficas, o que implica em conjuntos de medidas plausíveis para a cidadania das populações, principalmente as que vivem no campo que sofrem mais para ter acesso à serviços fundamentais como saúde, educação e saneamento básico.

Mapa 7 – População rural e urbana do Território Nordeste I



Fonte: IBGE (2010), elaboração do autor.

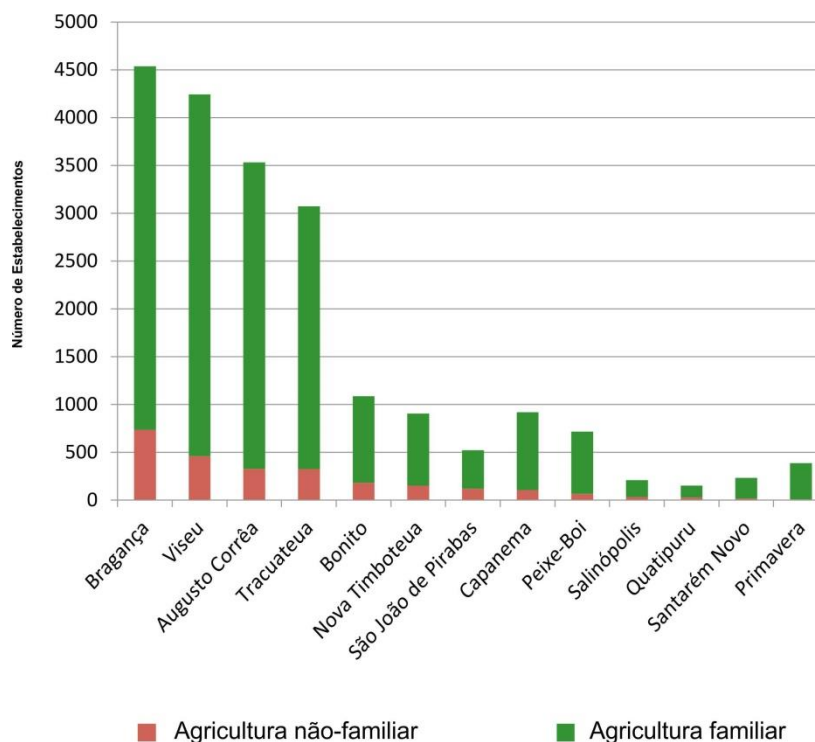
- **Aspectos fundiários**

O TN1 é composto predominantemente por pequenas e médias propriedades rurais. Cada módulo fiscal dos municípios equivale a 55 hectares, com exceção do município de Viseu onde um módulo é equivalente a 75 hectares. Compreende-se como pequena propriedade o imóvel rural que possui até 4 módulos rurais, ou seja, propriedades de até 220 hectares podem ser consideradas pequenas. Já as médias propriedades são aquelas de área superior a 4 a 15 módulos fiscais. As grandes propriedades são aquelas com mais de 15 módulos fiscais, no TN1 elas aparecem em menor número.

A partir dos dados disponibilizados pelo censo agropecuário de 2017 foi possível criar uma tipologia representada em nível municipal, na tentativa de compreender melhor a estrutura fundiária atual do TN1. Primeiramente podemos observar através do gráfico o número total de propriedades por municípios separados por agricultura não-familiar e agricultura familiar. Os dados mostram que há um número bastante elevado de estabelecimentos na região geográfica imediata de Bragança (APÊNDICE C), que

compreende os municípios de Bragança, Viseu, Augusto Corrêa e Tracuateua, isso pode revelar o papel estruturante das UC existentes nestes municípios com a implementação de políticas públicas para regularização fundiária e também pelo tamanho dos municípios.

Gráfico 1 – Número de estabelecimentos rurais por município no TN1



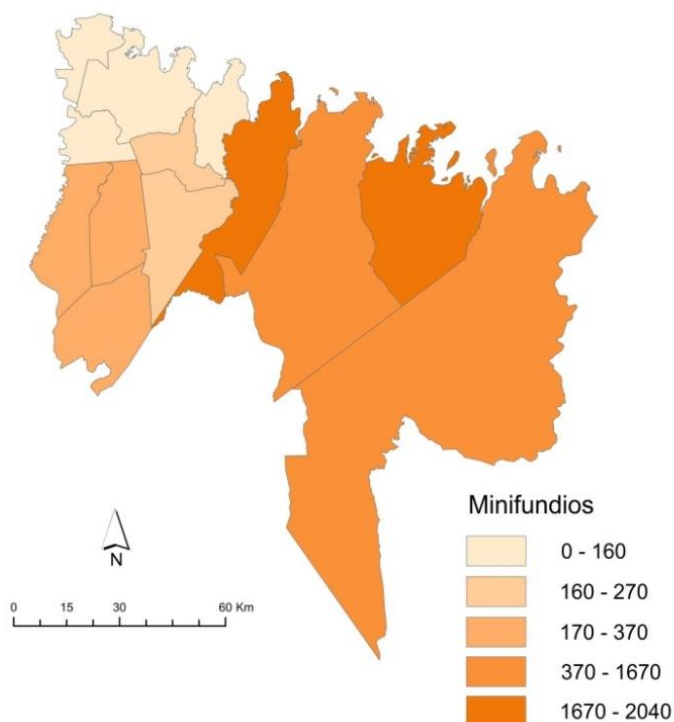
Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE)

Predominantemente os estabelecimentos agropecuários são de agricultores familiares no TN1, como podemos observar no gráfico. Bragança é o município que apresenta o maior número de estabelecimentos agropecuários não-familiar, seguido por Viseu, Augusto Corrêa e Tracuateua, o que pode indicar uma maior concentração de terras por esses tipos de estabelecimentos agropecuários. Enquanto isso Bonito Capanema, Nova Timboteua, e Peixe Boi de 600 a 800 estabelecimentos da agricultura familiar, e os outros municípios abaixo de 500 estabelecimentos, Quatipuru, por exemplo, tem apenas 123 estabelecimentos da agricultura familiar. De modo geral, podemos observar que há uma forte disparidade entre os municípios do TN1 com relação ao número de estabelecimento agrícolas.

Um aspecto importante dessa estrutura fundiária são as propriedades que possuem menos de 2 ha. Esses estabelecimentos muitas vezes não apresentam viabilidade produtiva devido ao tamanho restrito. Os dados mostram que 33% dos estabelecimentos no TN1 são de até 2 ha. Podemos notar no mapa 9 a formação de um gradiente entre os municípios, os municípios de Tracuateua, Augusto Corrêa, Bragança e Viseu tem um maior numero desse

minifúndios, o que pode comprovar o alto número de estabelecimentos apresentados no gráfico 01. Os municípios da rede de influência de Capanema apresenta um numero menor de estabelecimentos de até 2 ha.

Mapa 8 – Número de minifúndios de até 2 hectares em cada município do TN1 (2017)



Fonte: IBGE (2017), elaboração do autor.

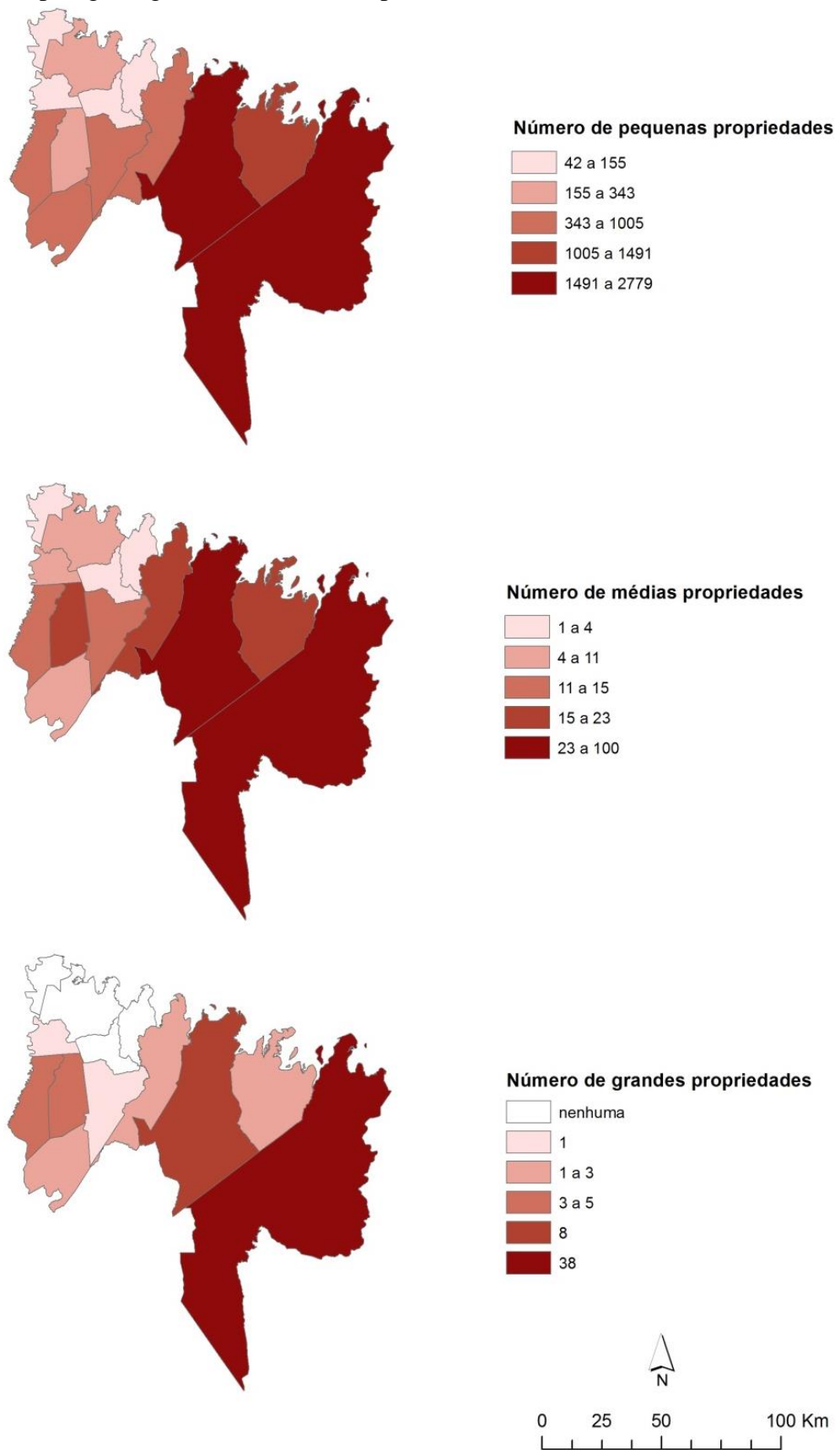
Vale ressaltar que o número de minifúndios não foi representado na tipologia que apresentamos a seguir.

A tipologia criada para analisar a distribuição dos estabelecimentos por municípios está representada no mapa 09, com o número de pequenos, médios e grandes estabelecimentos por meio dos dados do censo agropecuário de 2017 e tabulados de acordo com o módulo fiscal que definem o tipo de estabelecimento. De fato, há uma relação entre o tamanho dos municípios e o número mais elevado de pequenas e médias propriedades, como pode observar nos municípios de Bragança e Viseu.

Podemos observar no mapa 09 que há uma maior quantidade de pequenas propriedades nos municípios de Viseu, Bragança e Augusto Corrêa. Os municípios localizados na região geográfica imediata de Capanema (APÊNDICE C) formam um gradiente que indica um número menor de pequenos estabelecimentos agropecuários. Os dados com relação ao número de estabelecimentos médios e grandes podem mostrar uma maior concentração de terras. Muito embora estes números sejam bem menores que os

apresentados sobre pequenos estabelecimentos. Podemos notar que os maiores números de estabelecimentos médios se encontram nos municípios de Bragança e Viseu, assim como o número de grandes propriedades. Os municípios de Primavera, Salinópolis, Quatipuru e São João de Pirabas não apresentam nenhum grande estabelecimento, e um número menor em relação aos outros municípios de médios estabelecimentos.

Mapa 9 – Tipologia segundo o número de tipo de estabelecimento no TN1 (2017)



Fonte: IBGE (2017), elaboração do autor.

Os dados sobre os números de estabelecimento podem mostrar níveis de concentração de terras mais acentuados nos municípios onde se localizam o maior número de grandes propriedades, no mapa 9 foi possível perceber que Viseu e Bragança são os municípios com maior número de grandes estabelecimentos rurais que implica em maiores níveis de concentração de terra.

- **Aspectos produtivos**

O PIB dos municípios está organizado por setor na tabela 2, a posição dos municípios na tabela obedece ao valor decrescente do PIB agropecuário. Os municípios do TN1, em sua maioria, tem no setor de serviços o principal vetor econômico, representa mais de 50% do PIB. Nos municípios de Viseu, Tracuateua, Quatipuru, Augusto Corrêa, Bragança e Nova Timboteua o PIB agropecuário tem um peso significativo. A indústria aparece com vigor nos municípios de Primavera, Bonito, Capanema e Salinópolis. Além disso, os maiores arrecadadores de impostos são os municípios de Capanema, Bonito e Primavera, isso pode ser explicado pela importância das atividades de mineração Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) nos municípios.

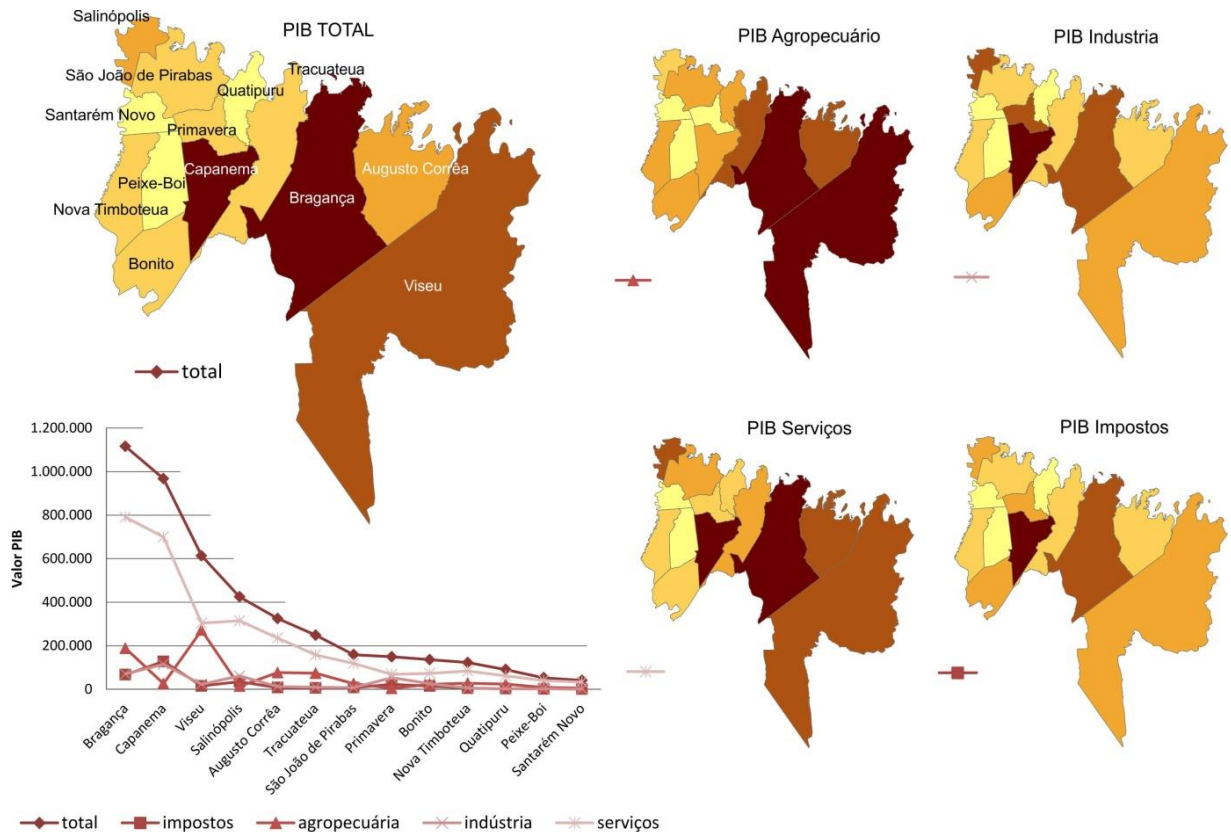
TABELA 2. PIB municipal por setor no Território Nordeste I

Município	PIB total	PIB impostos	%	PIB agropecuária	%	PIB indústria	%	PIB serviços	%
Viseu	613.440	15.373	2	271.496	44	23.015	4	303.554	49
Bragança	1.115.894	67.075	6	188.254	17	70.454	6	790.109	71
Augusto Corrêa	324.908	7.792	2	76.643	23	13.000	4	235.337	72
Tracuateua	248.327	6.299	3	73.929	30	9.909	4	158.188	63
Nova Timboteua	122.885	5.402	4	27.834	22	5.723	4	83.924	68
São João de Pirabas	158.966	7.731	5	25.668	16	7.083	4	118.482	74
Capanema	967.350	127.779	13	25.365	2	115.074	12	699.130	72
Quatipuru	90.638	2.557	3	23.399	26	2.678	3	62.002	68
Bonito	136.234	14.804	11	22.619	16	25.452	18	73.356	54
Salinópolis	424.969	34.821	8	13.800	3	61.172	14	315.174	74
Peixe Boi	52.913	1.994	4	8.622	16	2.240	4	40.055	75
Santarém Novo	41.219	1.044	3	5.169	13	1.697	4	33.307	80
Primavera	149.254	23.289	15	4.016	2	53.189	36	68.757	47

Fonte: IBGE (2017). Adaptado pelo autor.

Foi possível representar os dados da Tabela 2 na figura 07 abaixo, nela podemos observar que os principais PIBs estão em Capanema e Bragança. De fato há um peso significativo do PIB agropecuário nos municípios da região geográfica imediata de Bragança (APÊNDICE C).

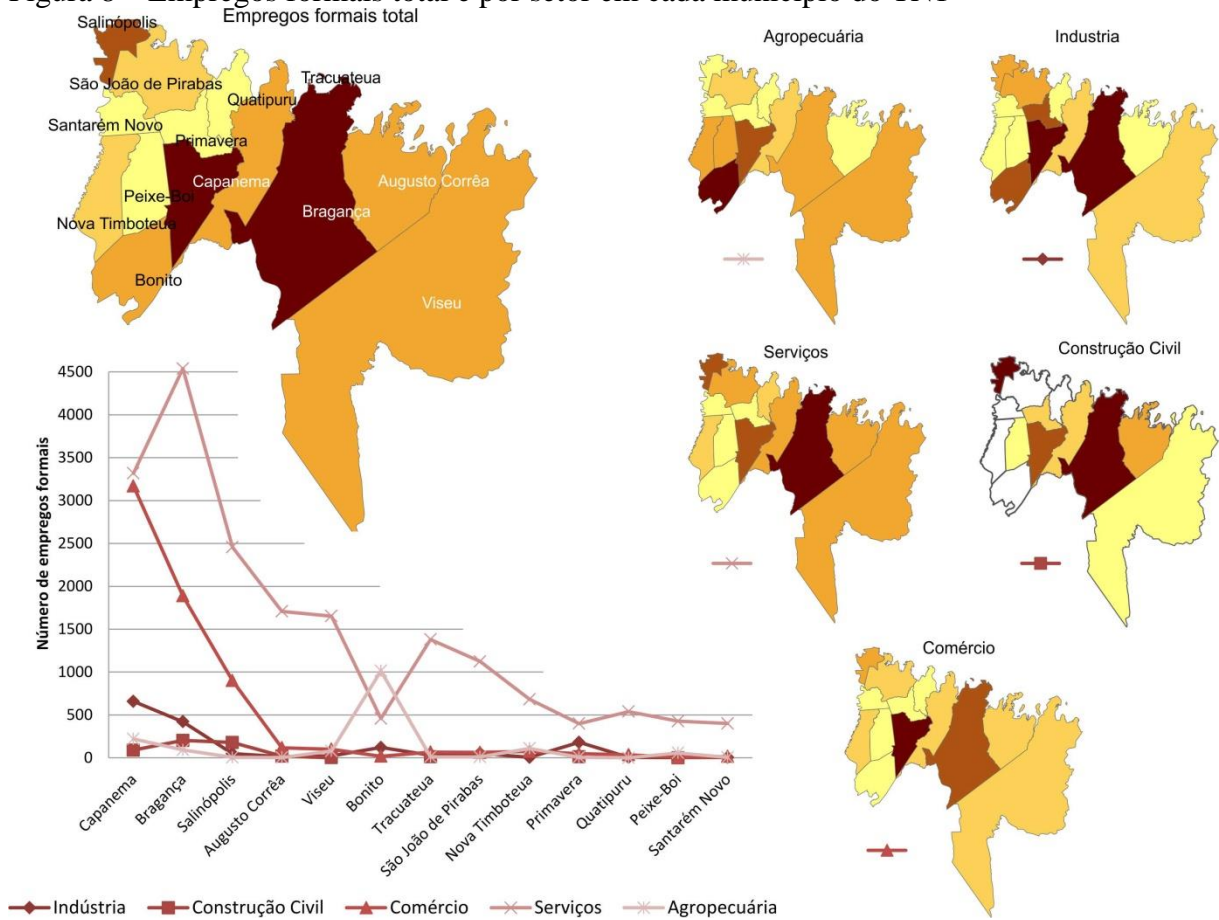
Figura 7 – Produto Interno Bruto total e por setor em cada município do TN1



Fonte: IBGE (2017). Adaptado pelo autor.

O IBGE (2017) nos oferece os dados sobre os vínculos empregatícios no emprego formal por grande setor, estas informações estão representadas na figura 08. Podemos observar que Capanema e Bragança são os municípios que mais apresentam empregos formais, nesses dois municípios o comércio e os serviços são bastante fortes, Salinópolis acompanha de forma gradual também pelo vínculo do comércio e serviços, o forte fator é o papel central do turismo em Salinópolis que supera a construção civil. Com relação aos vínculos no setor agropecuário Bonito apresenta o maior número de vínculo, talvez pelo fato de haver uma forte atividade voltada para o monocultivo do dendê no município. A indústria também possibilita muitos vínculos empregatícios no emprego formal em Capanema, Bragança, Primavera e Bonito.

Figura 8 – Empregos formais total e por setor em cada município do TN1



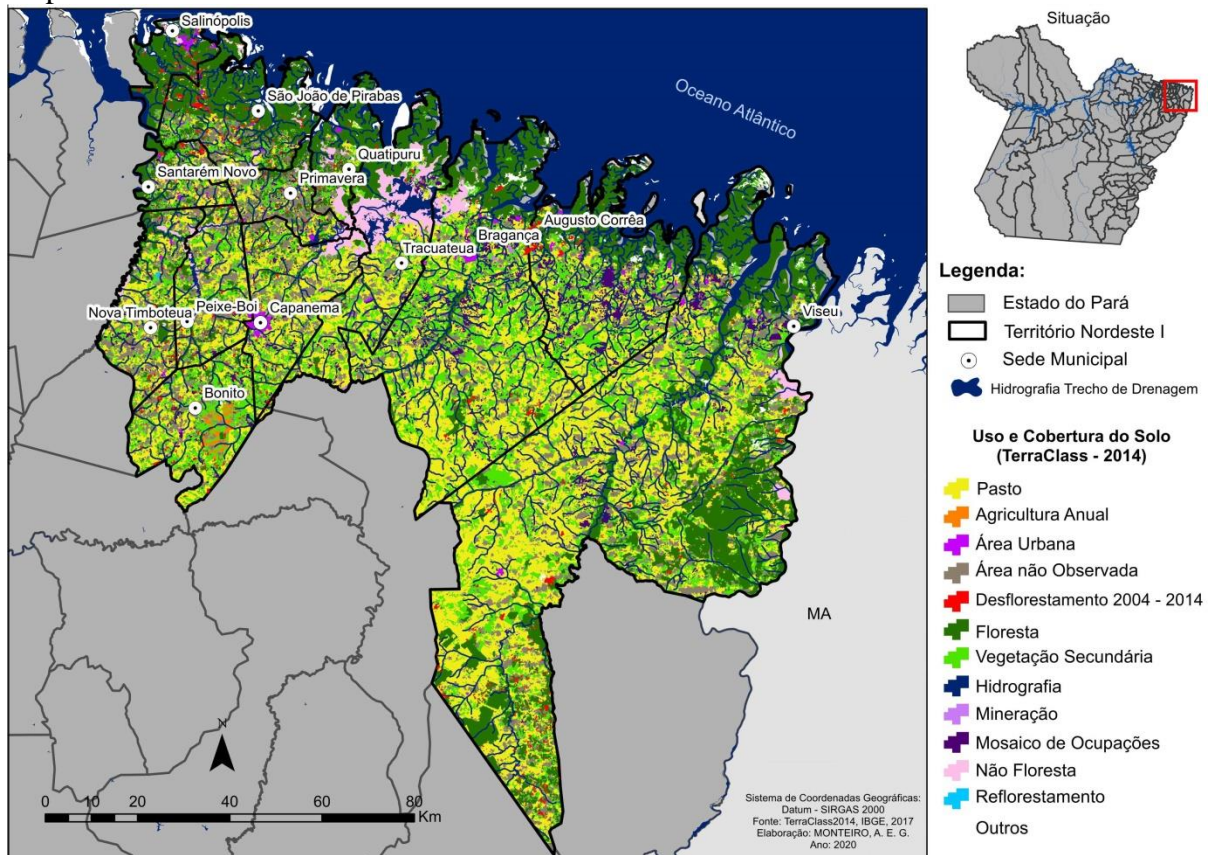
Fonte: IBGE (2017). Elaboração do autor.

Os dados apresentados acima nos mostram diferentes aspectos da estrutura fundiária e produtiva do TN1, essas informações imprimem especificidades para cada município, e contribui para uma leitura sobre os aspectos econômicos do território. Foi possível perceber o funcionamento da estrutura econômico através dos diferentes setores tanto através do PIB como pelas informações sobre empregos formais de cada setor.

5.3.3 Estrutura de acesso aos recursos naturais: Uso e apropriação da terra

Os resultados do projeto TerraClass (ALMEIDA, et al. 2016) sobre o uso e cobertura da terra estão apresentados no mapa 11, referente aos dados do ano de 2014. Esses dados nos ajudam a compreender os diferentes padrões espaciais no TN1.

Mapa 10 – Uso e cobertura do solo no TN1



Fonte: INPE, 2014. Elaboração do autor

Selecionamos aqui as classes mais importantes do mapeamento. Os dados mostram grandes diferenciações entre os municípios. Viséu, São João de Pirabas, Bragança, Augusto Corrêa, Tracuateua, Quatipuru e Salinópolis apresentam as maiores áreas de floresta que estão localizadas no ambiente costeiro com vegetação predominantemente de manguezais (embora tenham remanescentes florestais em área de terra firme). Os municípios no interior do território, mais distantes do ambiente costeiro apresentam áreas com menor predominância de vegetação primária.

Esses dados nos mostram os diferentes graus de antropização no TN1. De fato, é o ambiente costeiro onde se percebe o menor grau de antropização pelo fato de que esse ambiente costeiro ser composto principalmente por vegetação de manguezais que impedem a implantação de outros tipos de usos do solo.

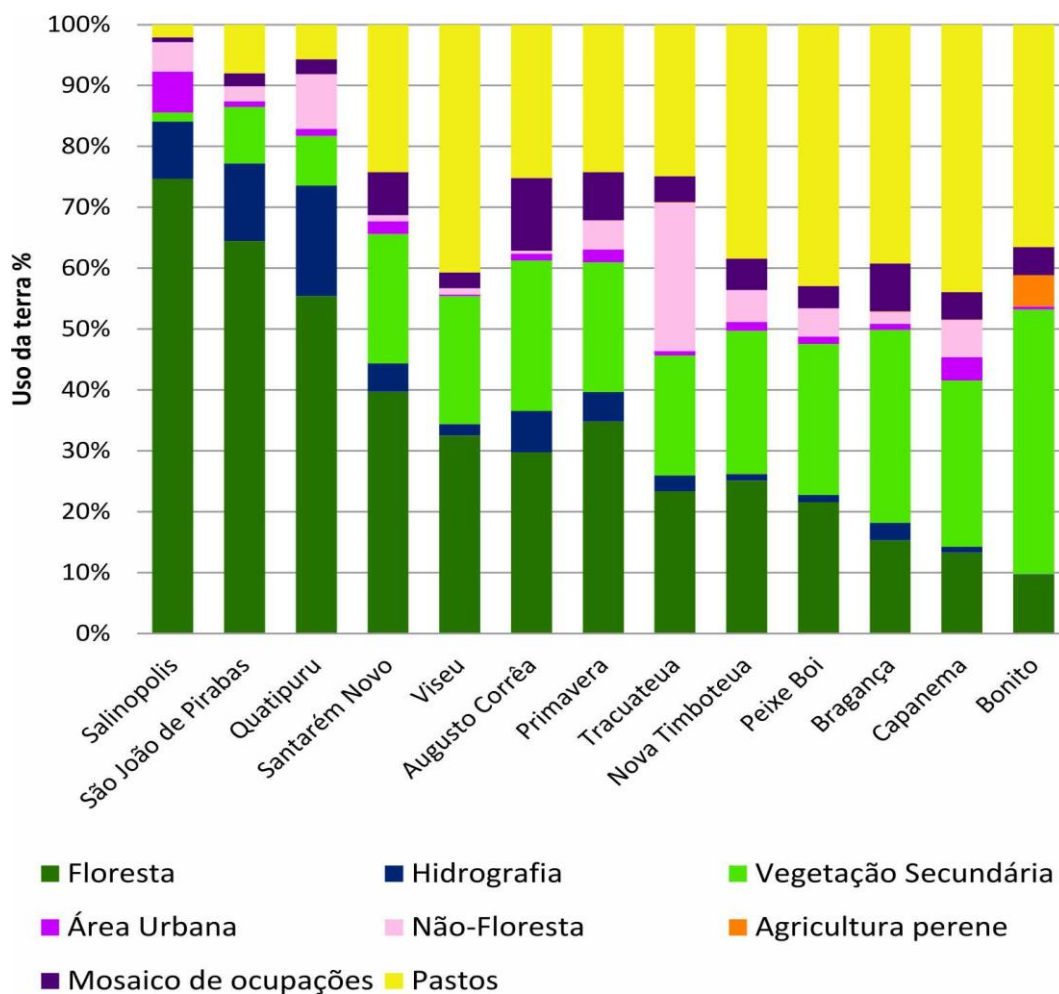
TABELA 3. Uso da terra por município no território Nordeste I em 2014, em Km².

Município	Floresta	Hidrografia	Vegetação Secundária	Área Urbana	Não-Floresta	Agricultura perene	Mosaico de ocupações	Pastos
Viseu	1.363,90	80,99	881,43	11,09	44,05	0,04	109,86	1.706,18
São João de Pirabas	398,96	78,84	57,19	6,18	15,05		13,32	49,43
Bragança	285,64	53,72	591,61	19,42	36,60	0,17	146,90	732,61
Augusto Corrêa	282,66	64,68	234,62	10,78	4,56	0,01	113,95	238,96
Tracuateua	178,98	19,89	150,87	5,79	186,62	0,91	32,53	190,66
Quatipuru	160,62	52,62	23,68	3,30	26,03		7,16	16,48
Salinópolis	156,00	19,70	3,09	14,02	10,21		1,61	4,38
Nova Timboteua	93,03	3,96	87,17	5,36	19,36		19,19	142,28
Peixe Boi	75,81	4,35	87,17	4,32	16,37		12,85	151,17
Santarém Novo	70,43	8,26	37,69	3,76	1,82		12,49	42,98
Capanema	66,15	4,67	135,68	19,32	30,16	0,35	22,35	218,34
Primavera	63,61	8,87	38,99	3,84	8,80		14,48	44,32
Bonito	47,07	0,64	210,84	2,42		24,97	22,37	177,53

Fonte: INPE, 2014. Adaptado pelo autor

O gráfico 03 mostra a porcentagem dos resultados do terraclass por município em relação à área em km² municipal (TABELA 03). Também ordenado de forma decrescente segundo a importância relativa das áreas de floresta, por tanto, o ordem dos municípios difere da tabela anterior. Os resultados mostram algumas diferenciações entre os municípios. Apenas os municípios de Salinópolis e São João de Pirabas apresentam mais de 50% de área florestal em relação à área municipal. Parece haver uma ordem inversa entre as áreas de floresta e as áreas de pastagem. Os Municípios de Nova Timboteua, Peixe Boi, Bragança, Capanema e Bonito possuem menos de 20% de floresta, quanto isso possuem uma maior porcentagem de área de pastagem entre 29% e 35%, assim como vegetação do tipo secundária. Tomamos como exemplo o município de Bonito que tem a maior supressão de vegetação primária, tendo apenas 8%, e as pastagens ocupam 30% do município. Podemos observar também uma relação entre vegetação secundária e mosaicos de ocupações. Esta relação pode ser devido ao tipo de agricultura praticada, neste caso, a agricultura de queima e corte para o plantio de roçados pode formar grandes capoeiras, podendo ter uma relação direta com atividades da agricultura familiar, por exemplo: Bragança tem cerca de 28% de vegetação secundária, sendo o município com a segunda maior área de mosaicos de ocupações, da mesma forma Augusto Corrêa traz as mesmas características de uso e cobertura da terra. Na maioria dos municípios há uma forte predominância do uso da terra por pastagens.

Gráfico 2 – Porcentagem do uso da terra por classes no território Nordeste I



5.3.4 Políticas Públicas

Embora incida no TN1 diferentes tipos de políticas públicas selecionamos alguns dados que foram organizados e disponibilizados através do Sistema de Informações Territoriais do extinto MDA. Esses dados apontam o funcionamento de algumas políticas públicas ao nível territorial. De modo geral apresentamos algumas políticas realizadas no território voltadas para o monitoramento dos imóveis rurais e sua qualidade ambiental através do CAR (Cadastro Ambiental Rural) e as políticas de ordenamento do território que envolve a implantação de UC, reconhecimento de territórios remanescentes de quilombos e projetos de assentamentos rurais que indicam acesso à outros tipos de políticas públicas.

Uma leitura rápida dos dados apresentados pelo MDA aponta que o Programa Bolsa Família, PRONATEC e PNAE tinham um peso importante no TN1 para o período correspondente ao funcionamento das políticas de desenvolvimento territorial (2016). Os

municípios com mais famílias beneficiadas pelo programa bolsa família foram Bragança e Viseu. Os municípios de Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Santarém Novo e São João de Pirabas tiveram aporte de recurso importante para aquisições de alimentos previstas para a agricultura familiar (PNAE E PAA).

Outra política importante no território é a de regularização fundiária, em Bragança e Viseu há cerca cinco mil famílias assentadas em cada município com títulos de terra. As reservas extrativistas são as principais áreas destinadas para essa política (Augusto Corrêa, Tracuateua e Santarém Novo possuem famílias assentadas), mas não só em Viseu os assentamentos são bastante importante no processo de titulação pequenas propriedades da agricultura camponesa. Em Viseu, além da REM há os projetos de assentamento, e áreas ocupados por acampamento com camponeses reivindicando a criação de novos projetos de assentamento, exemplo do assentamento Quintino Lira.

Em relação ao PRONAF, o município de Bonito foi o que teve maior aporte no período 2013-2014, seguido por Capanema, Nova Timboteua e Peixe-Boi. O maior número (10) de técnicos de extensão rural estavam alocados nos municípios de Bragança e Augusto Corrêa.

As políticas de gestão ambiental estão presentes no TN1 através do programa Municípios Verdes⁴ e o Cadastro Ambiental Rural-CAR.⁵ O cadastro ambiental rural foi criado pela Lei 12.651/12 todos os imóveis rurais são obrigados a fazer o registro eletrônico, os dados do cadastro formam a base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento das florestas e demais formas de vegetação nativa de todo o Brasil, assim como para o planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.

Os dados atuais do CAR dos imóveis rurais do TN1 apresentam diferentes níveis entre os municípios na relação entre área cadastrável e área com cadastro. Os dados gerais apresentados são disponibilizados no site do CAR do Pará da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade (SEMAS), eles nos dão a área possível de cadastro em hectares, áreas com CAR realizados e a porcentagem de áreas cadastradas.

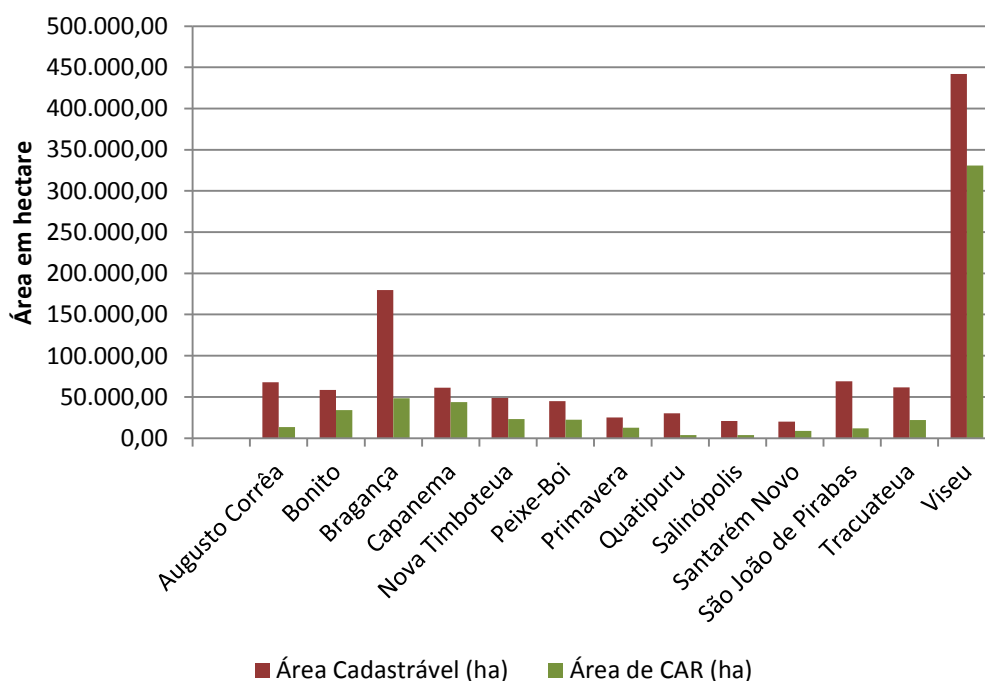
⁴ Programa do Governo do Pará desenvolvido em parceria com municípios, sociedade civil, iniciativa privada, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e Ministério Público Federal (MPF). Lançado em março de 2011. (PMV,2015)

⁵ O CAR - Cadastro Ambiental Rural: Criado pela Lei 12.651/2012 no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, o CAR se constitui em base de dados estratégica para o controle, monitoramento e combate ao desmatamento, bem como para planejamento ambiental e econômico dos imóveis rurais.

O comportamento de cada município em relação ao CAR pode mostrar os diferentes níveis de mobilização das prefeituras e dos órgãos municipais e estaduais responsáveis pela articulação e mobilização de mecanismos que facilitem os diferentes proprietários de terra em realizar seus cadastros. A diferença dessa evolução atual pode nos mostrar os níveis que se encontram cada município em relação ao CAR e em atender a meta prevista pelo Programa Municípios Verdes (PMV) pelos municípios que aderiram ao Programa.

Viseu faz parte do PMV e é o município com a maior área de imóveis rurais passível de realizar o cadastro ambiental rural, seguido por Bragança que também integra o PMV (Gráfico 4), verificamos anteriormente, através dos dados disponibilizados pelo IBGE, que os dois municípios são, realmente, os que mais tem estabelecimentos rurais no TN1. Embora os dois municípios tenham esse aspecto se comportam de forma diferente em relação ao CAR, Viseu apresenta 75% de áreas com CAR enquanto Bragança apresenta apenas 27%.

Gráfico 3 – Cadastro Ambiental Rural (área cadastrável e cadastrada)

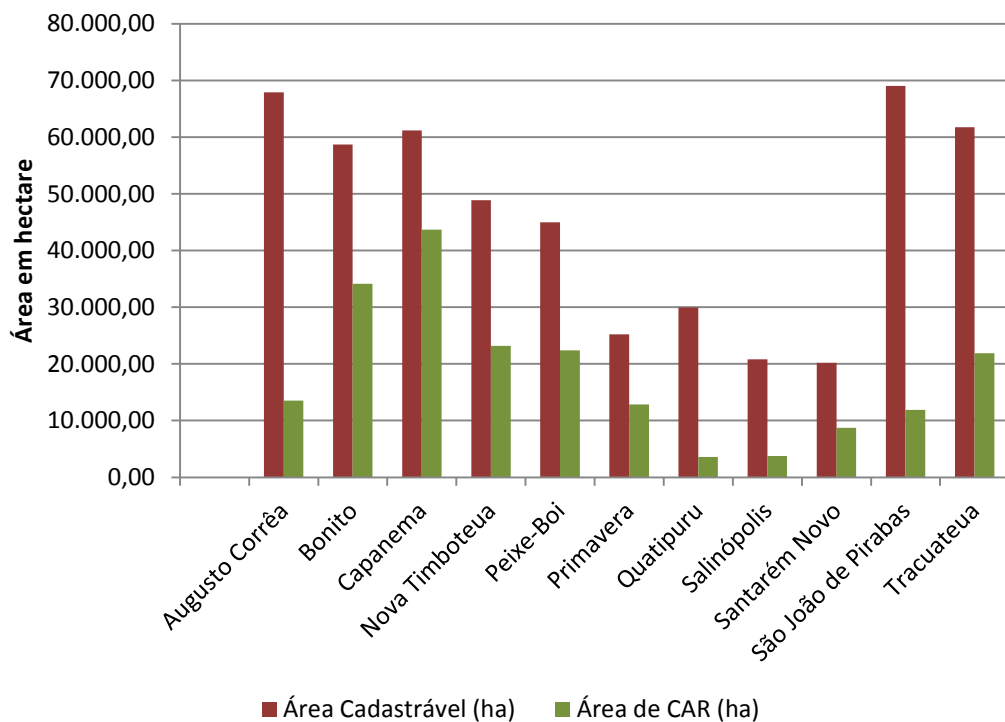


Fonte: SEMAS, 2020.

De fato, é possível notar que Viseu tem posição singular em comparação com os outros municípios, além de ter uma maior área cadastrável apresenta o maior número de áreas cadastradas, isso pode ser explicado também pelo maior número de grandes estabelecimentos nesse município.

No Gráfico 05 podemos verificar as informações dos demais municípios, sem Bragança e Viseu. Nele podemos observar que Capanema e Bonito lideram em área cadastrada em comparação com os demais municípios junto com Viseu. Vale ressaltar que grandes proprietários de terra viabilizam o CAR para ter acesso a licenças ambientais e créditos, o que também pode ser explicado no município de Bonito e Viseu onde há uma maior concentração de terras. Embora tenhamos essa leitura o papel dos estabelecimentos familiares é muito mais forte em todos os municípios, que com apoio das prefeituras e do PMV conseguem viabilizar seus CARs. Quatipuru e Salinópolis embora tenham aderido ao PMV são os dois municípios com menor número de áreas com CAR, 11% e 18% respectivamente.

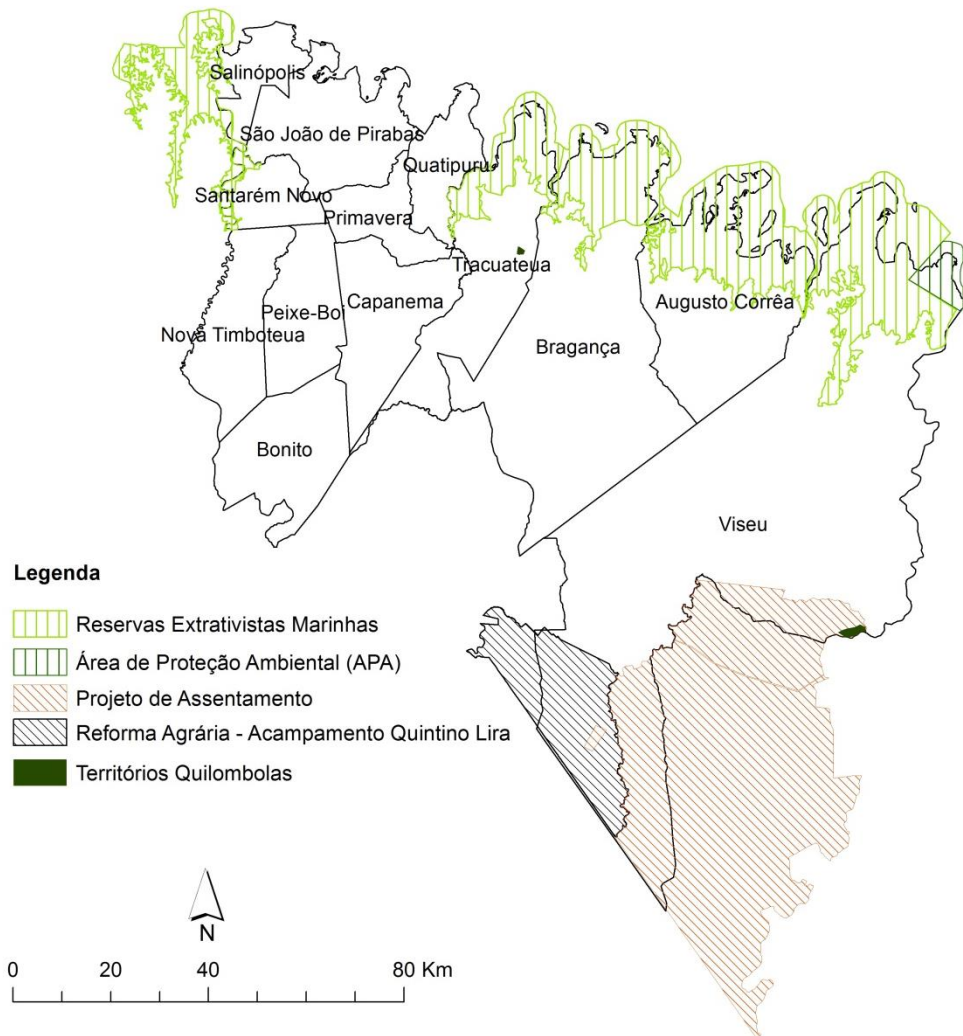
Gráfico 4 – CAR (área cadastrável e cadastrada) sem os municípios de Bragança e Viseu



Fonte: SEMAS, 2020.

No TN1 há diferentes instrumentos e ações de Ordenamento do Território, como, por exemplo: as Unidades de Conservação (Reserva Extrativista e Área de Proteção Ambiental), Projetos de Assentamento e Territórios Quilombolas. Podemos observar esta configuração no mapa 12.

Mapa 11 – Ordenamento territorial do TN1



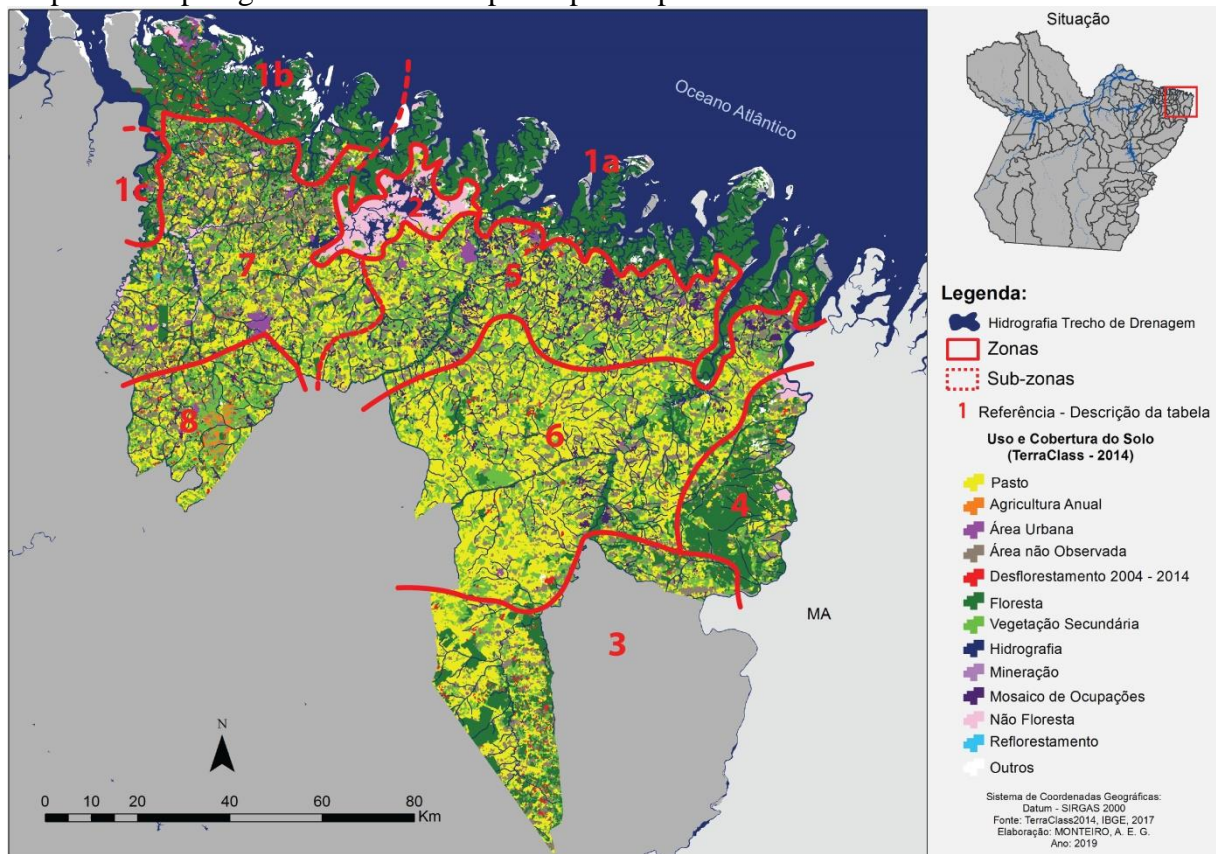
Fonte: ICMbio, INCRA, ITERPA

Há no TN1 5 Reservas Extrativistas Marinhas, localizadas nos municípios de Santarém Novo, Tracuateua, Bragança e Viséu. Há no município de Viséu uma APA municipal e um território quilombola, esse município se destaca em políticas de ordenamento territorial através dos três projetos de assentamento para a reforma agrária e a área onde está instalado o acampamento Quintino Lira que apresenta constantes conflitos e é prevista para a criação de um novo assentamento rural em Viséu.

5.4 Zoneamento Participativo por Atores Chaves (ZADA) e tipologia espacial das dinâmicas territoriais

A partir dos dados apresentados acima em conjunto com os resultados obtidos pelo zoneamento participativo por atores chaves foi possível propor uma tipologia espacial do Território Nordeste I. A tipologia esta representada no Mapa 13. As características de cada zona estão organizadas em um quadro síntese (APÊNDICE E) com os principais elementos que as diferenciam.

Mapa 12 – Tipologia do zoneamento participativo por atores chaves do TN1



Fonte: INPE, 2014. Elaboração do autor com os atores chaves

No TN1 foram identificadas 8 zonas que apresentam as seguintes informações que as diferenciam:

Zona 1a: Ecossistema costeiro-Reservas Extrativistas

Tem como características principais o papel estruturante das UC do tipo REM e a cobertura vegetal com predomínio dos manguezais, a diversidade dos recursos pesqueiros e os diferentes níveis de exploração desses recursos. Tem um sistema de atividade que envolve

tanto a pesca artesanal como a industrial. Há o extrativismo do caranguejo e seu beneficiamento, havendo diferenciação da qualidade e do preço na aceitação do produto no mercado; a agricultura de subsistência é praticada nesta zona; as áreas de praia são forte atrativo turístico. Tem uma estrutura agrária com predominância de áreas de uso comum, com muitas famílias assentadas nas áreas de influência das REMs em pequenas propriedades, com mecanismos de acesso aos recursos naturais como: acordos de pesca e planos de manejo. Bragança é a cidade com o papel estruturante principal mesmo estando fora da zona; Tracuateua, Augusto Corrêa e Viseu assumem papéis estruturantes secundários. Enfrenta diversos problemas com degradação ambiental do ecossistema costeiro, há diferentes níveis de governança nos conselhos das UCs, exploração do trabalho dos pescadores, disputas por áreas de pesca e tráfico de drogas.

Sub-Zona 1b: Ecossistema costeiro-Primavera, São João de Pirabas e Salinópolis

Tem como características principais o papel do município de Salinópolis em relação ao turismo para lazer ou de 2ª residência; a incidência de títulos e interesses minerários voltados para implantação de projetos de prospecção de lavras; a cobertura vegetal que é predominantemente de manguezais. As maiorias das atividades agrícolas estão voltadas para a agroextrativismo, a pesca industrial é bastante forte em São João de Pirabas e Quatipuru. A pesca artesanal e o extrativismo são conciliados com a agricultura de subsistência. Há o predomínio de pequenas propriedades de agricultores familiares e grandes áreas de uso comum como os manguezais, há um forte potencial para a apicultura. As lideranças extrativistas têm baixa capilaridade de mobilização e de articulação para políticas públicas. Há diferentes problemas como: pressão dos projetos de mineração do calcário e de títulos e interesses minerários, baixa mobilidade política, conflitos por áreas de pesca, violência e uso de drogas, procura de terrenos para chácaras ocorre principalmente no município de Salinas.

Sub-Zona 1c: Ecossistema costeiro-Reserva Extrativista de Santarém Novo

Uma das características principais é a REM, que tem o papel estruturante em relação ao uso dos recursos do ecossistema costeiro de manguezais; o extrativismo do caranguejo é a principal atividade produtiva; aspectos culturais fortemente representados pela população extrativista. Há um sistema diversificado de atividades, pesca em alto mar, pesca artesanal, extrativismo do caranguejo, catação da massa do caranguejo, agricultura de subsistência e derruba e queima para produção de roçados. Há o predomínio de pequenas propriedades rurais com famílias assentadas na área de influência da REM, também tem o plano de manejo

e acordos de pesca da UC. A população tem como principal fonte de renda o extrativismo. Há alguns problemas como falta de fiscalização de práticas predatórias na pesca e degradação ambiental.

Zona 2: Campos naturais

Tem como característica principal a vegetação de campos naturais que alagam periodicamente, papel estruturante da cidade de Tracuateua. A lógica pecuária obedece ao sistema de pastos comuns. Os sistemas de atividades identificados nesta zona é a criação extensiva de bubalinos, turismo rural, criação de camarões em tanques, produção de tijolos e telhas nas olarias e produção de pedra de granito em Tracuateua. A estrutura agrária é composta de pequenas propriedades de agricultores familiares tendo também algumas grandes fazendas de criação de búfalos. Há comunidades remanescentes de quilombolas com território reconhecido por políticas públicas. Tem alguns problemas relacionado à criação de espécies exóticas, a exemplo do camarão da Malásia inserido neste ambiente, problema no regulamento de uso dos recursos naturais por ser área de influência da REM Tracuateua.

Zona 3: Assentamentos

Apresenta áreas de vegetação primária e secundária, com predomínio de diferentes tipos de pastagem e áreas de capoeira. Essa zona tem como característica principal o aspecto histórico de conflitos agrários. A década de 80 foi um período de intensos conflitos, envolvendo camponeses e o Estado, a exemplo do conflito armado liderado por Quintino Lira, camponês que liderou um levante contra o Estado pela posse da terra. Havia um forte interesse nessa área advinda da atividade de garimpo para a extração de ouro. Esses conflitos configuraram uma zona bastante específica no TN1, mobilizando e fortalecendo os movimentos camponeses por reforma agrária. Prova disso é que atualmente nessa zona funciona fortemente, tanto a agricultura familiar quanto grandes fazendas agropecuárias. E também foi reflexo desses movimentos a criação de assentamentos rurais, o reconhecimento de territórios quilombolas e a criação de acampamentos de mobilização para criação de novos assentamentos, a exemplo do acampamento Quintino Lira, que embora se localize no município de Santa Luzia, ocupa uma fazenda de uma oligarquia política regional.

O sistema de atividade dessa zona corresponde a uma pecuária extensiva, exploração de remanescentes florestais, e a presença da agricultura familiar nas áreas de assentamento com a prática da agricultura de derruba e queima.

Nessa zona há o enfraquecimento latente dos movimentos de produtores rurais, especificamente aqueles que fazem parte dos assentamentos, há um forte impacto devido a venda e a especulação de terra possibilitando a reconcentração de terras. Isso é reflexo também da baixa atuação dos governos com políticas públicas efetivas para o desenvolvimento rural nessa região. O papel forte das oligarquias políticas exerce um forte impacto sobre os agricultores acampados e assentados. O reflexo disso são problemas como já dito, a reconcentração de terras dentro dos assentamentos, pressão das oligarquias regionais, garimpo ilegal e a ampliação de uma pecuária extensiva para a criação de gado. As perspectivas dessa zona é uma maior atuação do Estado na distribuição de terras, e desenvolvimento de capacidades organização produtiva mais diversificada que atenda aos camponeses.

Zona 4: Áreas baixas

Essa zona se caracteriza pela predominância de uma vegetação primária. Segundo entrevista de um ator chave essa área tem predominância dos igapós e mesmo com a exploração de madeira a conversão em áreas de plantio ou pastagem fica comprometida. Há nessa zona a concentração de médios fazendeiros mais próximos ao rio Gurupi. Há uma estrutura produtiva pouco diversificada, e a posse da terra por oligarquias da região. Há nesta zona incidência de títulos e interesses minerários. Problemas relacionado à exploração ilegal de madeira e caça é um dos principais problemas, pois influencia no aumento do desmatamento e na perda da biodiversidade. Nessa zona há uma perspectiva voltada para a cadeia produtiva do açaí como alternativa para as comunidades localizadas nessa zona. Se caracteriza também por ser uma área de preservação permanente de estabelecimentos localizados nas adjacências desta zona.

Zona 5: Mosaico de ocupações

Essa zona se caracteriza pela forte presença da agricultura familiar. A importância da via principal que realizava a ligação entre Bragança e Viseu favoreceu esses processos antes da construção da BR 308. As atividades produtivas são bastante diversificadas, com a prática da pesca artesanal e o extrativismo de mariscos e caranguejo, uma agricultura de pequeno porte com um sistema tradicional híbrido. A marca registrada desta zona é a agricultura voltada para a produção de mandioca. O sistema de atividades desta zona envolve a produção de farinha, feijão caupi em uma escala maior e a os produtos advindos da agricultura familiar caracterizam essa zona com uma produção bastante diversificada que não envolve apenas os

monocultivos citados acima. Há uma estrutura fundiária desconcentrada com pequenos e médios agricultores. Embora esteja nessa zona a maior ocupação de agricultores familiares há diferentes níveis relacionado à regularização fundiária das propriedades, na região da estrada Montenegro encontra-se a maioria dos estabelecimentos regularizados. Os problemas que ocorrem nesta zona são muitas vezes advindos da falta de regularização fundiária; há forte pressão de grandes fazendeiros ao sul dessa zona; pode-se observar uma alta degradação do solo, com dificuldades para plantio devido a agricultura itinerante de queima e corte; outro problema recorrente é a utilização de defensivos agrícolas pelos pequenos agricultores.

Há nesta zona uma perspectiva voltada para o fortalecimento da cadeia produtiva da farinha. Essa ação coletiva busca mecanismos para a identificação geográfica da produção da farinha intitulada “farinha de Bragança”. Esse mecanismo busca compreender a distribuição da qualidade da farinha que está ligada diretamente à uma forma de produção artesanal de agricultores familiares e não de processos industrializados de produção. Além disso, a marca terá registro único com produção em todos os municípios que fazem parte dessa zona. Busca-se também uma potencialização do turismo e de melhoria da fertilidade dos solos degradados.

Zona 6: Agropecuária

A zona 6 no TN1 é ocupado predominantemente pela agropecuária em grande escala. Prevalece a cobertura por diversos tipos de pastagem e áreas de vegetação secundária (capoeiras). As pastagens em boas condições são indispensáveis para o desenvolvimento da pecuária extensiva nesta zona.

Atualmente a procura pela compra de terras tem aumentado por fazendeiros de outros estados para a prática do monocultivo de soja e mandioca, isso ocorre tanto nos municípios de Tracuateua, Bragança e Viseu. Na área de influência da BR-308 muitas propriedades já praticam plantios extensivos de soja e mandioca. Há uma forte pressão sobre a agricultura familiar. O projeto de asfaltamento da BR-308 tem contribuído fortemente para a especulação de terras e a chegada da agricultura mecanizada, essa infraestrutura pode contribuir para o escoamento desses produtos. Para a população em geral a condição de tráfego da estrada ainda é um grande entrave no desenvolvimento econômico para os pequenos agricultores.

A estrutura fundiária desta zona embora se caracterize por um alto número de pequenas propriedades são as médias e grandes propriedades que concentram maior parte da terra. Há uma forte presença das oligarquias locais. Essas oligarquias atuam fortemente na

política local que favorecem processos de concentração de terras em detrimento das pequenas propriedades que podem diversificar mais a produção nessa zona.

Alguns problemas são enfrentados, um deles são o uso excessivo de agrotóxicos nos monocultivos impactando os mananciais, muitas comunidades a jusante do rio Piriá são bastante afetadas. A perspectiva para alguns agricultores é que haja fiscalização no uso de defensivos agrícolas pela agropecuária.

Zona 7: Santarém Novo, Salinópolis, Pirabas, Primavera, Capanema, Peixe-Boi e Nova Timboteua

O município de Capanema tem papel estruturante nesta zona. O nível de tecnificação das atividades produtivas é mais elevado, a cidade de Capanema tem os principais serviços e absorve os principais fluxos das demais cidades da zona, com exceção de Salinópolis que também assume um papel estruturante pela disponibilidade de serviços. Há nessa zona uma agricultura diversificada; nela identifica-se diversas atividades produtivas sustentáveis, com experiências desenvolvidas pela Emater com agroecologia e pólos de produção de hortaliças em Santarém Novo e de produção de mel em São João de Pirabas. Em Santarém Novo também há dinâmicas diferenciadas com a pesca e a piscicultura.

Essa zona é a mais industrializada no TN1, com fabricas de cimento em Capanema e Primavera. A presença dessa indústria também é responsável por uma forte especulação de terras para a compra de títulos minerários que dão licença para as empresas extrair o principal minério que é o calcário. Há uma incidência muito forte de títulos e interesses minerários as propriedades ocupam grandes espaços para o funcionamento das canvas de extração e impactam diretamente o meio ambiente.

Outro papel estruturante e não menos importante é o turismo que ocorre com maior intensidade no município de Salinópolis, onde há um fluxo intenso no período de veraneio, dando a essa parte da zona uma dinâmica diferenciada.

O sistema de atividades nessa zona é bastante diversificado, com o papel da agropecuária mais moderna e de uma agricultura familiar que atende diferentes mercados. A estrutura fundiária é formada por pequenos e médios proprietários, grandes propriedades aparecem apenas nos municípios mais próximos a Capanema.

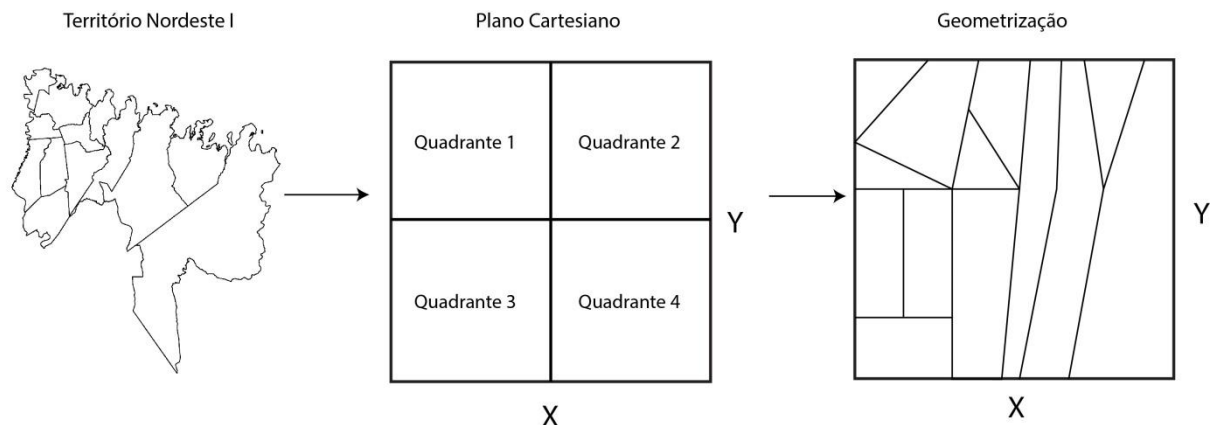
Zona 8: Dendeicultura no município de Bonito

Essa zona tem como forte característica o monocultivo do dendê. No município de Bonito que faz parte desta zona além de ter grandes áreas com plantio de dendê tem indústrias para produção de fertilizante com a exploração do fosfato. A indústria de fertilizantes e a dendeicultura formam um mercado específico nesta zona. Há um número muito alto de trabalhadores assalariados com o plantio do dendê. Os efeitos negativos são: aumento da taxa de violência no campo e o êxodo rural em constante crescimento.

5.5 Modelização e análise das determinantes do sistema de dinâmicas territoriais no território Nordeste I

Utilizamos, para tanto, os coremas como modelos elementares que foram transformados em modelos específicos (figura 10). Podemos observar na figura 09 a geometrização do modelo do TN1.







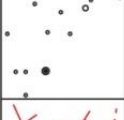

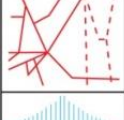
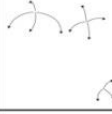
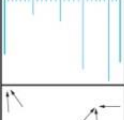


Figura 9 – Simplificação e modelização da forma do TN1



Fonte: Elaborado pelo autor (2020).

A partir dos resultados foi possível criar uma modelização das dinâmicas territoriais no TN1. Essa representação pode ser observada na figura 11. Os modelos elementares do TN1 estão descritos na figura 10. A modelização das dinâmicas territoriais procura mostrar as principais sinergias, complementariedades, trocas, mudanças de unidades espaciais e integração dos fluxos do TN1.

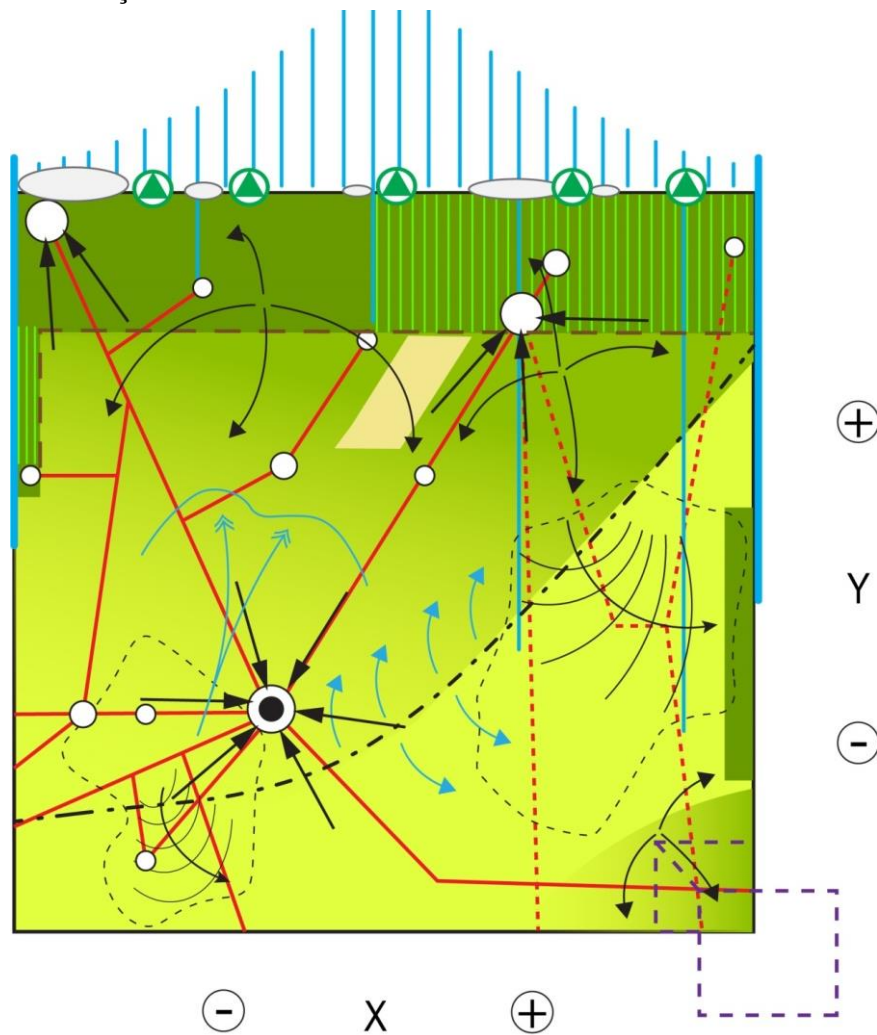
Figura 10 – Modelo elementares que compõem o modelização específica do TN1

	Indica a presença de vegetação dominante, principalmente a presença de vegetação de mangue no litoral do território Nordeste I		Tecido de mudança e superfície de tendências. Definem processos de concentração de terras e implantação de grandes empreendimentos agrícolas.
	Gradiente que define a estrutura agrária. O verde escuro mostra a incidência de mosaicos de ocupação e o verde claro mostra uma maior presença de uma agropecuária extensiva.		Eixo de propagação, determina a presença de títulos e interesses minerários e a indústria de cimento no TN1
	Grade que define a presença de Unidades de Conservação do tipo Reserva Extrativista Marinha.		Linha de partilha determina o tropismo entre os principais gradientes.
	Pontos que definem a distribuição urbana e sua hierarquia		Círculos pontuais que definem a presença de turismo no litoral (círculo cinza) e a presença de pesca industrial (círculo verde triangular).
	Linhas que definem a disposição das vias de comunicação.		Setas indicam a presença da agricultura familiar
	Linhas que definem a extensão marítima, presença dos principais rios e baías.		quadrados pontilhados indicam a presença de assentamentos rurais e conflitos agrários.
	Setas definem os principais pontos de atração de fluxos de serviços e pessoas		

Fonte: Elaboração do autor, 2020.

A leitura da figura 11 considera a repartição espacial em um plano cartesiano onde Y representa o eixo vertical (norte-sul) e X o eixo horizontal (leste-oeste), podemos ver também na figura 09. Este esquema nos permite diferenciar alguns processos do sistema de dinâmicas territoriais do TN1.

Figura 11 – Modelização das dinâmicas de sistemas territoriais do TN1



Fonte: Pesquisa. Elaboração do autor, 2020.

Abaixo apresentamos a modelização específica do TN1:

- **Eixo Y:** O eixo norte (Y+) determina um gradiente das dinâmicas relacionadas ao litoral que envolve o predomínio de uma vegetação florestal de manguezais, com a presença de atividades extrativistas, da pesca industrial e tradicional e o turismo, há um sistema agrário diversificado com a presença de agroecossistemas tradicionais e a presença da agricultura familiar que varia entre quadrante 1 (Q1 ou X+) para mais forte e quadrante 2 (Q2 ou X-) mais fraco. O eixo sul (Y-) que determina a presença de atividades produtivas mais especializadas, a presença de agricultura empresarial através da agropecuária extensiva, monocultivos de dendê e mandioca, a chegada da soja e

empreendimentos minerários. Tropismo de mudança mais acentuado com mudanças e novas tendências para o TN1.

- **Eixo X:** O eixo leste (X+) que determina a localização das UC, assentamentos e territórios quilombolas, em Y+ do Q2 indica a presença das UC e Y- do quadrante 4 a presença de assentamentos rurais, acampamentos e conflitos agrários; O eixo oeste (X-) determina a presença de empresas e de interesses antagônicos com relação ao uso dos recursos naturais principalmente aos relacionados à mineração; esse eixo concentra os maiores fluxos no TN1 com papel estruturante da hierarquia urbana do TN1.

A análise a partir dos dados apresentados nos permite qualificar as consequências dos projetos dos atores pela disputa e uso do território. Para tanto, apresentamos os principais elementos que explicam a diversidade espacial e social e o funcionamento do território através do sistema de dinâmicas territoriais.

- **Sistema de Atores:**

Observou-se que no eixo norte Y+ (Q1 e Q2) é onde se pode perceber as maiores sinergias e complementariedades dentro do TN1. A presença de UC de uso sustentável do tipo Reserva Extrativista nas zonas 1a e 1c indicam uma maior capilaridade dos atores locais e fortalecimento da identidade territorial. Nestas zonas os níveis de sustentabilidade ambiental podem ser mais elevado devido o controle distribuição dos recursos e seus benefícios, muito embora as instâncias colegiadas não funcionem de forma adequada. Embora o eixo norte apresente características semelhantes ele não indica que haja sinergia entre os atores, principalmente em relação à criação de UC. No Q1 do eixo norte Y+ podemos identificar interesses conflitantes (zona 1b). Esse conflito latente se deve à coalizão de grupos de atores (empresas e Estado) que atuam na implementação de atividades minerárias com investimentos que priorizam esse tipo de atividade em detrimento da aliança dos atores para acesso a mecanismos de controle na distribuição dos recursos como as UC e acesso à políticas públicas (MONTEIRO, *et al.* 2015, MONTEIRO, 2018);

No Q4 eixo oeste (X+) a coalizão de atores está ligada a um processo histórico de luta pela terra iniciada nos anos 80, esse processo resultou na presença de assentamentos rurais e de acampamentos rurais que mostram diferentes conflitos pelo acesso e uso da terra por grupo de atores formados por camponeses contra coalizões de atores da oligarquia regional que

muitas das vezes é amparada pelo Estado e pelo poder político. Na tipologia do ZADA os atores chaves apontaram uma presença muito forte de uma coalizão formada pelo Movimento dos Trabalhadores sem Terras (MST). Essa zona pode ser considerada periférica pela distancia dos principais centros urbanos e pelos níveis de pobreza mais acentuados.

Ainda no eixo norte Y+ (Q1 e Q2) podemos identificar complementariedades e trocas entre as subzonas, primeiramente pela mobilização da sociedade civil e do poder publico que apresenta uma coalizão que procuram mecanismos que priorizem a melhoria da cadeia produtiva da farinha, o processo de identificação geográfica da produção mobiliza uma coalizão dos atores da sociedade civil e do poder público muito importante na zona 5. Essa zona é marcada por uma forte coalizão dos movimentos camponeses através das cooperativas que movimentam a agroindústria local e abastecem principalmente os mercados regionais com influencia de Bragança.

Os níveis de coalizão e aliança dos atores são bastante diferenciadas nas zonas onde incide atividades agrícolas empresariais, principalmente na zona 6 com uma pecuária extensiva e a presença de grandes estabelecimentos rurais e zona 8 com o gradativo aumento do monocultivo do dendê por empresas que imprimem dinâmicas sociais diferentes e com tecidos de mudanças mais graduais. A presença destes atores indica também um aumento gradual da reconcentração de terras em ambas as zonas que compreendem o eixo sul Y- (Q3 e Q4).

- **Sistema de Atividades:**

Foi possível observar que no TN1 há diferentes tipos de atividades que formam mercados específicos e dinâmicos. O eixo norte Y+ apresenta sinergias entre duas zonas 1a e 1b: nestas zonas apresentam mercados bastante definidos e que dinamizam a cadeia produtiva do litoral. A pesca industrial se faz presente na maioria dos municípios litorâneos tanto no Q1 como no Q2, esse mercado é bastante dinâmico e imprime um peso local e regional na comercialização dos pescados e de principais entrepostos pesqueiros com embarcações de pesca local e de outros estados. A pesca artesanal ocorre no eixo norte da modelização (1a, 1b e 1c) com o extrativismo do caranguejo e pesca do tipo tradicional através de currais e apetrechos. A grande diferença entre essas zonas é a pratica de atividades predatórias principalmente nas zonas onde não há UC. A maior diferença pode ser notada na zona 2 os atores chaves apontaram a presença de atividades características das praticadas nos campos naturais como a criação de bubalinos em grande escala, para além disso o eixo norte Y+ é

marcado pelo turismo que absorvem rendas externas e dinamizam a economia local principalmente em Salinópolis e Bragança.

No eixo norte Y+ (Q2) o papel da agricultura familiar é fundamental para uma estrutura produtiva mais diversificada que corresponde à zona 5 do TN1. Foi possível verificar que níveis menores de complementariedades com a zona 6 no Q4 e maior sinergia com a zona 1a do Q1 que determina trocas e complementariedades no funcionamento de agroecossistemas bastante diversificados. Algumas tendências podem ser notadas através da pressão exercida na zona 5 pela reconcentração de terras que pode influenciar mudanças no tecido produtivo da zona quando observamos a linha de partilha e de tropismos entre os espaços homogêneos (Figura 11). A zona 7 que compreende o eixo oeste X- (Q1 e Q3) na modelização indica um sistema de atividade especializado e que forma mercados dinâmicos através da mineração. Essa zona apresenta uma agricultura empresarial mais concentrada com médios estabelecimentos. O sistema de atividade é fortemente influenciado por Capanema que absorve os principais fluxos de pessoas e de produtos no TN1. Digamos que a zona 7 seja a que mais tem complementariedades com as zonas adjacentes devido o papel estruturante de Capanema.

O TN1 apresenta zonas com tecidos de mudanças e novas tendências que implicam em algumas especificidades no sistema produtivo. A zona 6 representada na modelagem nas coordenadas X+ e Y- (Q4) indica um sistema de atividade bastante especializado, principalmente, com a agropecuária extensiva, é onde se concentra o maior número de grandes estabelecimentos. Mudanças gradativas ocorrem com a implantação de monocultivos de soja e mandioca. A Agricultura familiar ocorre de forma pontual e mais localizados na zona 3 que tem maior complementariedade com a zona 6. Os principais fluxos são decorrentes tanto de Capanema como de Bragança mais fortemente influenciado pelo mercado consumidor da capital e de outros estados. A estrutura viária em processo de construção e melhoramento tende a dar melhores condições de produção e aumentar a disputa por terras produtivas nessa zona. A zona 8 (X-) no Q1 da modelagem forma um tecido de mudança e tendências voltados para uma maior especialização de sua estrutura produtiva. O monocultivo do dendê nessa zona tende a ampliar os níveis de concentração de terras e o êxodo rural. Capanema é quem absorve os principais fluxos da zona 8 (dendeicultura) sendo principal entreposto para a agricultura empresarial que se instala ali. Há diferentes níveis de complementariedade entre as zonas 8 e 7 determinada por um tropismo bastante influenciado

pela formação de mercados específicos como a dendeicultura e a indústria de cimento e fertilizantes.

- **Sistema de Recursos**

O uso dos recursos é bastante heterogêneo no TN1 e acarretam diferentes problemas. Na zona onde há uma maior concentração de terras, a exemplo da zona 6 (Q4) os atores apontam níveis acentuado de degradação ambiental, seja pelo uso excessivo de defensivos agrícolas ou por grandes áreas de pastagem; na zona 7 localizada em X- (Q1 e Q3) na modelização apresenta dinâmicas relacionadas à mineração envolvendo grandes empresas e capitais, possibilita um processos de mutação constante nesta zona devido a um eixo de propagação. As zonas 4 e 3 e 5 tem uma presença mais forte da agricultura familiar que utilizam a terra para a produção de roçados. De fato são as zonas 1a, 1b, e 1c que se caracterizam por áreas de uso comum com acesso também aos recursos do mar e das áreas de manguezais diferenciando o sistema agrário das outras zonas específicas mostrando a heterogeneidade das dinâmicas do TN1.

6 RESULTADOS - TERRITÓRIO DO SALGADO

Nesta parte do trabalho apresentamos os principais resultados do Território do Salgado TS. Os resultados são apresentados da seguinte forma: i. trajetória específica do TS; ii. caracterização da diversidade do território; iii. tipologia espacial através dos resultados do ZADA; iv. Modelização e análise das dinâmicas territoriais do TS.

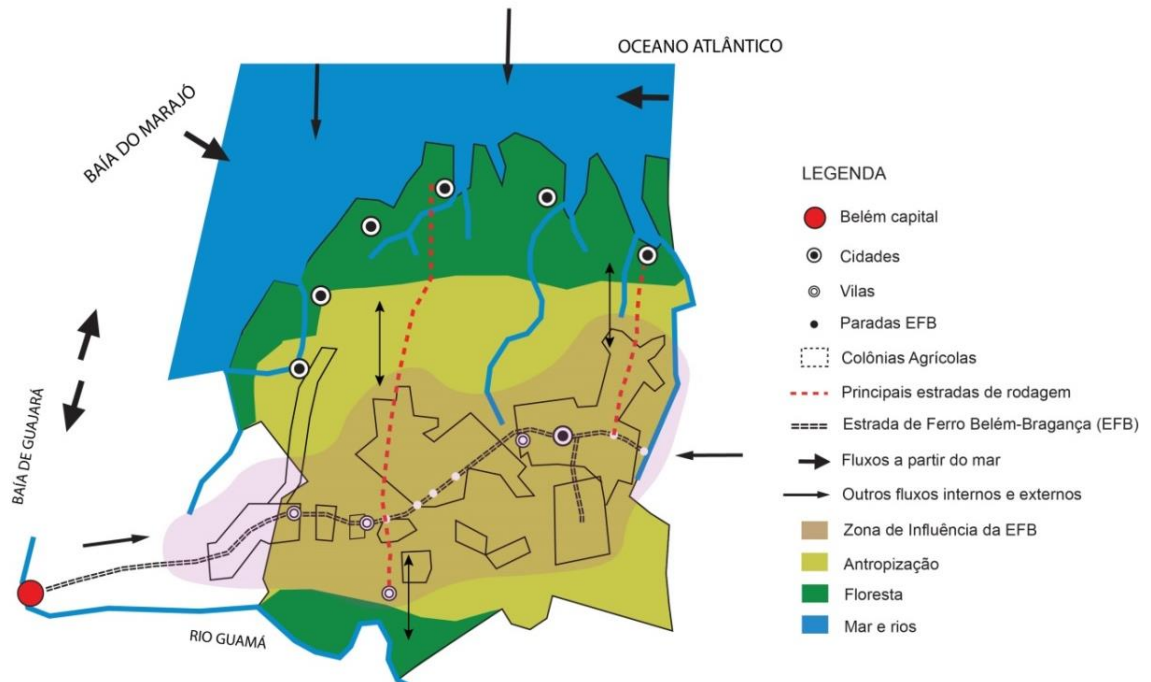
6.1 Trajetória específica do Território do Salgado

A análise da trajetória do TS nos permite compreender como se deu as evoluções e rupturas do território através do tempo, utilizando para isso um enfoque histórico destes aspectos. Da mesma forma que abordamos o aspecto histórico do TN1 optou-se pelos seguintes períodos-chave: 1914 (FIGURA 12) que indica o papel principal do funcionamento da EFB e das colônias agrícolas; período de 1965 (FIGURA 13) que indica a construção de rodovias e desativação da EFB; e 2014 (FIGURA 14) para o período atual.

Até 1900 o trajeto da EFB já estava quase consolidado, assim como o funcionamento das colônias agrícolas no TS (FIGURA 03). Se antes deste período eram as relações marítimas responsáveis pelos principais fluxos do TS pela localização das cidades, foi a EFB e a colonização que deram novas configurações no funcionamento do TS neste período. Segundo Valverde e Dias “o povoamento da Bragantina processou-se de oeste para leste. À medida que os trilhos iam sendo lançados, instalavam-se colônias de pequenos proprietários junto à ponta da linha, ou um pouco adiante dela” (VALVERDE; DIAS, 1967. p.13).

De fato, a zona de influência da EFB apresentada através da Figura 12 consolidou tanto um processo produtivo específico no Pará quando uma ocupação mais localizada nas adjacências desta, a relação com a capital era essencial na cobertura pelos principais serviços ofertados na época para a população local. A influencia da EFB também fez surgir a formação de novos municípios, que noutro tempo tinham suas sedes mais relacionada com o litoral marítimo.

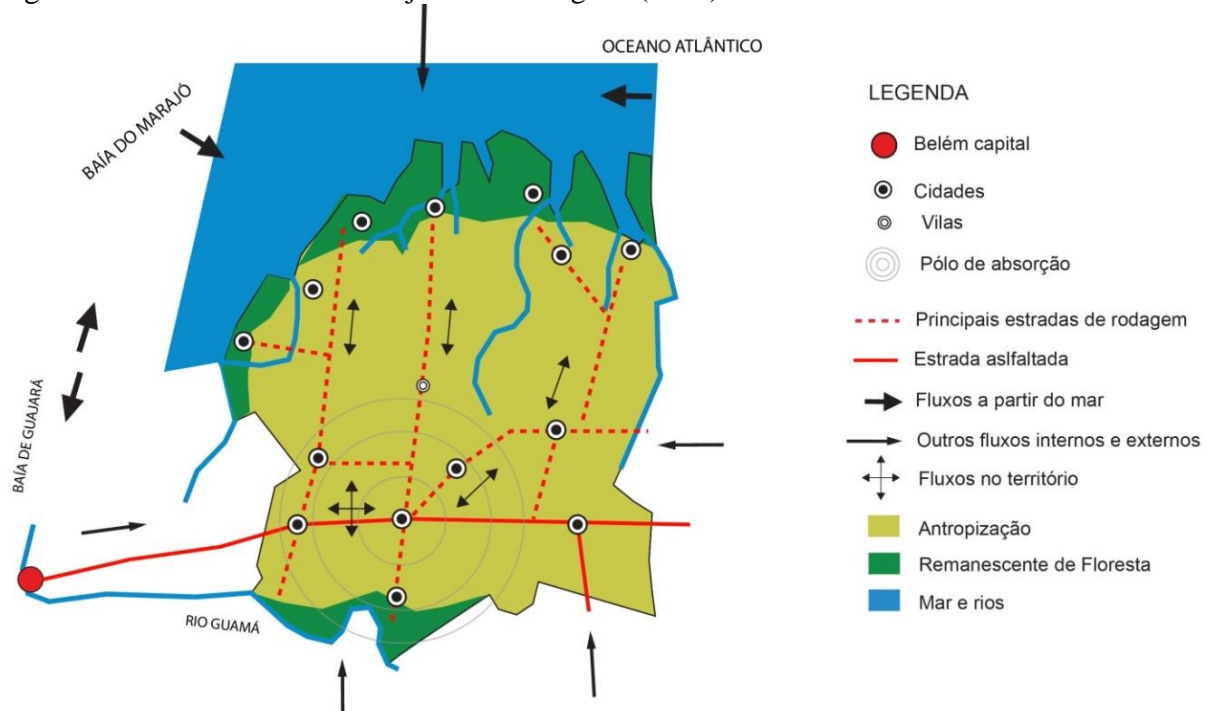
Figura 12 – Período-chave da trajetória do Salgado (1914).



Fonte: PENTEADO, 1967; CONCEIÇÃO, 1990; DA COSTA TAVARES, 2010. Elaboração do autor.

Com a desativação da EFB em 1965, ganha espaço todo um projeto de implantação de rodovias que modificam os fluxos do TS principalmente com relação à construção da Belém-Brasília (BR-010). Embora apresentemos apenas os pontos onde se localizavam as principais cidades do TS na figura 13 indica um processo emancipatório decorrente dos lugares que surgiram em relação à EFB. Nesse período se vê o surgimento de diversos empreendimentos empresariais que se instalam no perímetro entre Castanhal e Santa Izabel. Os papéis no TS mudam em decorrência dos maiores fluxos ocorrerem com relação às estradas. Castanhal nesse momento torna-se o principal município que absorve os principais fluxos populacionais.

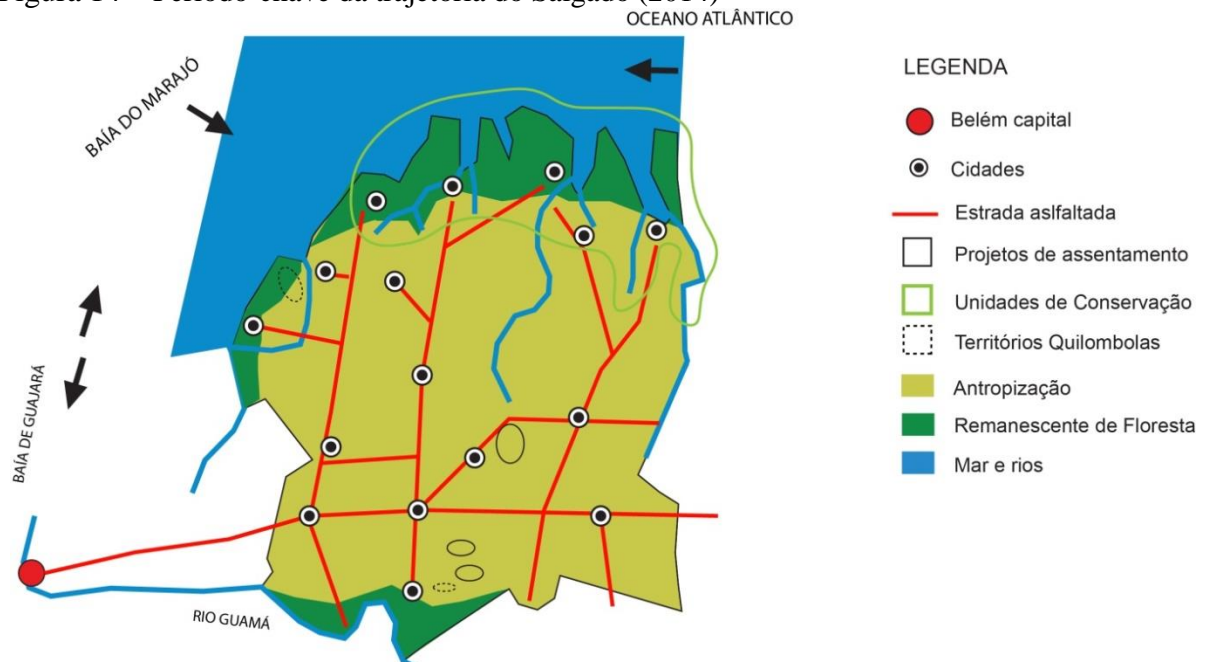
Figura 13 – Período-chave da trajetória do Salgado (1965)



Fonte: VALVERDE; DIAS, 1967; DA COSTA TAVARES, 2010. Elaboração do autor.

O período atual mostra a atual configuração das principais redes de fluxos condicionadas pelo funcionamento das estradas. Além dessa configuração podemos observar na figura 14 o ordenamento do território. Em vista de complementar a leitura apresentamos no decorrer da caracterização do TS os principais fluxos atualmente.

Figura 14 – Período-chave da trajetória do Salgado (2014)



Fonte: Pesquisa (2020), elaboração do autor.

6.2 A caracterização da diversidade do TS

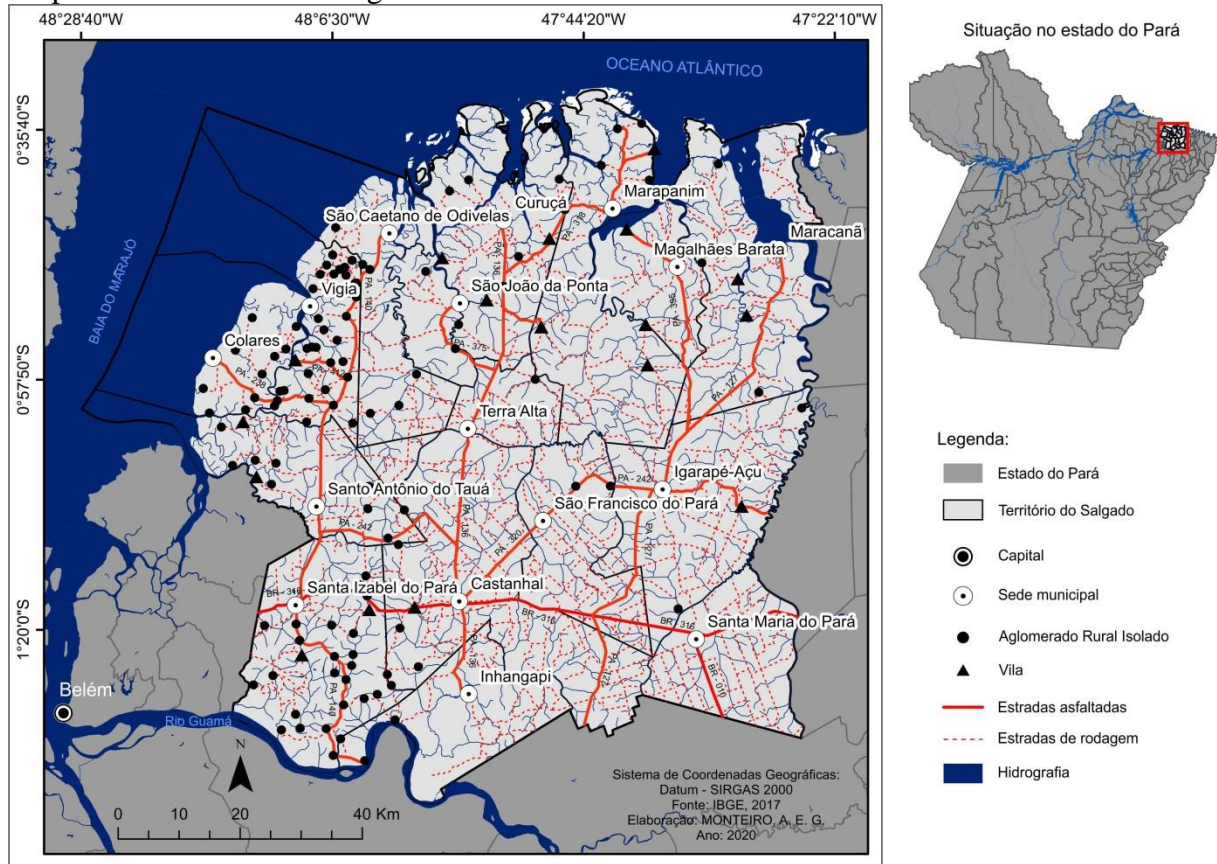
Esse texto apresenta informações estruturantes que dão suporte a uma caracterização da diversidade do Território do Salgado (TS), possibilitando comparações e análises destas informações. Seleccionamos para tanto os seguintes elementos estruturantes: a localização e tamanho dos municípios onde procuramos entender como se estrutura a hierarquia urbana e os principais fluxos; alguns aspectos sobre a estrutura produtiva com aspectos fundiários e produtivos; o acesso aos recursos limitados; e as diferentes políticas públicas incidentes no TS.

6.2.1 Localização e tamanho dos municípios

Os 16 municípios do TS estão localizados em um raio de 56 km um do outro. A proximidade do TS com a capital metropolitana proporciona grandes fluxos, influenciados principalmente por uma estrutura rodoviária em boas condições de trafegabilidade. O deslocamento de carro da cidade mais próxima (Santa Izabel do Pará) da capital pode durar cerca de uma hora; a cidade mais distante (Maracanã) o deslocamento pode durar até três horas. Há uma forte relação do TS com a região metropolitana de Belém, embora saibamos que o município que assume um papel central no TS seja Castanhal.

Dos 16 municípios do TS metade estão localizados na zona costeira, enquanto a outra metade localizam-se em relação às principais estradas como as BRs 316 e 010 e também com o Rio Guamá (Santa Izabel do Pará e Inhangapi). As estradas estaduais também são responsáveis pelos principais fluxos do Salgado, sejam eles produtivos ou de pessoas. Essa configuração pode ser visualizada no mapa 14 que destaca a localização das sedes, as redes de rodovias e o padrão hidrográfico do TS.

Mapa 13 – Território do Salgado

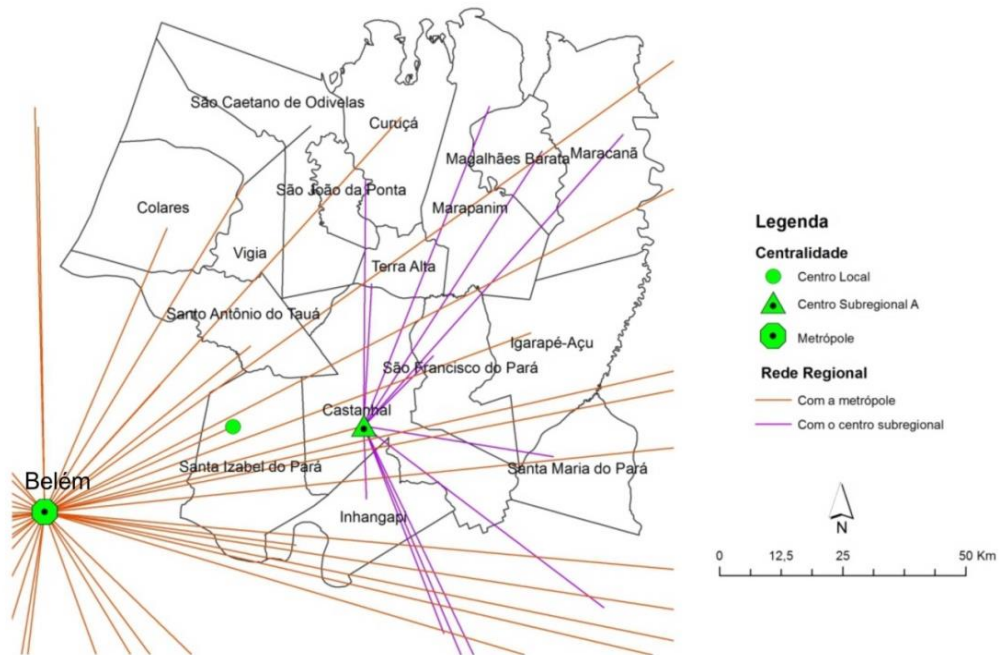


Fonte: IBGE, 2017. Elaboração do autor.

A rodovia BR-316 assume um papel importante fazendo a ligação com as estradas estaduais e os diferentes padrões de estradas de rodagem (não asfaltada) nos municípios. A conexão entre o urbano e o rural é favorecida por diferentes fatores que envolvem desde a circulação de pessoas ao escoamento e comercialização de produtos da agricultura e de outros tipos de atividades, a exemplo da pesca. A BR-010 conhecida como Belém-Brasília corta o município de Santa Maria, esta rodovia federal tem também um papel importante na entrada e saída de fluxos no território do Salgado.

Na zona costeira podemos identificar os principais elementos que estruturam a circulação de produtos e pessoas. Em primeiro lugar, há uma forte presença nos municípios de Colares, Vigia, São Caetano de Odivelas e Curuçá de atividades da pesca industrial, que abastecem os mercados locais e regionais e para exportação. Em segundo lugar, o turismo é um forte vetor que possibilita uma maior circulação de pessoas à procura de lazer e de uma segunda residência. Os municípios que recebem maiores fluxos são Colares, Vigia, Curuçá, Marapanim (Caratateua e Crispim) e Maracanã (Maiandeua).

Mapa 14 – Influência das cidades do TS em relação ao centro local, centro sub-regional A e à metrópole



Fonte: IBGE (2010), elaboração do autor.

O estudo do IBGE sobre as regiões de influência das cidades (IBGE, 2007) mostra que a Região de Influência de Belém em relação a rede urbana do território do Salgado (Mapa 14) apresenta como Centro Local os municípios de Santa Izabel do Pará, Santo Antônio do Tauá, Igarapé Açu, Curuçá e Colares. Vigia se localiza como Centro de Zona B em relação à Belém com S. Caetano de Odivelas como Centro Local. Castanhal é apresentado como Centro SubRegional A em relação à Belém e os centros locais de Castanhal são os municípios de Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Maria do Pará, São João da Ponta e Terra Alta.

6.2.2 Aspectos econômicos e o peso do rural e urbano

O aspecto populacional do TS é bastante variado entre os municípios. Castanhal é a cidade mais populosa com mais de 150 mil habitantes. Na Tabela 4 podemos visualizar os dados populacionais por ordem decrescente da população total. Depois de Castanhal os dois municípios mais populosos são Santa Izabel do Pará e Vigia. Porém, Castanhal apresenta uma densidade demográfica de 168 habitantes por km², os outros dois municípios apresentam uma média de 80 habitantes por km². Os demais municípios apresentam uma densidade populacional igual ou à baixo de 50 habitantes por km².

A população urbana e rural tem diferente peso entre os municípios. Os mesmos municípios mais populosos tendem a apresentar uma população relativamente urbana, a exemplo de Castanhal e Santa Izabel do Pará onde 88% e 72% dessa população, respectivamente, vivem na zona urbana. Podemos notar que no Salgado os municípios mais populosos apresentam uma densidade relativa rural menor em relação à densidade relativa urbana, o que pode explicar o inchaço urbano nas cidades.

TABELA 4. Aspectos populacionais do território do Salgado no estado do Pará⁶

Município	População Total	População Rural		População Urbana		Área (km ²)	Densidade demográfica
		Absoluta	Relativa	Absoluta	Relativa		
Castanhal	173.149	19.771	11,41	153.378	88,58	1.028,89	168,29
Santa Izabel do Pará	59.466	16.466	27,68	43.000	72,31	717,66	82,86
Vigia	47.889	15.536	32,44	32.353	67,55	539,08	88,83
Igarapé-Açú	35.887	14.680	40,90	21.207	59,09	785,98	45,65
Curuçá	34.294	22.120	64,50	12.174	35,49	672,68	50,98
Maracanã	28.376	16.720	58,92	11.656	41,07	855,66	33,16
Santo Antônio do Tauá	26.674	11.803	44,24	14.871	55,75	537,63	49,61
Marapanim	26.605	14.901	56	11.704	44	795,99	33,42
Santa Maria do Pará	23.026	9.698	42,11	13.328	57,88	457,73	50,30
São Caetano de Odivelas	16.891	9.933	58,80	6.958	41,19	743,47	22,71
São Francisco do Pará	15.060	9.947	66,04	5.113	33,95	479,56	31,40
Colares	11.381	7.720	67,83	3.661	32,16	609,79	18,66
Terra Alta	10.262	5.928	57,76	4.334	42,23	206,41	49,71
Inhangapi	10.037	7.266	72,39	2.771	27,60	471,45	21,28
Magalhães Barata	8.115	4.320	53,23	3.795	46,76	325,27	24,94
São João da Ponta	5.265	4.234	80,41	1.031	19,58	195,92	26,87

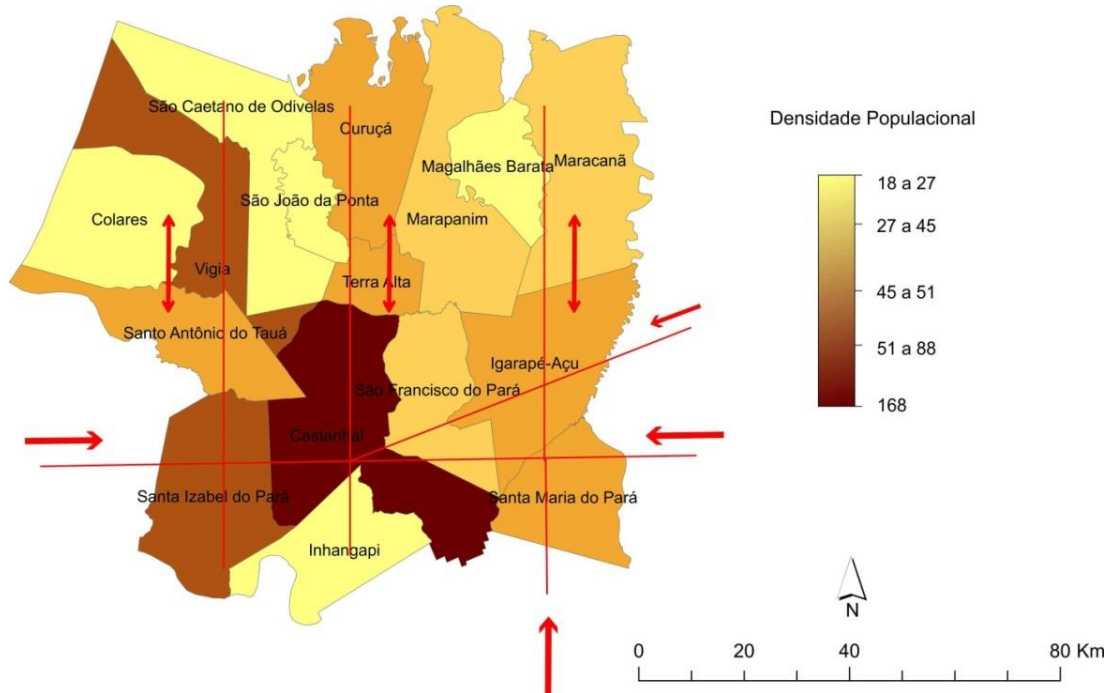
Fonte: IBGE, 2010. Adaptado pelo autor.

O mapa 16 a seguir mostra visualmente a densidade demográfica no TS. Nele podemos perceber o papel central de Castanhal, com uma densidade de 168 habitantes por Km². Seguido pelos municípios de Santa Izabel e Vigia que cumprem um papel mais importante em relação à metrópole, com os fluxos concentrados no eixo oeste. Castanhal tem importância central e se relaciona diretamente com os municípios do eixo central e eixo leste. Dessa forma podemos notar uma diferenciação espacial em relação aos aspectos populacionais do TS. Isso mostra que os municípios mais bem localizados em relação à metrópole concentram uma grande parte da população no TS. Também devido ao conjunto de

⁶ População relativa (urbana e rural) está representada em porcentagem em relação à população total.

serviços concentrados nesses municípios que absorvem grandes fluxos populacionais, principalmente em Castanhal e Santa Izabel do Pará.

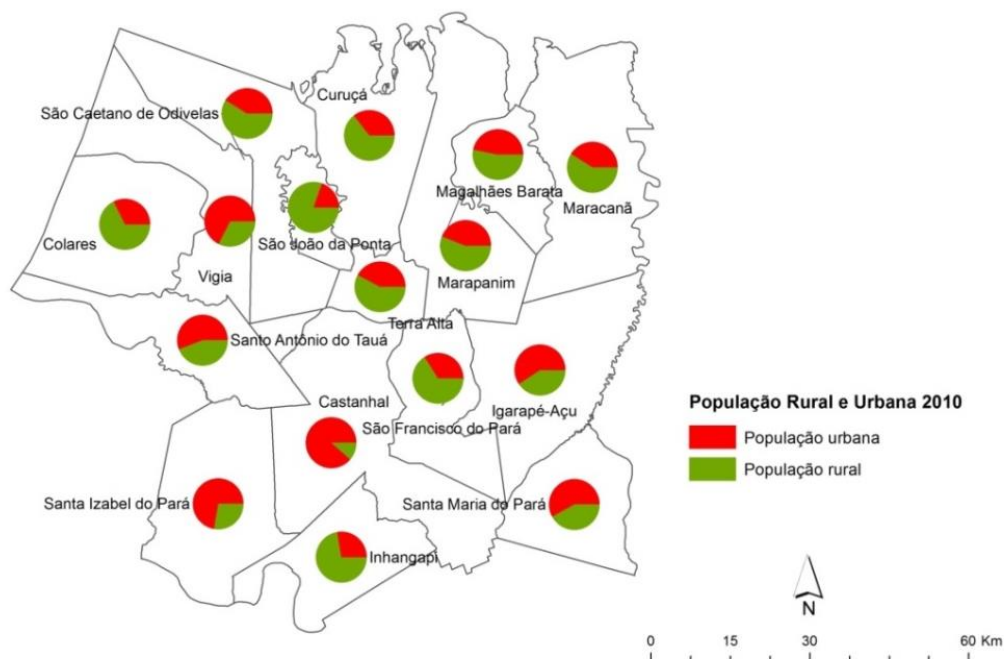
Mapa 15 – Densidade populacional e rede de fluxos do TS



Fonte: IBGE, 2010. Elaborado pelo autor.

Podemos notar no mapa 17 a proporção da distribuição da população urbana e rural entre os municípios do TS. Aqueles próximos à zona costeira possuem uma população predominantemente rural, com exceção de Vigia. No espaço de influência das estradas e do rio Guamá apenas em São Francisco do Pará e Inhangapi há o predomínio de uma população rural. Igarapé-Açu e Santa Maria do Pará possuem uma população urbana e rural relativamente igual na sua distribuição.

Mapa 16 – População rural e urbana do território do Salgado



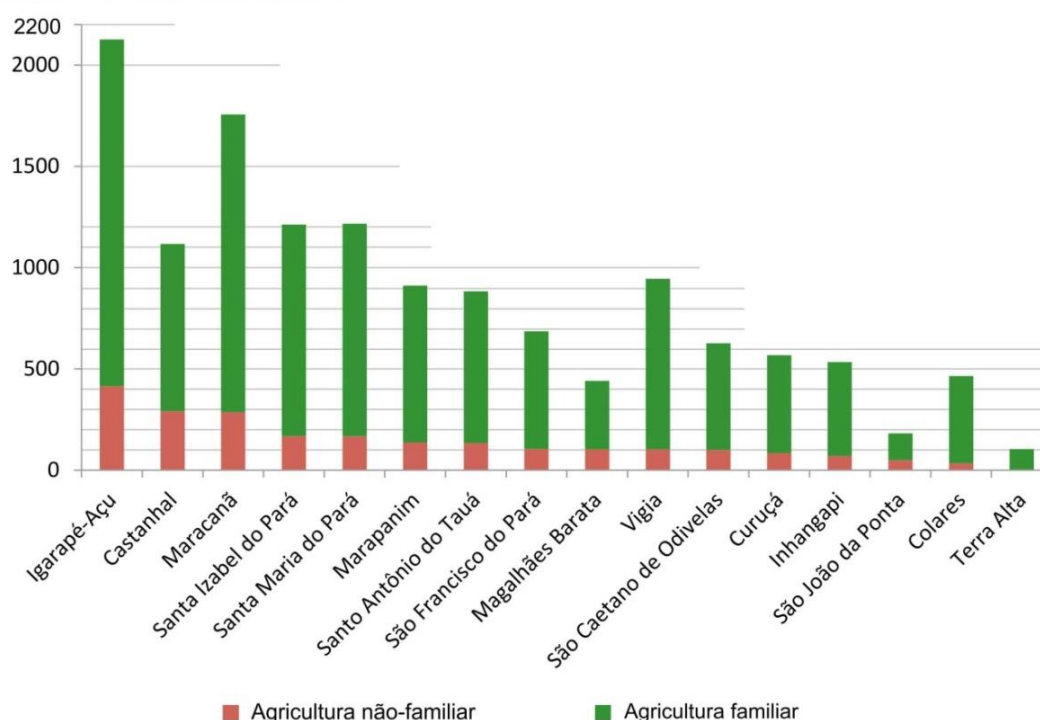
Fonte: IBGE (2010), elaboração do autor (2019).

- **Aspectos fundiários**

Os aspectos fundiários do TS podem indicar alguns elementos importantes para a análise das determinantes de sua estrutura produtiva. Em relação ao número de estabelecimentos podemos verificar, primeiramente, no Gráfico 6 o número de estabelecimentos da agricultura familiar (AF) e da agricultura não-familiar (ANF). Observa-se a predominância de estabelecimentos da agricultura familiar (AF), conforme indica os dados do censo agropecuário de 2017. Os municípios com o maior número de estabelecimentos são Maracanã e Igarapé-Açu, com predomínio estabelecimentos da AF, havendo também um número elevado de estabelecimentos da ANF. O mesmo comportamento pode ser percebido em Castanhal com relação ao número de estabelecimentos da ANF com um número mais elevado em relação aos outros municípios.

Os municípios com maior número de estabelecimentos da AF são: Igarapé-Açu, Maracanã, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará. Os municípios que seguem abaixo dessa média são: Castanhal, Marapanim, Santo Antônio do Tauá e Vigia. Os outros municípios apresentam um número abaixo de 600 estabelecimentos, os municípios de São João da Ponta e Terra Alta tem o menor número de estabelecimentos no TS da AF e ANF. Com relação aos estabelecimentos da ANF Igarapé-Açu apresenta maior número de 400 estabelecimentos; Castanhal e Maracanã apresentam em média 300 estabelecimentos cada.

Gráfico 5 – Número de estabelecimentos rurais por município no TS
Número de Estabelecimentos

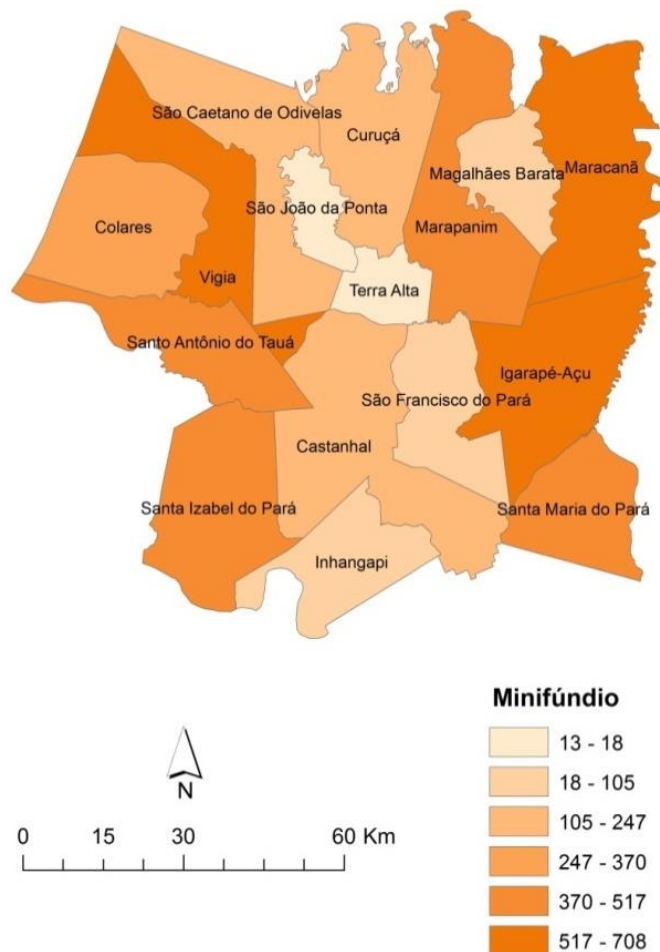


Fonte: Censo Agropecuário 2017 (IBGE)

O aspecto fundiário do TS apresenta uma estrutura composta por pequenas e médias propriedades, mas também apresenta um pequeno número de grandes propriedades que ocupam grandes parcelas de terra. Cada módulo fiscal nos municípios equivale a 55 hectares. As pequenas propriedades são as que possuem até 4 módulos fiscais; as médias propriedades são as que possuem de 4 a 15 módulos fiscais; e as grandes propriedades são aquelas com mais de 15 módulos fiscais.

Separamos as propriedades com menos de 2 hectares e que em sua maioria não apresentam viabilidade produtiva por conta do tamanho restrito. Esses tipos de estabelecimentos estão bastante concentrados nos municípios de Igarapé-Açu e Vigia. Ao observar o mapa 18 podemos notar que os municípios localizados no eixo central do TS são os que possuem menos propriedades de até 2 hectares. Isso pode ser explicado por uma alta taxa de êxodo rural de famílias que muitas das vezes devido aos níveis de desigualdade não tem alternativas de sustento migrando, dessa forma, para os centros urbanos.

Mapa 17 – Número de minifúndios de até 2 hectares em cada município do TS (2017)



Fonte: IBGE (2017), elaboração do autor.

A tipologia criada para analisar a distribuição dos estabelecimentos rurais por município está representada no mapa 19, nela identificamos o número de pequenos, médios e grandes estabelecimentos rurais segundo os dados coletados no censo agropecuário de 2017.

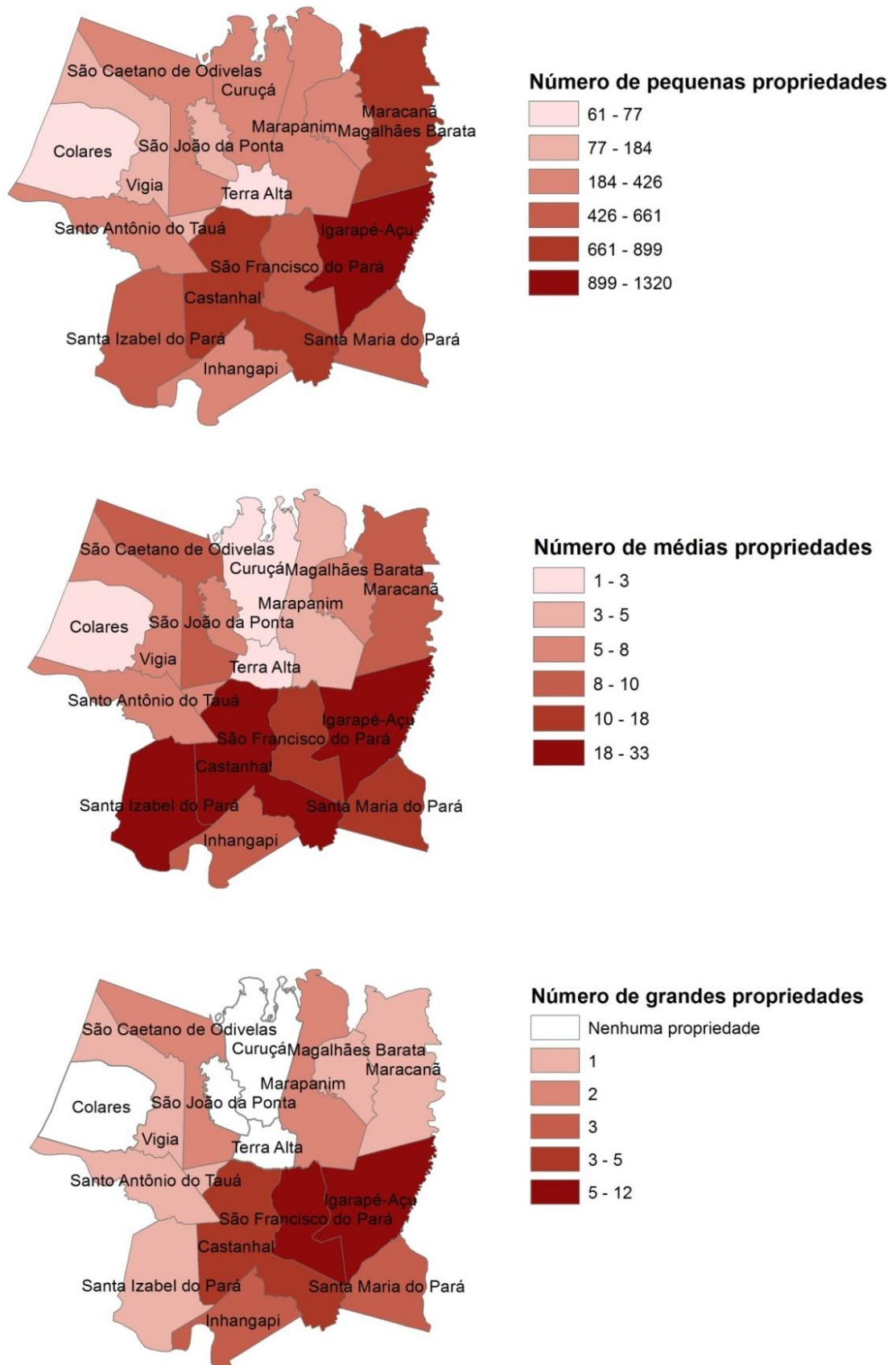
Podemos verificar que há um número elevado de pequenos estabelecimentos no município de Igarapé-Açu, Castanhal e Maracanã, na contramão destes municípios estão Terra Alta e Colares que tem em média 70 estabelecimentos de pequeno porte cada. Se observamos e compararmos os números de estabelecimentos podemos afirmar que o TS é predominantemente composto destes tipos de estabelecimento, muitas das vezes ocupados pela agricultura familiar.

Com relação às médias propriedades rurais há um número muito baixo no TS, no entanto a concentração destes estabelecimentos médios revela um nível de concentração de terras mais elevado. No TS são os municípios de Santa Izabel do Pará, Castanhal e Igarapé-

Açú que concentram o maior número de estabelecimentos rurais médios, que reforça a localização de atividades agropecuária mais extensiva.

No TS há um número de grandes estabelecimentos muito baixo, contudo a existência destes tipos de estabelecimento rural pode indicar uma maior concentração de terras se somadas com as médias propriedades. No TS isso fica evidente nos municípios de São Francisco do Pará e Igarapé-Açú. Os dados indicam que não há esse tipo de estabelecimentos agropecuários em Colares, Terra Alta, São João da Ponta e Curuçá.

Mapa 18 – Tipologia segundo o número de tipo de estabelecimento no TS (2017)



Fonte: IBGE (2017), elaboração do autor.

- **Aspectos produtivos e econômicos**

Os dados sobre o Produto Interno Bruto (PIB) e de empregos formais dos municípios que compõe o TS pode indicar aspectos econômicos que podem corroborar os dados apresentados anteriormente. Organizamos o PIB total de cada município do Salgado por grandes setores (imposto, agropecuária, indústria e serviços). A ordem dos municípios na tabela 5 obedece ao valor decrescente do PIB agropecuário. Castanhal é o município com maior PIB (3.757,158), assume o papel principal na economia do Salgado, os serviços são responsáveis por 67% do PIB de Castanha, a agropecuária embora represente apenas 3% do PIB total se iguala aos maiores PIBs como o de Santo Antônio do Tauá e Santa Maria do Pará. Nos municípios do Salgado podemos verificar que o principal setor para o PIB são os serviços, seguido pelo setor agropecuário. O setor industrial é bastante importante no PIB dos municípios de Castanhal, Santa Izabel do Pará e Inhangapi. O setor de serviços corresponde a mais de 50% do PIB total de todos os municípios do Salgado, em contraste com o setor de impostos que corresponde a uma porcentagem abaixo de 6% do PIB total de cada município, exceto para Castanhal e Santa Izabel do Pará que apresentam 15% e 9% respectivamente.

TABELA 5. PIB municipal por setor no território do Salgado

Município	PIB total	PIB impostos	%	PIB agropecuária	%	PIB indústria	%	PIB serviços	%
Santo Antônio do Tauá	343.978	16.811	5	114.107	33	30.583	9	182.475	53
Santa Maria do Pará	310.553	15.592	5	109.810	35	19.873	6	165.275	53
Castanhal	3.757.158	552.933	15	103.397	3	588.918	16	2.511.909	67
Santa Izabel do Pará	718.727	64.121	9	91.536	13	80.693	11	482.375	67
São Francisco do Pará	204.132	11.547	6	70.119	34	9.303	5	113.161	55
Curuçá	274.234	7.857	3	67.560	25	9.099	3	191.714	70
Vigia	373.285	17.883	5	66.580	18	16.177	4	272.643	73
Igarapé-Açú	304.458	17.363	6	58.688	19	21.485	7	206.920	68
Maracanã	219.104	5.566	3	58.194	27	7.783	3	147.559	67
Marapanim	221.397	6.337	3	49.135	22	8.753	4	157.170	71
Inhangapi	114.664	4.552	4	45.083	39	10.150	9	54.876	48
São Caetano de Odivelas	131.225	3.814	3	33.667	26	4.822	4	88.919	68
Magalhães Barata	75.314	2.027	3	24.009	32	2.818	4	46.459	61

Continua

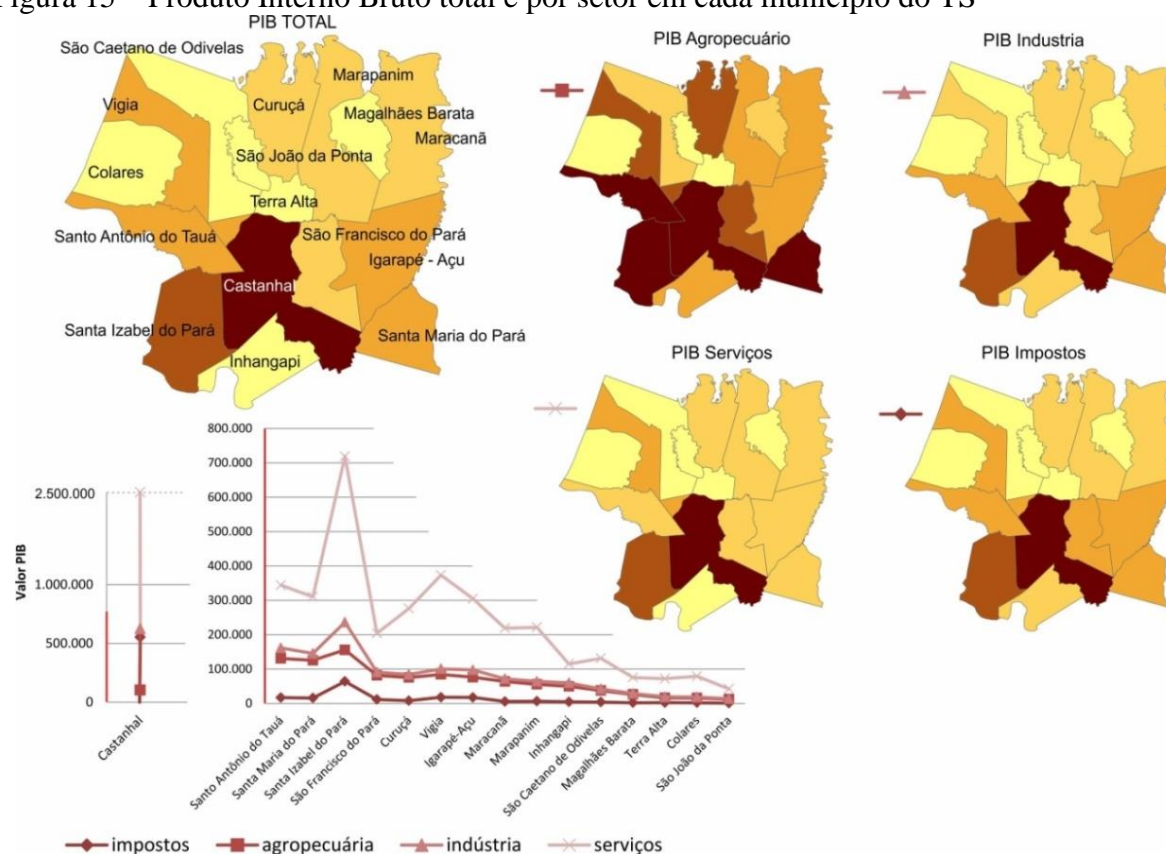
Continuação

Terra Alta	71.814	2.106	3	14.096	20	3.095	4	52.515	73
Colares	79.043	1.938	2	13.842	17	2.676	3	60.584	77
São João da Ponta	42.206	882,73	2	11.469	27	1.478	3	28.374	67

Fonte: IBGE (2017). Adaptado pelo autor.

Os dados da tabela 5 estão representados na figura 12 abaixo, nela podemos observar o gradiente da importância do PIB nos municípios do TS para cada setor, onde a cor mais forte representa um peso mais elevado do PIB.

Figura 15 – Produto Interno Bruto total e por setor em cada município do TS

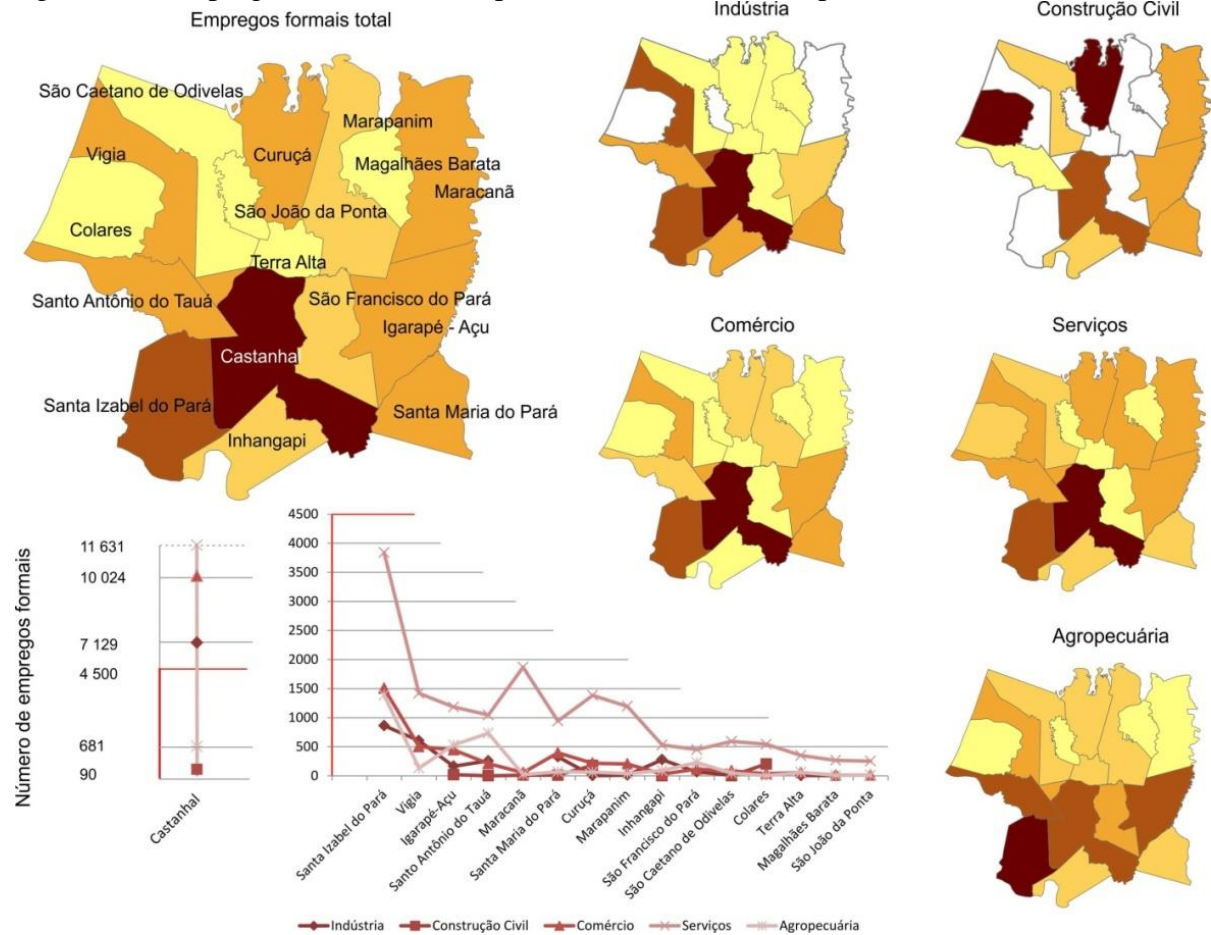


Fonte: IBGE (2017). Elaborado pelo autor.

De fato, os municípios ligados diretamente à circulação da BR-316 apresentam maior importância econômica pelo setor agropecuário. Os municípios de Castanhah e Santa Izabel do Pará apresentam um peso significativo em todos os setores, são os municípios com maiores PIBs no TS.

Os dados sobre os vínculos empregatícios no emprego formal estão apresentados na figura 16.

Figura 16 – Empregos formais total e por setor em cada município do TS

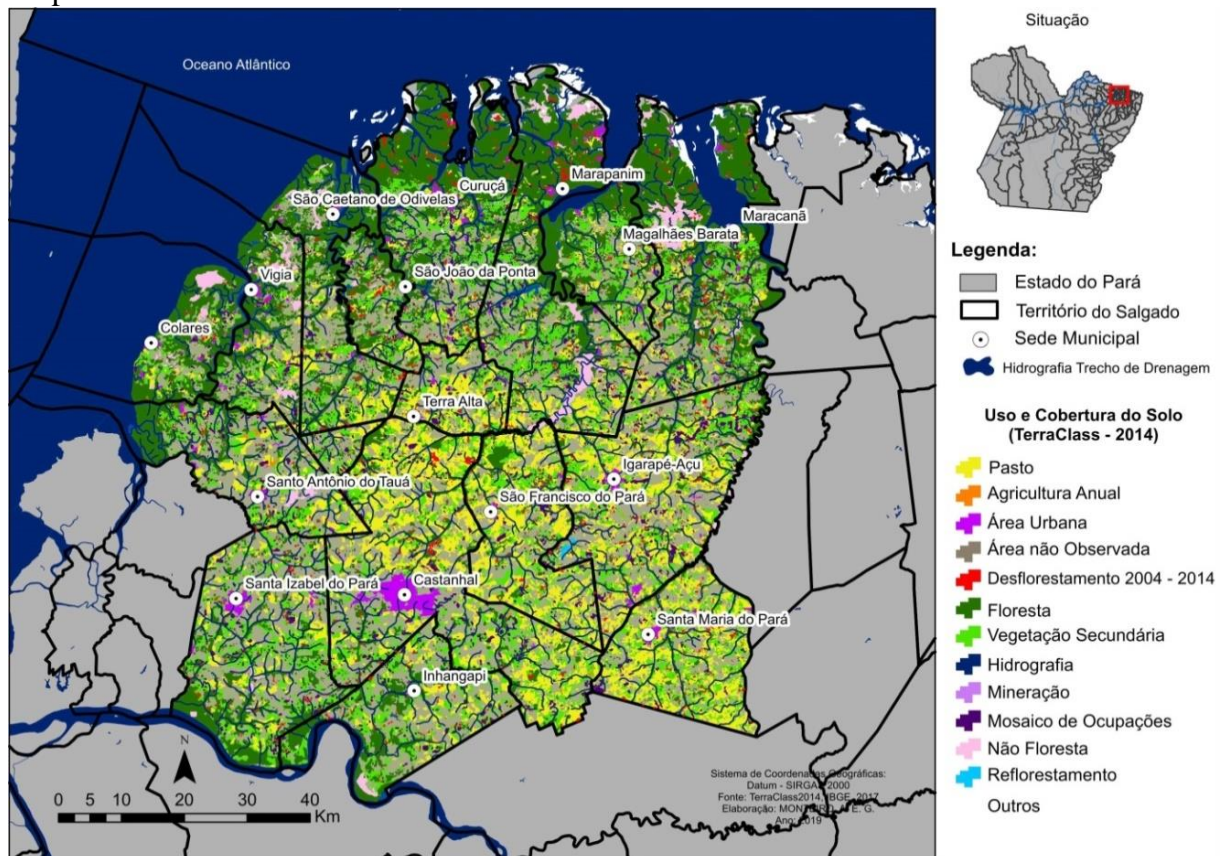


Castanhal com seu peso de polo regional detém um total de 30.135 vínculos no emprego formal, apenas os setores de comércio e serviços são responsáveis por 70% do total desses vínculos. Santa Izabel apresenta o segundo maior número de vínculos no emprego formal, e ao que nos parece, o papel desses municípios em relação à capital tem grande importância na estruturação dos fluxos no território do Salgado. No setor industrial, se relacionarmos a localização do município, poderemos observar que as principais estradas são fortes vetores para este setor. Os municípios do litoral, por exemplo, apresentam números muito baixos de ocupação empregatícia formal neste setor, a única exceção é o município de Vigia. Por outro lado, Castanhal, Santa Izabel e Santa Maria apresentam um maior número de vínculo no setor industrial, principalmente na indústria de alimentos. No setor agropecuário Santa Izabel é o município com o maior número de empregos formais, seguida por Santo Antonio do Tauá, Igarapé-Açu e Castanhal, em contraste a esse cenário de trabalho aparecem os municípios de Colares, Magalhães Barata e São João da Ponta apresentando menor quantidade de vínculos formais neste setor.

6.2.3 Estrutura de acesso aos recursos naturais: uso e apropriação da terra

Para a análise da estrutura de acesso aos recursos naturais no território do Salgado, organizamos os dados resultantes do projeto TerraClass para o ano de 2014 (ALMEIDA, et al. 2016). Seleccionamos as principais classes do uso e cobertura da terra que estão representadas no mapa 19 e que nos ajudam a compreender os diferentes padrões espaciais no TS.

Mapa 19 – Uso e cobertura do solo no TS



Fonte: INPE, 2014. Elaboração do autor

Os dados representados no mapa 20 estão descritos na tabela 6 com a área em km² de cada classe, a ordem dos municípios na tabela obedece ao valor decrescente da área de florestas. A tabela 6 apresenta a porcentagem do uso e cobertura da terra no Salgado. Vale ressaltar que há uma grande porcentagem de área da classe “área não identificada” (não aparece na tabela) no território do Salgado, que pode causar algumas inconsistências em nossa análise do uso e cobertura da terra.

Podemos observar que os municípios localizados na zona costeira do Salgado apresentam as maiores áreas de floresta, que pode ser planície fluvial e de mangue. Nessas áreas se concentra uma forte atividade do extrativismo e da pesca. Em contraste, os

municípios localizados no espaço de influências da BR apresentam as menores áreas de floresta. As áreas de vegetação secundária podem indicar alguns processos produtivos, como a prática da agricultura de queima e corte, os municípios com maior área de vegetação secundária são Castanhal, Igarapé Açú, Santa Izabel, Marapanim, Santa Maria e Maracanã. Os mosaicos de ocupação que representam a presença da agricultura familiar ocupam uma maior área nos municípios de Igarapé-Açú, Castanhal, Marapanim, Maracanã e Curuçá. Outros municípios que mais próximos do polo metropolitano apresentam em média uma área de 20 a 25 km² de mosaico de ocupações. As áreas de pastagem ocupam uma grande área nos municípios de Castanhal, Igarapé-Açú, São Francisco do Pará e Santa Maria do Pará.

TABELA 6. Uso da terra por município no território do Salgado em 2014, em km²

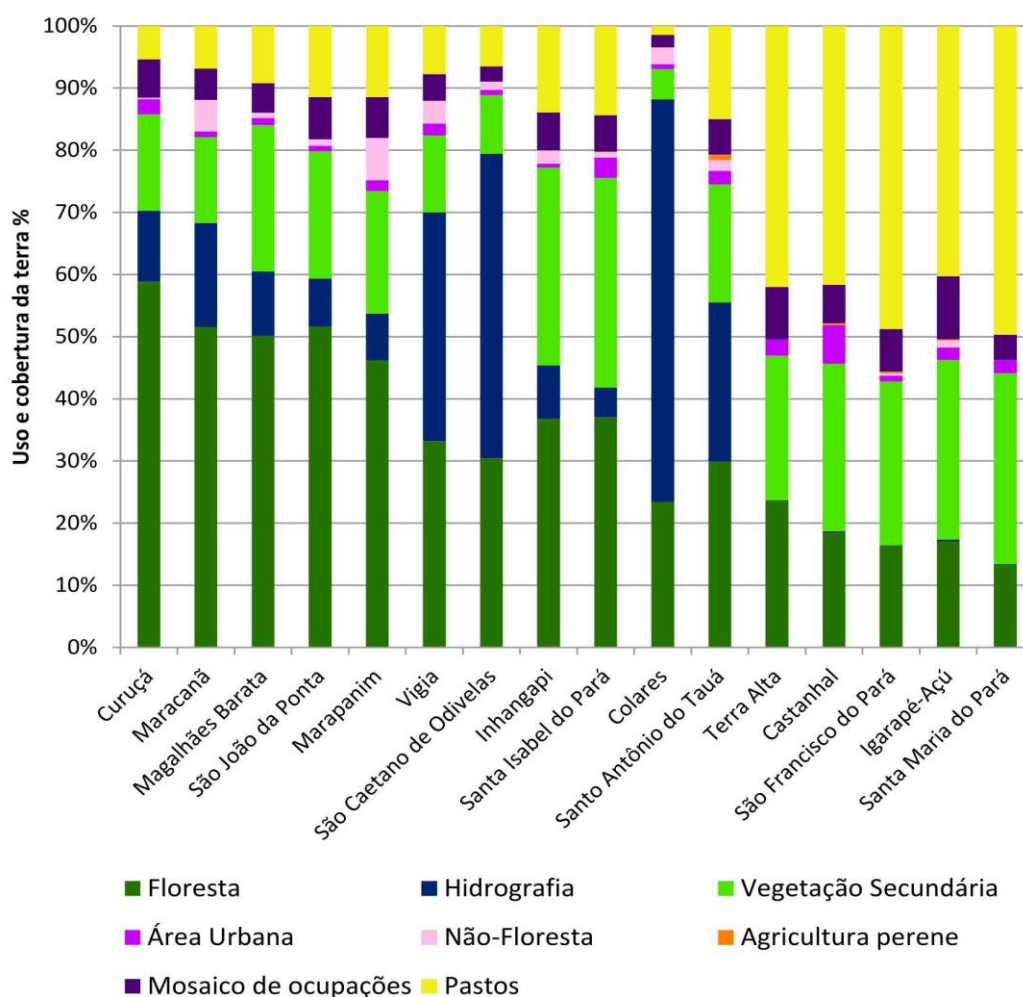
Município	Floresta	Hidrografia	Vegetação Secundária	Área Urbana	Não-Floresta	Agricultura perene	Mosaico de ocupações	Pastos
Castanhal	129,04	1,56	189,20	43,65		1,99	43,31	291,88
Igarapé-Açú	89,91	1,79	151,96	10,50	6,16	1,11	53,52	212,03
São Francisco do Pará	57,22	0,25	91,88	3,36	1,31	0,91	24,05	170,11
Santa Maria do Pará	44,86	0,24	103,61	7,13			13,80	167,44
São Caetano de Odivelas	193,42	311,78	60,01	5,54	8,47	0,03	15,62	41,54
Marapanim	298,39	48,32	127,76	11,36	43,75		42,41	74,17
Vigia	142,41	157,90	53,04	8,35	15,64	0,10	18,33	33,33
Terra Alta	35,30	0,01	34,61	3,94			12,49	62,56
Santa Isabel do Pará	160,75	20,90	146,47	14,19	3,94	0,47	25,39	62,50
Santo Antônio do Tauá	111,91	96,17	71,20	8,10	6,51	3,31	21,46	54,01
Maracanã	374,54	121,55	100,25	6,76	36,78		36,81	49,84
Inhangapi	113,51	26,51	98,25	1,92	6,66	0,33	18,84	42,95
Curuçá	329,11	64,02	86,70	13,81	1,20		34,55	30,14
Magalhães Barata	131,10	27,12	61,59	3,03	2,26		12,33	24,15
São João da Ponta	74,76	11,23	29,65	1,29	1,50		9,85	16,58
Colares	133,90	370,49	27,91	4,79	15,31		11,52	8,32

Fonte: INPE, 2014. Adaptado pelo autor

O gráfico 8 mostra a porcentagem de áreas das classes por município em relação ao tamanho do município. Os municípios também estão ordenados de forma decrescente segundo a importância relativa das áreas de floresta, a ordem difere pela relação do tamanho do

município com área de cada classe. Podemos verificar neste resultado que os municípios localizados na zona costeira possuem uma maior porcentagem de área de floresta, com exceção de Colares 21% de floresta, nesse município apenas 1,36% sua cobertura e por pastagem, os outros municípios seguem a mesma linha, tendo uma área menor de pastagens. Em contraste, os municípios próximos a Castanhal e Belém apresentam as menores áreas de floresta, havendo uma forte substituição vegetal por pastagens. Os municípios que tem em média de 4 a 6% de mosaicos de ocupação são: Igarapé-Açú, Terra Alta, Marapanim, Curuçá, São João da Ponta, São Francisco do Pará, Maracanã e Castanhal, esses dados podem apontar a forte presença de agricultores familiares.

Gráfico 6 – Porcentagem do uso da terra por classes no território do Salgado

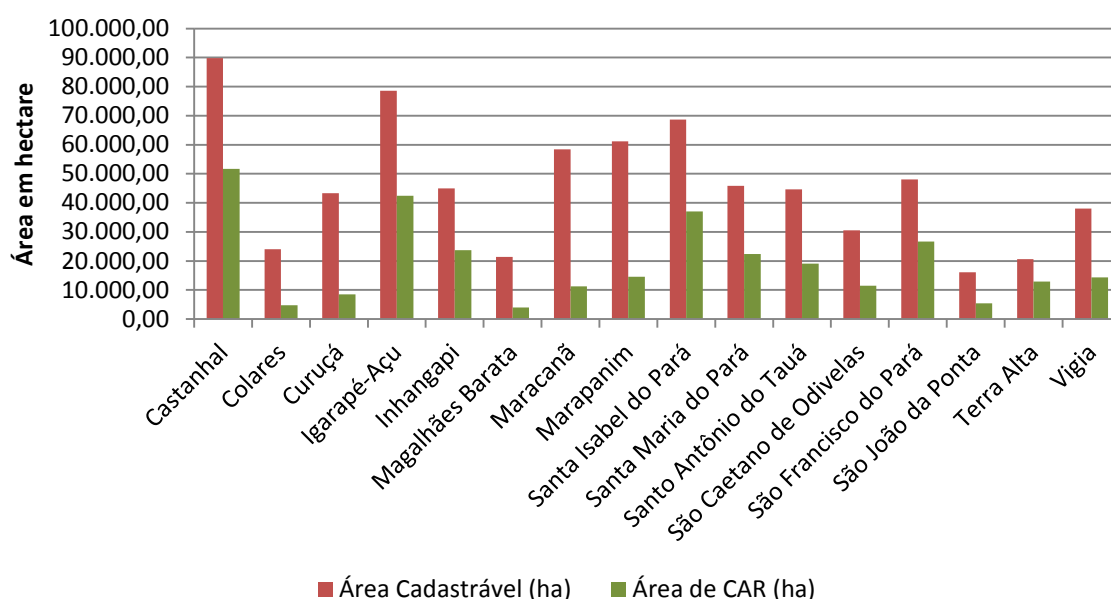


Fonte: INPE, 2014. Elaborado pelo autor

6.2.4 Políticas Públicas

Diferentes políticas públicas incidem sobre o TS. Elencamos aqui algumas delas. Podemos observar, primeiramente, os dados atuais do CAR que estão organizados no gráfico 9 por área cadastrável, que é a área dos estabelecimentos que devem realizar o cadastro e áreas cadastradas, aquelas que já realizaram o CAR. Podemos notar no gráfico que Castanhal tem a maior área cadastrável, cerca de 900km²⁷, com 60% dessa área cadastrada. Santa Izabel do Pará tem em média uma área cadastrável de 800km² com cerca de 50% CAR realizados nas propriedades. Santa Izabel do Pará tem cerca de 700km² de área cadastrável, possui em média 55% dessa área com CAR. Outros municípios seguem essa média de 50% de áreas cadastradas, como: Inhangapi, Santa Maria do Pará e Santo Antônio do Tauá, São Francisco do Pará e Terra Alta. Vale notar que os municípios da zona costeira são os que possuem as menores áreas das propriedades com CAR.

Gráfico 7 – Cadastro Ambiental Rural (CAR), área cadastrável e área cadastrada



Fonte: SEMAS, 2020.

Além dessa política ambiental no âmbito estadual, temos no território do Salgado o funcionamento de diferentes tipos de Unidades de Conservação (UC): Reservas Extrativistas Marinhas, Área de Proteção Ambiental, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Refúgio de Vida Silvestre. Além das UCs há projetos de assentamento destinados à reforma agrária e

⁷ Embora os dados estejam apresentados em hectares no texto apresentamos em km² para melhor relacionar com dados trabalhados anteriormente do qual utilizamos essa medida.

territórios quilombolas (TQ). As unidades indicam níveis de governança territorial e o funcionamento de diferentes políticas públicas dependendo do tipo de UC, assim como os TQs.

As Reservas Extrativistas Marinhas (REM) estão em maior número no Salgado, e protegem extensas áreas de manguezais e viabilizam o uso sustentável dos recursos naturais pela população tradicional. Há no território do Salgado seis REMs: REM Maracanã criada em 2002 com área no município de Maracanã; REM Mãe grande Curuçá criada no ano de 2002 com área em Curuçá; REM São João da Ponta criada em 2002 com área em São João da Ponta (90%), Curuçá (3,19%) e São Caetano (4,83%); REM Cuiarana criada no ano de 2014 com área em Magalhães Barata; REM Mestre Lucindo criada no ano de 2014 com área em Marapanim; e REM de Mocapajuba criada em 2014 nos municípios de São Caetano de Odivelas⁸.

Em Maracanã, além de ter uma REM, há uma Área de Proteção Ambiental (APA), uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e um Refúgio da Vida Silvestre. A APA Algodal/Maiandeuá é uma UC de Uso Sustentável criada no ano de 1990; a RDS Campo das Mangabas também é uma UC de Uso Sustentável criada em 2016; a UC Refúgio de Vida Silvestre Padre Sérgio Tonetto é uma UC de Proteção Integral criada também no ano de 2016. Essas Unidades de Conservação foram criadas no âmbito estadual.⁹

No Salgado há quatro territórios quilombolas titulados, sendo eles: Itabocal Quatro Bocas e Cacoal criado em 2010 no município de Inhangapi onde vivem cerca de 84 famílias; Cacau e Ovos no município de Colares onde vivem 44 famílias; Macapazinho no município de Santa Izabel com 33 famílias; e Nossa Senhora do Livramento em Igarapé-Açu onde vivem 53 famílias. Em Santa Izabel do Pará há ainda alguns processos em andamento para o reconhecimento de comunidades como remanescentes de quilombo: Bo Vista do Ita com processo iniciado em 2011 e Jacarequara, uma comunidade onde vivem cerca de 55 famílias.¹⁰

Há no território do Salgado três projetos de assentamentos: PA Cupiúba criado em 1999 em Castanhal com 236 famílias assentadas; PA João Batista II foi criado no ano de 2000

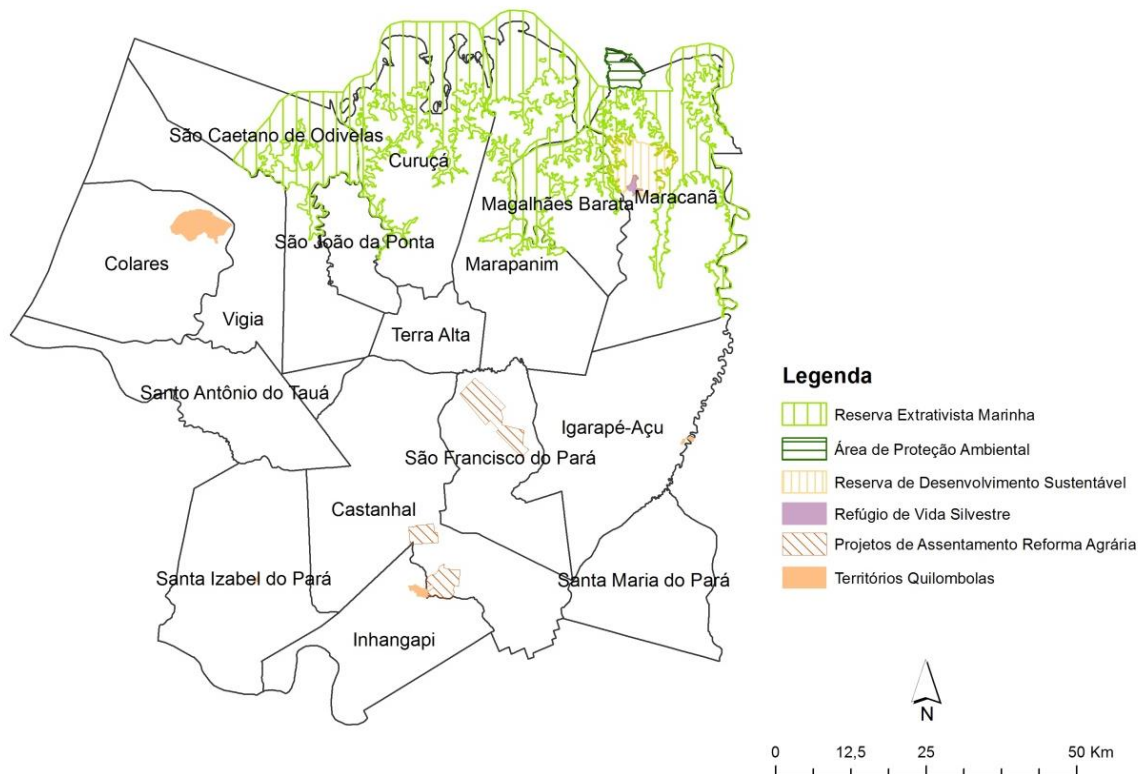
⁸ Fonte: Unidades de Conservação do Brasil - <https://uc.socioambiental.org/>. Acesso em 16 de março de 2020.

⁹ Fonte: Instituto de desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará - ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/. Acesso em 16 de março de 2020

¹⁰ Fonte: Observatório Terras Quilombolas no site Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPISP) <<http://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas/>> Acesso em 16 de março de 2020.

em Castanhal tem 157 famílias assentadas e o PA Luiz Lopes Sobrinho em São Francisco do Pará, criado em 1998, possui cerca de 220 famílias assentadas.

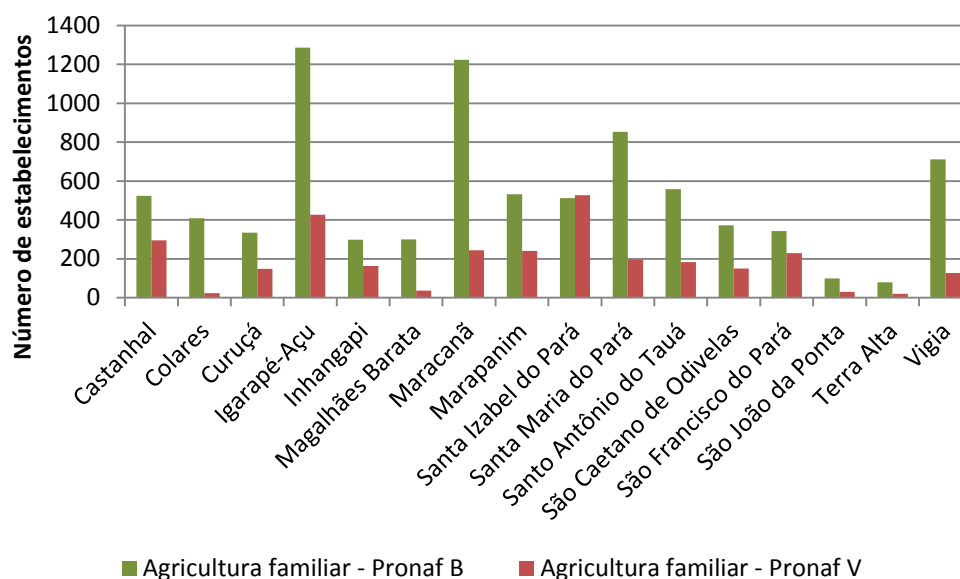
Mapa 20 – Ordenamento territorial do TS



Fonte: ITERPA, ICMBio, INCRA, Iderflor. Elaboração do autor 2020.

Podemos também verificar alguns dados referente ao funcionamento da AF do Salgado através do PRONAF (IBGE, 2017). Os municípios que mais acessam o Pronaf B São Igarapé-Açu e Maracanã com cerca de 1100 financiamentos por DAP pessoa física. Podemos verificar no gráfico há uma média de 400 financiamentos no Pronaf B. Em Santa Izabel há cerca de 500 financiamentos tanto para o Pronaf B quanto para o V.

Gráfico 8 – Acesso ao Pronaf



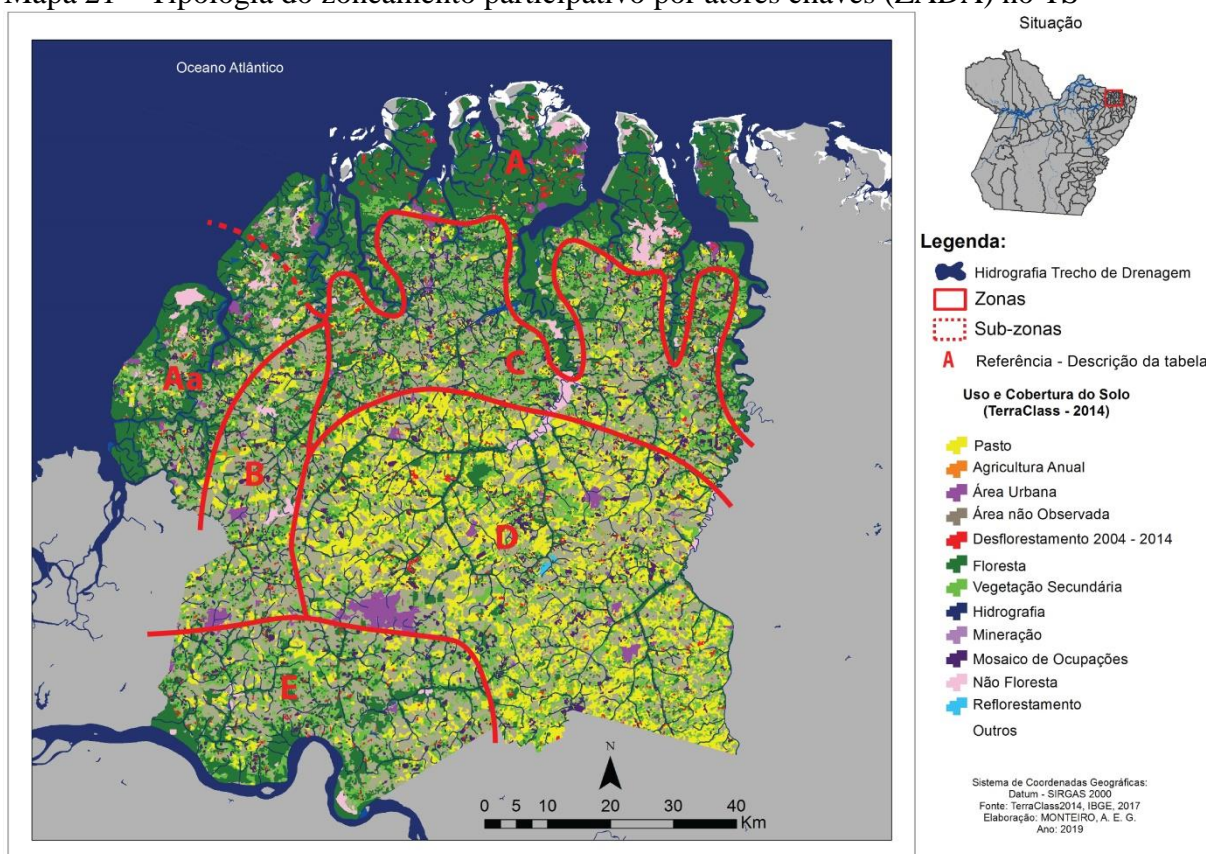
Fonte: IBGE, 2017. Censo Agropecuário

Sabemos da diversidade de políticas públicas no TS. Alguns dados podem ser acessados das informações organizadas pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do extinto em 2016 MDA. Esses boletins organizavam informações importantes visando a implementação da política de desenvolvimento territorial exclusiva do TS que foi interrompida devido as mudanças das conjunturas políticas que definem o funcionamento de uma política de Estado, que visava a diminuição das desigualdades nos espaços rurais e o desenvolvimento de estratégias de desenvolvimento sustentável. Nos boletins territoriais de 2016 apontam o Programa Bolsa Família o Salgado teve um total de 77.183 famílias beneficiadas. O PRONATEC teve matrículas a partir de 2011 em oito municípios do território: Castanhal, Curuçá, Inhangapi, Marapanim, Santa Izabel, São Caetano, São Francisco e Terra Alta. Os municípios que tiveram recursos destinados para o PNAE foram, Castanhal, Igarapé-Açu, Santa Izabel, Santa Maria, São Francisco e São João da Ponta o que aponta uma maior ação coletiva dos agricultores. Entre 2003 a 2014 foram realizados dois projetos através do PROINF, ambos em Castanhal.

6.3 Zoneamento Participativo por Atores Chaves (ZADA) e tipologia espacial das dinâmicas territoriais do Salgado

Os dados apresentados em conjunto com os resultados do ZADA permitiram propor uma tipologia espacial do Território do Salgado (MAPA 22). As informações resultantes (APÊNDICE F) da execução do zoneamento com os atores chaves trouxeram diversos elementos que ajudam a diferenciar cada zona. O TS está dividido em 5 zonas e uma sub-zona.

Mapa 21 – Tipologia do zoneamento participativo por atores chaves (ZADA) no TS



Fonte: Elaboração do autor com os atores chaves

Zona A: Ecossistema costeiro – Unidades de Conservação (UC) do Maretório

A zona A possui predominantemente uma vegetação composta por manguezais que ocupam as porções litorâneas e semi-litorâneas. Nas planícies aluviais (sujeitas a inundação) onde não existem influência salina do mar, ocorrem florestas de várzea e as matas ciliares. Tem como papel estruturante as UC do tipo Reserva Extrativista, que possibilita diferentes níveis de governança dos recursos naturais. Além disso, há outros tipos de UC nos níveis

estadual e municipal. Nas áreas das Resex há um sistema de atividade que procura manter as práticas artesanais de pesca e do extrativismo do caranguejo e mariscos. As localidades desenvolvem uma agricultura de subsistência com pequenos roçados, também há a prática do extrativismo do mel natural nos mangues. Atrativos naturais como a praia de algodãoal impulsiona fortemente o turismo.

As características sociais e políticas são representadas pelos espaços institucionalizados de governança territorial devido a presença das UC. Espaços que formam diferentes coalizões devido à governança dos recursos, cumprimento de estatutos e forte participação social e do poder público. Presença de interesses antagônicos geram diferentes conflitos.

Há diferentes problemas que envolvem a pesca industrial irregular por empresas de outros estados; dificuldade de fiscalização de métodos de pesca predatória nas UC; disputa por áreas de extração de caranguejo pelos extrativistas; mobilizações voltadas para recategorização de UC para favorecer grandes empresas; degradação em áreas de manguezais, extração de areia para a construção civil e lixo com sistema de despejo irregular em São Caetano de Odivelas;

Algumas perspectivas incidem sobre esta zona envolvendo discussões para o desenvolvimento de práticas sustentáveis para o desenvolvimento do turismo ecológico e o anseio pelos impactos de grandes projetos previstos nesta zona que podem trazer impactos socioambientais negativos.

Zona Aa: Ilhas e várzeas de Vigia, Colares e Santo Antônio do Tauá

A zona Aa se estrutura principalmente pela presença dos rios e a relação com o mar da baía do Marajó. Tem como vegetação a presença de manguezais e de uma mata secundária em diferentes estágios de regeneração, as capoeiras surgem a partir da prática da agricultura de queima e corte. Há uma forte presença de populações tradicionais que tem como sustento a agricultura de subsistência e o extrativismo. Muitas comunidades formam alianças com empresas para a exploração de produtos da floresta. Tem um sistema de atividade voltado exclusivamente para a pesca artesanal nas comunidades ribeirinhas. O Extrativismo nas comunidades ribeirinhas é muito importante possibilitando a geração de renda; o extrativismo do caranguejo é bastante forte. Nas cidades, principalmente em Vigia há uma atuação muito forte de pescadores industriais que abastecem o mercado regional com pescado de diversas procedências.

Em Colares há comunidades quilombolas reconhecidas. No Geral, há nesta zona uma estrutura fundiária composta de pequenos e médios estabelecimentos.

As características sociais e políticas desta zona demonstram algumas fraquezas em relação à mobilizações para acesso à políticas públicas, principalmente àquelas voltadas para a criação de UC, em Vigia e Colares, municípios que poderiam somar ao mosaico de UC existente no TS; Alianças entre comunidades extrativistas e empresas geram diferentes níveis de coalizão social e possibilitam o uso racional dos recursos naturais conciliando os diferentes conhecimentos.

Alguns dos problemas mais reportados pelos entrevistados foi a violência, o tráfico de drogas e contrabando através das vias fluviais e mar. Um problema enfrentado tem sido a degradação dos manguezais, muitas vezes o único meio de subsistência para muitas comunidades.

Uma das principais perspectivas desta zona é o uso racional dos recursos pré-existentes.

Zona B: Vigia, Colares, Santo Antônio do Tauá e norte de Santa Izabel do Pará

A zona B se estrutura a partir da Pa-140. Tem o papel importante da presença de aglomerados rurais e a proximidade com Belém. É uma zona com um sistema produtivo bastante diversificado. Há nesta zona o funcionamento de muitos empreendimentos empresariais, com grandes granjas e beneficiamento de produtos como o dendê. O sistema de atividade desta zona é composto por muitos estabelecimentos da AF que cultivam produtos que abastecem a CEASA em Belém. A presença da agroindústria do dendê influencia em uma gradativa reconcentração de terras. Há uma presença muito importante de granjas com famílias japonesas como proprietárias. A presença de muitos sítios possibilita a presença de um fluxo de pessoas à procura de lazer.

Há nessa zona uma forte participação e engajamento dos agricultores voltados para políticas de desenvolvimento rural. Cooperativas em Vigia e Santo Antônio do Tauá são protagonistas tanto no âmbito produtivo como no político. As associações são bastante diversificadas e contribuem para uma maior coalizão social, exemplo disso é o funcionamento das cooperativas de agricultores familiares que mantem alianças com empresas de beneficiamento localizadas na zona.

Alguns problemas são apresentados como o uso de drogas nos centros urbanos; a utilização de defensivos agrícolas que podem impactar o meio ambiente e qualidade de vida de agricultores; problemas ambientais devido a produção de fertilizante a partir do osso bovino; e níveis elevados de degradação da terra.

Os entrevistados apontam algumas perspectivas que indicam como positivo a instalação de empreendimentos industriais para a produção de biodiesel e a instalação de agroindústria para a geração de mais empregos na zona.

Zona C: Zona intermediária e diversificada

Essa zona se caracteriza predominantemente pela presença de florestas secundárias, e uma forte presença da agricultura familiar. Nas áreas aluvias ocorre a vegetação de várzea e nas proximidades com o litoral a vegetação de mangue devido a influencia da salinidade da água do mar. Não há muitas áreas de pastagem em grande extensão nesta zona.

O Sistema de atividade desta zona se caracteriza pela presença da agricultura de pequeno porte, com uma agricultura tradicional. As atividades produtivas são bastante diversificadas com implantação de cultivos de subsistência com produção de frutas e grãos. A produção animal ocorre em uma escala mais ou menos pequena através da pecuária bovina, galináceos e aquicultura e produção de mel de abelha. O subproduto da exploração madeireira é voltado para a produção de carvão e lenha.

Os estabelecimentos que condicionam o sistema agrário são em sua maioria pequenas unidades familiares de produção atuam com práticas extrativistas fora da propriedade em áreas de uso comum a exemplos das áreas de várzeas e manguezais.

Na zona há uma forte mobilização política que envolve a sociedade civil e o poder público voltada para o monitoramento da bacia hidrográfica do Rio Marapanim. Há interesses antagônicos quanto à instalação de grandes empreendimentos como o porto do espartarte em Curuçá. Gerando diferentes tipos de coalizão social com forte influencia dos conselhos deliberativos das REMs pelo fato da zona ser a área de entorno destas UC.

Alguns problemas são enfrentados nesta zona como o uso indiscriminado de agrotóxico pelos pequenos agricultores, nos lotes e dentro das RESEX; conflitos relacionados à gestão dos recursos hídricos; Concentração de terras por grandes fazendeiros, principalmente no município de Maracanã; Processo de envelhecimento dos agricultores; e migração dos jovens para os centros urbanos.

As principais perspectivas estão ligadas à melhoria da gestão dos recursos hídricos que afetam diretamente o sistema produtivo da zona e a mitigação do uso dos agrotóxicos nas lavouras.

Zona D: Agropecuária extensiva

Essa zona tem como principal característica o papel estruturante do município de Castanhal. Tem grande concentração de fazendas com o uso do solo para pastagem, com um processo de tecnificação mais denso. A agricultura familiar concentra-se em Terra Alta, São Francisco do Pará e Igarapé-Açú. Tem um sistema de atividade fortemente caracterizado pela agricultura empresarial com roças mecanizadas, uma agricultura mais modernizada onde os principais serviços se concentram em Castanhal. Há a presença do monocultivo do dendê em Igarapé-Açú.

Nesta zona há a atuação do MST desde a década de 90 para criar assentamentos em áreas improdutivas; há uma forte organização dos sindicatos rurais e federações rurais do agronegócio. A estrutura do Estado parece despreparada para tratar impactos advindos do êxodo rural possibilitando o inchaço urbano em Castanhal. Os sindicatos atuam fortemente para a aposentadoria rural e o papel do SINTEP é importante para manter a educação no campo.

Alguns problemas são enfrentados nesta devido a degradação de grandes áreas; concentração de terras; degradação ambiental dos rios; o processo de ocupação da terra como principal vetor de degradação dos mananciais; falta de recursos hídricos; agricultores perdem produção por falta de irrigação; desflorestamento; e não há projetos voltados para uma produção sustentável; Castanhal como principal caminho do êxodo rural dos jovens e aumento das desigualdades sociais;

As expectativas voltadas para essa zona é a chegada da soja e o aumento da especialização e uso dos recursos pela agroindústria e pecuária.

Zona E: Zona de influência do rio Guamá

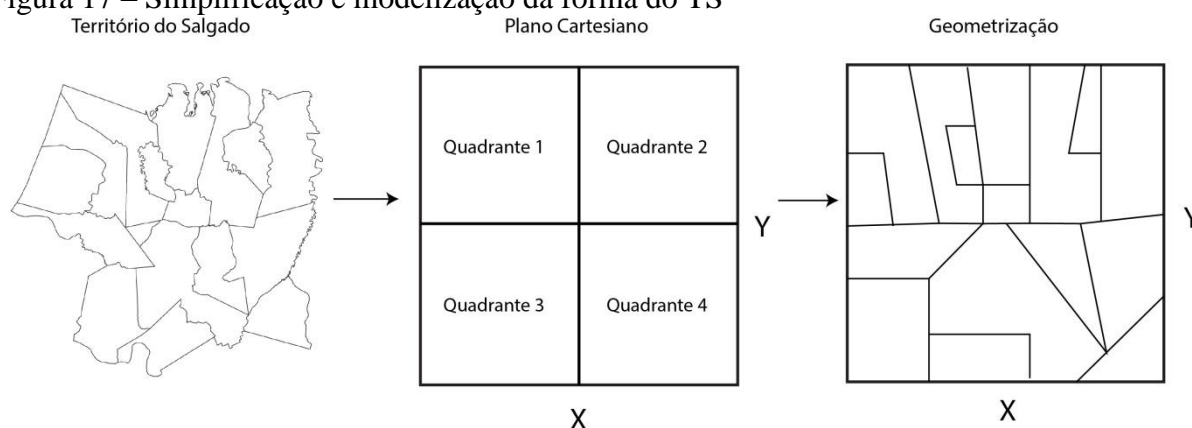
Tem como papel estruturante a forte influência do rio Guamá, com mananciais protegidos por áreas de reserva legal; Há um papel importante dos assentamentos rurais. O modo de produção tradicional potencializa a produção do açaí com escoamento diretamente do porto de Inhangapí em direção à Belém pelo rio Guamá. Nesta zona há assentamentos e

territórios quilombolas. O sistema de atividade desta zona é caracterizado por grandes plantios de açaí e de seu extrativismo nas áreas de várzea e de uso comum das populações; tem uma produção de mandioca com lavouras mecanizadas próximo à PA 127; Há um processo de reflorestamento de áreas degradadas; nesta zona a horticultura e avicultura é bastante forte. Na região conhecida como Americano é bastante forte a produção de farinha de mandioca para exportação. Essa zona tem uma estrutura agrária composta de pequenas e médias propriedades com uma agricultura mais ou menos diversificada. Tem como principais características sociais e políticas as mobilizações voltadas para práticas de produção sustentáveis, principalmente nas áreas de assentamento rural; Também há diferentes níveis de coalização social entre empresas privadas e cooperativas de agricultores familiares voltada para beneficiamento de produtos; Há uma forte especulação de terras por empresas que buscam se instalar pela localização estratégica da zona. Alguns problemas são enfrentados como a procura de terras por grandes empresários e a reconcentração; dificuldades de restabelecer o ecossistema florestal e áreas degradadas. As principais perspectivas são: desenvolvimento de projetos voltados para a recuperação florestal e práticas produtivas voltadas para a agroecologia; fortalecer a indústria e beneficiamento engajando produtores rurais; melhorar o processo de titulação de terras principalmente as consolidações e títulos dentro do assentamento.

6.4 Modelização e análise das determinantes do sistema de dinâmicas territoriais no território do Salgado

Para analisar as determinantes do sistema de dinâmicas territoriais do território do Salgado construímos uma modelização representada pela figura 19. Os Coremas que formam os modelos elementares do TS estão especificados na figura 18. A figura 17 a seguir, mostra a geometrização do modelo do TS.

Figura 17 – Simplificação e modelização da forma do TS


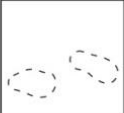

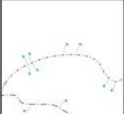



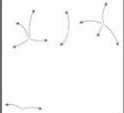
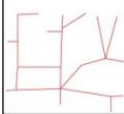


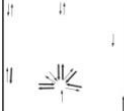


Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Os modelos elementares da modelização estão descritos na figura 15. Os elementos representam as principais informações de forma simplificada e correspondem ao modelo do sistema de dinâmicas territoriais do TS.

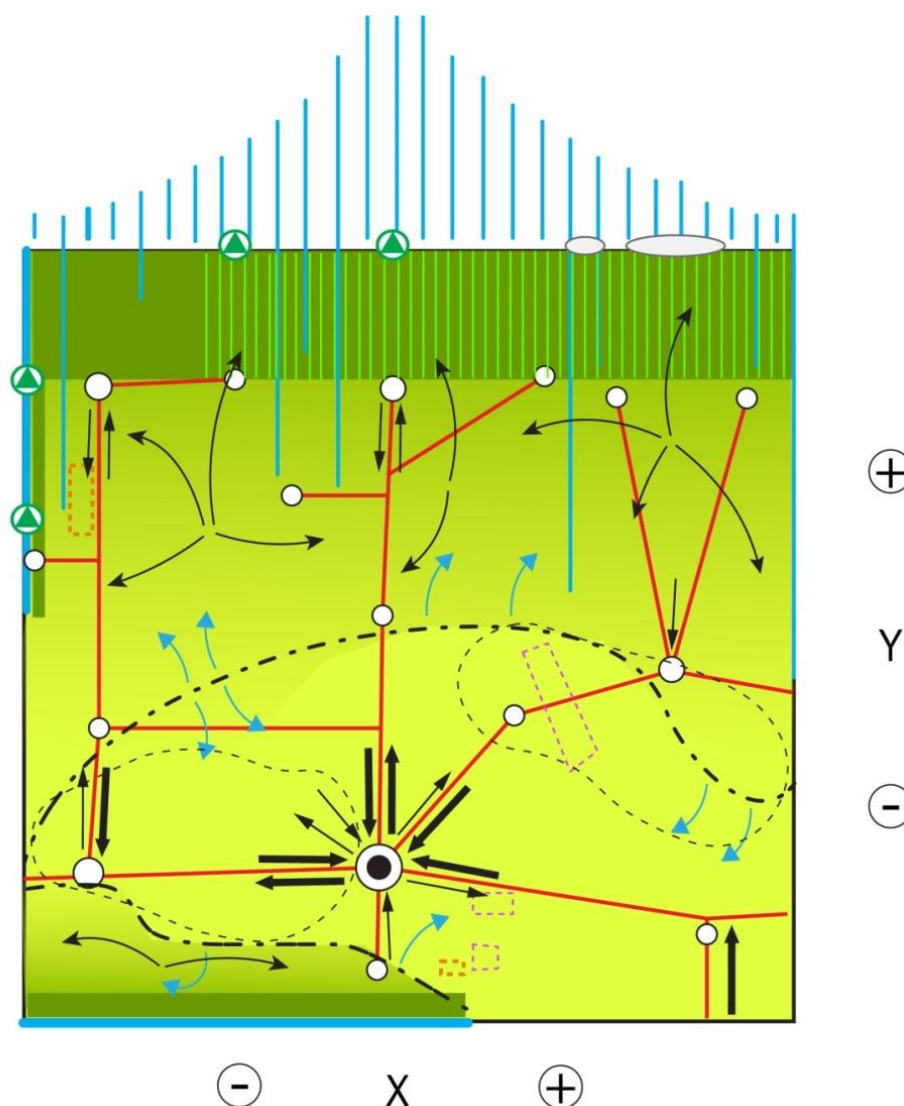
A leitura da figura 16 considera a repartição espacial em um plano cartesiano onde Y representa o eixo vertical (norte-sul) e X o eixo horizontal (leste-oeste), podemos ver também na figura 17 cada quadrante (Q1, Q2, Q3 e Q4) que nos ajudam a realizar uma melhor leitura da modelização do TS. Este esquema nos permite diferenciar alguns processos do sistema de dinâmicas territoriais. Abaixo apresentamos a modelização específica do Salgado e sua análise:

Figura 18 – Modelos elementares que compõem a modelização específica do TS

	Indica a presença de vegetação dominante, principalmente a presença de vegetação de mangue no litoral e remanescente de vegetação florestal no eixo sul;		Tecido de mudança e superfície de tendências. Definem os processos;
	Gradiente que define a estrutura agrária. O verde escuro mostra a incidência de uma agricultura mais diversificada e o verde claro mostra uma maior presença de uma agricultura mais especializada;		Linha de partilha determina o tropismo entre os principais gradientes;
	Grade que define a presença de Unidades de Conservação de uso sustentável e de Unidades de Proteção Integral;		Círculos pontuais que definem a presença de turismo no litoral (círculo cinza) e a presença de pesca industrial (círculo verde triangular);
	Pontos que definem a distribuição urbana e sua hierarquia;		Setas indicam uma maior presença da agricultura familiar;
	Linhas que definem a disposição das vias de conexão;		quadrados pontilhados indicam a presença de assentamentos rurais e territórios quilombolas.
	Linhas que definem a extensão marítima, presença dos principais rios e baías;		
	Setas definem os principais pontos de atração de fluxos de serviços e pessoas;		

Fonte: Elaboração do autor, 2020.

Figura 19 – Modelização das dinâmicas de sistemas territoriais do TS



Fonte: Pesquisa. Elaboração do autor, 2020

- **Eixo Y:** O eixo norte (Y+) determina um gradiente das dinâmicas relacionadas à zona costeira do TS. Atividades pesqueiras e extrativismo são estabelecidos pela influencia do litoral marítimo e de vegetação de manguezais com inter-relações com um agroecossistema mais diversificado. O eixo sul (Y-) determina um gradiente com a presença de atividades produtivas especializadas, com a presença da agricultura empresarial através de uma agropecuária mais tecnificada, mas também com a presença da agricultura familiar. Com diferentes níveis de tropismo entre os gradientes.
- **Eixo X:** O eixo leste X+ determina a presença de UC no âmbito federal, estadual e municipal; projetos de assentamento rurais e territórios quilombolas

(Q1 e Q4). O eixo oeste X- determina a maior influência da metrópole o funcionamento da estrada federal BR-316 que indica maiores fluxos. Papel estruturante de Castanhal.

Os eixos apresentados acima permitem qualificar uma leitura da modelização do TS. Para explicar a diversidade espacial e o funcionamento do território utiliza-se novamente o suporte analítico dos sistemas de dinâmicas territoriais.

- **Sistema de Atores**

A ação coletiva dos atores territoriais pode formar diferentes coalizões e alianças no TS com comportamentos bastante variados. O eixo norte (Y+) se caracteriza pela presença de dispositivos de governança através das UC e o uso de recursos limitados e uma coalizão forte dos atores sociais principalmente através das instâncias decisórias como os conselhos deliberativos que podem ter diferentes níveis de funcionamento. Podemos observar uma configuração que envolve, além das UC, os assentamentos rurais e um TQ no modelo. De fato, na zona A localizada no eixo norte da modelização (Y+) há um processo de coordenação dos projetos coletivos devido às UC. A grande diferença se dá no Q1 na subzona Aa, com características semelhantes à zona A, devido a relação com o litoral mas com diferentes capilaridades dos atores frente a uma mobilização para criação de UC, vale notar a presença do TQ em Colares (Q1). Uma maior coalizão pode ser percebida na zona Aa através da aliança do extrativismo florestal com empresas para os produtos cosméticos em Colares. Os processos ligados ao ordenamento do território indicam as diferentes coalizões do TS, com uma maior sinergia no zona A e a subzona Aa (Q1 e Q2). Esses aspectos mostram uma ação coletiva duradoura.

No eixo X observamos algumas zonas bastante específicas no TS. Em X- (Q1 e Q3) observa-se diferentes alianças envolvendo empresas da agroindústria de alimentos, organizações da agricultura familiar, como cooperativas e associações e o poder público. Com um nível de tropismo mais controlado há um nível de tecnificação mais acentuado, mas com uma presença forte da AF. Segundo um dos atores chaves entrevistados veem como positivo a presença da agroindústria na zona B. De fato, a proximidade com o mercado consumidor maior faz surgir diferentes coalizões com a finalidade de abastecer os principais mercados consumidores. A sinergia com a zona E (Q3) permite compreender diferentes tropismos impressos pela relação com o rio Guamá e a BR-316. A superfície de tendências indica a presença de empresas agroindustriais com influência da rodovia e a presença de agricultores

familiares na proximidade ao rio. As sinergias compreendem um gradiente da estrutura agrária que permite uma maior ou menor proximidade dos atores na formação de alianças voltadas para uma cadeia produtiva específica.

Podemos observar em Y+ no Q1 e Q2 uma maior sinergia entre as zonas C e A, principalmente devido às UC. Na zona há uma presença forte da AF, principalmente nas adjacências das principais rodovias estaduais. Processos produtivos induzem algumas coalizões voltadas para o monitoramento da bacia hidrográfica do rio Marapanim, devido ao uso indiscriminado dos recursos disponíveis. Essa coalizão social é formada entre a sociedade civil e o poder público. Essas atividades mostram uma mobilização social voltada para a proteção dos recursos hídricos, um bem comum.

O eixo X+ (Q4) nos mostra coalizões sociais envolvendo fortemente agricultores empresarias para desenvolvimento de práticas extensivas em detrimento dos pequenos agricultores (zona D), a presença da Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA) que fica localizada no parque de exposições de Castanhal influencia na formação de coalizões muito fortes desses atores. Embora compreenda-se esse aspecto há também uma coalizão social dos movimentos sociais, principalmente relacionada ao MST atuando na década de 90 para a criação de assentamento rurais que incidem sobre esta zona no TS formando um enclave com a presença mais forte da AF; A forma de trabalho também possibilita alianças entre empresas de monocultivo e a AF com o arrendamento de área para plantio.

No X- (Q3) podemos verificar que a zona E apresenta coalizões sociais entre empresas de beneficiamento de produtos do extrativismo e da agricultura familiar, principalmente com a mandioca e o açáí.

- **Sistema de Atividades**

O processo de coordenação entre os atores e o sistema de atividades podem ser diferenciados segundo o gradiente que define a sua estrutura agrária na modelização do TS. Os mercados e a estrutura produtiva no TS imprimem diferentes aspectos. A partir dos resultados foi possível criar os elementos sínteses que caracterizam as atividades produtivas principais do TS.

O eixo Y+ norte indica a presença de atividades produtivas realizadas, principalmente, pela agricultura familiar (AF). No Q1 e Q2 no eixo Y (norte) há diferentes tipos de atividades, podemos elencar da seguinte forma: a) atividades das UC (pesca artesanal, extrativismo,

agricultura de subsistência); b) turismo (praias e turismo de segunda residência); c) pesca industrial (em Curuçá e São Caetano de Odivelas). As zonas que se localizam no Q1 e Q2 indicam uma maior complementariedade devido às atividades do litoral do TS. Contudo, a proximidade dos principais mercados consumidores permite uma presença de uma pesca industrial formando mercados específicos com grande importância da cidade de Vigia. A prática do extrativismo por populações locais abastece os mercados locais e indústrias de produção de cosméticos da região metropolitana. Maiores sinergias são observadas na zona C (Y+ do Q1) com a zona A. Apresenta uma capacidade produtiva formada por agricultores familiares que comercializam seus produtos principalmente às margens da PA-136 e que abastece os mercados locais. Apresenta um sistema produtivo bastante diversificado.

No eixo X- oeste no Q3 apresenta um sistema de atividade diversificado através da AF e especializado com a presença maciça de grandes empresas, como granjas e beneficiamento de produtos como o dendê. A agricultura familiar é responsável por grande parte dos produtos que abastecem os mercados da região metropolitana. Há diferentes níveis de complementariedades entre a zona B e as zonas E e D localizadas no modelo em Q3 e Q4. Podemos verificar nestas zonas um sistema produtivo bastante especializado pela agropecuária, com grande produção de bovinos e a presença de grandes fazendas. A influência do rio Guamá caracteriza um sistema produtivo calcado no extrativismo com a produção do açaí em terra firme e sua extração nas áreas de varzea que abastece os principais mercados locais e regionais. Há uma produção diversificada através da agricultura familiar muito importante para o mercado metropolitana.

- **Sistema de recursos**

Um dos pontos chaves para a compreensão das dinâmicas territoriais é compreender a forma como os atores sociais fazem o uso dos recursos naturais limitados. No eixo Y+ podemos observar a exploração dos recursos mais controlada devido a presença das UC (zona A). Tem uma estrutura agrária que permite o uso sustentável dos recursos naturais. Uma forte característica é a preservação dos recursos costeiros que possibilitam maior nível de governança. Diferentemente na zona B (Q1) a exploração dos recursos implica em níveis maiores de degradação ambiental, e menos níveis de governança dos recursos naturais. No eixo X- a exploração dos recursos tem diferentes variantes. Na zona Aa (Q1) a exploração dos recursos indica as práticas produtivas com a presença forte de populações tradicionais com atividades menos nociva ao meio ambiente. No eixo Y+ (Q1 e Q2) foi possível verificar uma

exploração dos recursos das várzeas, terra firme e do mangue por agricultores familiares que exploram os recursos de suas pequenas propriedades e de áreas de uso comum.

O eixo Y- indica níveis de exploração dos recursos bastante elevado com uma agricultura empresarial mais tecnificada, causando diversos impactos sobre o ambiente devido as praticas agrícolas. Há a presença de grandes áreas degradadas devido a pecuária extensiva. A zona E (X- Q3), no entanto, apresenta níveis de degradação ambiental menor, os recursos nas pequenas e médias propriedades são utilizados racionalmente e não apresentam níveis elevados de degradação, devido também à manutenção dos principais mananciais e exploração correta de produtos do extrativismo.

7 UMA ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS TERRITÓRIOS DO NORDESTE PARAENSE

Essa pesquisa procurou identificar as dinâmicas territoriais de dois territórios dados, os resultados obtidos nos deram alguns elementos permitindo um aprimoramento da leitura dessas dinâmicas. Assim buscamos apresentar uma análise comparativa dos dois territórios pesquisados, refletindo sobre a importância desses resultados.

7.1 Grandes dinâmicas, semelhanças, diferenças e perspectivas.

Algumas perspectivas puderam ser notadas nos territórios estudados. Há no TS uma perspectiva de melhora do funcionamento dos dispositivos de governança territorial e ambiental, os diferentes usos dos recursos limitados fazem mecanismos mitigadores de impactos, formam coalizões sociais, a exemplo do comitê gestor da bacia hidrográfica do rio Marapanim e os conselhos deliberativos das UC que apresentam diferentes níveis de funcionamento. Uma maior pressão sobre as populações tradicionais pode evoluir nos espaços onde não há dispositivos de governança no TS. No TN1 há tendências que podem acarretar uma ampliação de atividades mais especializadas como a mineração, e à leste do território, onde há uma resistência da AF que por meio de coalizões buscam mecanismos de fortalecimento de cadeias produtivas muito importante no TN1, a exemplo da produção de farinha.

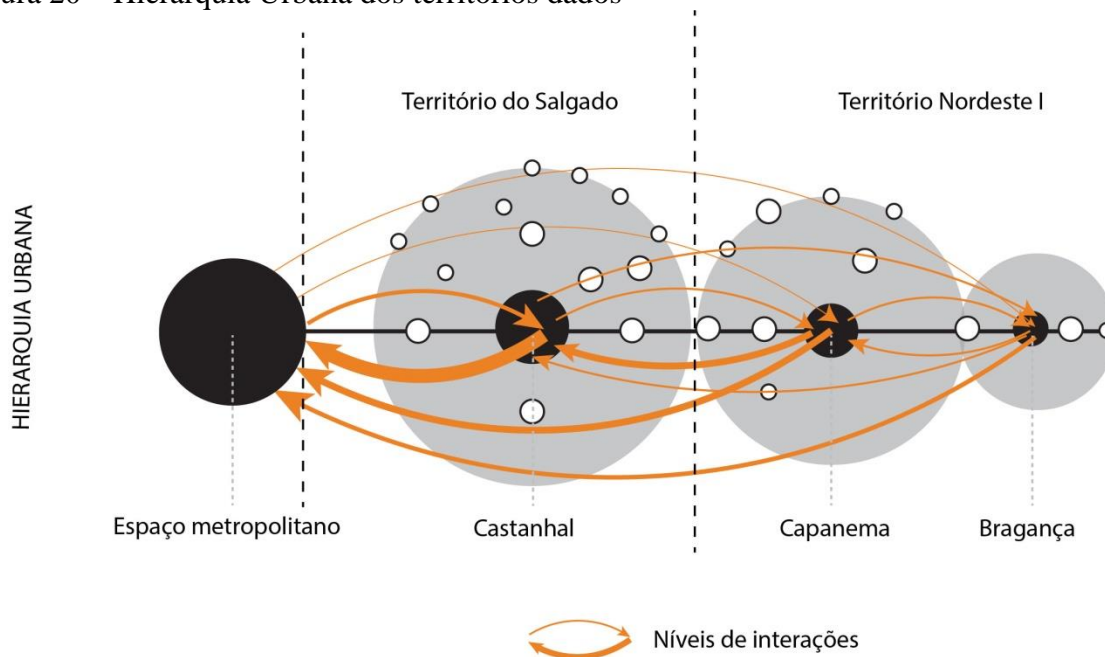
As principais perspectivas voltam-se para a implementação de políticas públicas em nível territorial e local, a identificação das dinâmicas territoriais permitiu tirar alguns ensinamentos de como pensar as políticas públicas para um desenvolvimento rural sustentável. Os dois territórios embora tenham sido criados durante a política de desenvolvimento territorial rural, que funcionou até 2016, não obteve resultados iguais a outros territórios no Pará. Ambos os territórios foram institucionalizados em 2014 e não chegaram a criar os Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), esse documento criado em conjunto com os atores é voltado para dar suporte nas decisões dos atores nas instâncias colegiadas de decisões.

Outros mecanismos como o Programa Municípios Verdes fazem que os municípios integrem em uma dinâmica voltada para estruturas de proteção ambiental como o CAR. A

presença do ITERPA, INCRA ocorre em ambos os territórios com maiores inconsistências e falta de apoio no TN1.

A representação da hierarquia urbana dos territórios estudados (Figura 20) indicam uma forte influência das grandes dinâmicas.

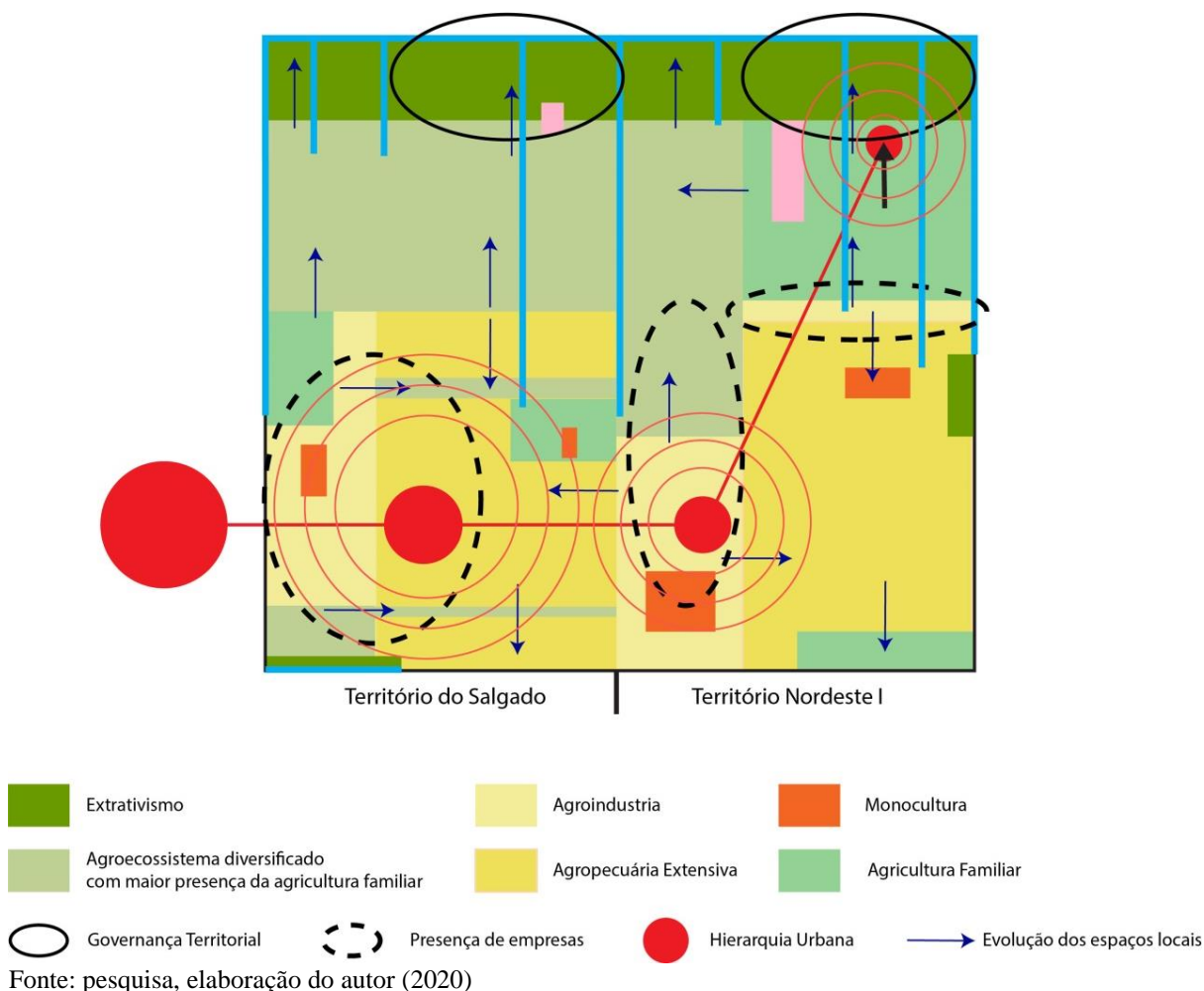
Figura 20 – Hierarquia Urbana dos territórios dados



Fonte: pesquisa, elaboração do autor (2020)

Foi possível identificar através da modelização representando os dois territórios estudados (Figura 21) essas diferentes tendências, como a implantação de monocultivos, principalmente de dendê em ambos os territórios e de soja no TN1 ocorrendo uma reconcentração fundiária a partir destas atividades. Agricultores de outros estados chegam no território em busca de terras para a implantação de grandes cultivos, esse mercado ocorre principalmente na zona agropecuária do TN1. É possível observar esses grandes *drivers* e dinâmicas.

Figura 21 – Uma modelização comparativa entre o TS e o TN1



Foi possível verificar que os espaços com níveis mais elevados de tecnificação tem a influência direta dos centros urbanos (Figura 20), com exceção de Bragança onde há uma maior presença da AF. Na figura 21 pode-se notar a influência hierárquica desses centros e como interagem nas dinâmicas locais. Pode-se observar que as agroindústrias localizam-se nos espaços com maior influência desses centros urbanos, principalmente em Capanema e Castanhal. Foi possível verificar que embora os municípios de influência de Castanhal tenham apresentado grandes áreas voltadas para uma agricultura empresarial, há diferentes presenças da agricultura familiar, também nas zonas que interagem com Capanema. Bragança indicou uma presença peculiar de uma agricultura familiar bastante diversificada que interage diretamente com o agroecossistema costeiro e com agroindústrias de beneficiamento, mas também sofre pressão do avanço da agropecuária e do monocultivo havendo reconcentração fundiária.

Os territórios estudados apresentaram grandes dinâmicas contratantes, mas também algumas similaridades. Observamos que há grandes dinâmicas nos territórios relacionadas ao litoral marítimo, onde observamos uma governança territorial, implementando políticas de desenvolvimento territorial. Indica também a capilaridade dos atores sociais em demandar estas políticas em níveis municipal, estadual e federal. Em ambos os territórios nessas zonas caracterizam uma grande presença da AF tradicional nos agroecossistemas de várzea e marítimo.

Outra grande dinâmica é a que constata uma influencia dos centros urbanos para a consolidação de mercados dinâmicos que envolvem tanto uma AF, como uma agricultura empresarial. Foi possível notar equilíbrios externos nas zonas do TS onde ocorre uma agroindústria mais forte, a AF assume papel importante no abastecimento dos principais mercados, principalmente do espaço metropolitano. No TNI há uma tendência de uma agroindústria mais especializada, que apresenta tecidos de mudanças e tropismos mais acentuados.

As zonas que apresentaram uma maior incidência de uma agropecuária extensiva sendo notada em ambos os territórios, embora apresentem características diferentes. No TS, a consolidação da zona agropecuária reflete o processo histórico de ocupação, seja pela presença mais forte de uma AF como a estrutura fundiária, composta por médios estabelecimentos, e a presença de PA, há uma maior sinergia entre agricultores empresariais e AF. De fato, o papel estruturante de Castanhal é importante para o desenvolvimento de uma agropecuária bastante especializada que abastece não só os mercados locais e metropolitano mas também para exportação. A agroindústria localizada nessa zona influencia de todo modo, uma dinâmica específica que implica em uma maior tecnificação. No entanto, ao estar inserida num mercado mais abrangente, a AF assume papel importante, principalmente nos mercados do TS influenciados por Castanhal e o espaço metropolitano.

Com relação ao TNI a evolução dos espaços voltados para uma agropecuária extensiva apresenta maiores níveis de concentração de terras, algumas tendências puderam ser apontadas, como conflitos pelo acesso à terra, tendência de uma formação agroindustrial lenta, com maior influencia do papel estruturante de Capanema. Há tendências de evolução e contato com a zona que tem papel estruturante de Bragança, onde há maior presença da AF e processos produtivos muito mais diversificados.

A leitura da figura 21 permite inferir que as zonas onde se concentra uma agricultura com agroecossistemas diversificados interagem diretamente com as zonas agropecuárias e

agroindustriais em ambos os territórios, assim como com as dinâmicas relacionadas ao litoral. Embora apresentem singularidades o espaço sob influência do papel estruturante de Bragança apresentou tendências de maiores sinergias entre uma agricultura empresarial e familiar.

Foi possível verificar por meio da trajetória dos dois territórios estudados a influência do funcionamento da EFB e de uma colonização direcionada pelo Estado ou pela estruturação a partir das estradas, essa ruptura marca de forma igual os dois territórios. A única diferença que pode ser notada com influência maior em um território do que em outro é a maior proximidade com o espaço metropolitano no TS.

Algumas cidades surgiram em ambos os territórios após a desativação da EFB com influência mais forte de Capanema (TN1) e Castanhal (TS). Antes da implantação das rodovias o principal município era Bragança no TN1. Ambos territórios foram marcados por rupturas com processos dinâmicos de reestruturação espacial.

Embora os territórios estudados mostrem características semelhantes de suas trajetórias o ZADA e a tipologia dos territórios estudados e suas modelizações mostram que as trajetórias resultam de algumas diversidades específicas, mas também resultam em características bastante genéricas capazes de indicar grandes complementariedades entre os dois territórios e entre as zonas homogêneas identificadas na pesquisa.

Dessa forma, foi possível verificar uma lógica de repartição espacial que revela algumas sinergias entre os dois territórios. Apresentam ambos, os interesses e projetos antagônicos dos atores sociais que definiram suas diferenças e semelhanças.

Os interesses diferenciados dos atores sociais e dos atores públicos mostram coalizões sociais que refletem na condição socioambiental e na governança dos recursos naturais. Os atores de fato têm papel principal na construção de sistemas de atividades bastante específicos nos dois territórios dados, principalmente quando envolve mecanismos de governança dos recursos. Uma maior semelhança entre os territórios pode ser notada através dos marcos normativos que implicam no acesso à políticas públicas com a criação de UC. Os espaços de governança territorial possibilitam espaços colegiados com participação da sociedade civil e do poder público, mas com diferentes níveis de funcionamento. A implementação de políticas específicas diminuem as desigualdades sociais num processo de concertação social. Áreas do extrativismo com a mesma característica das áreas com UC nos dois territórios mostram uma mobilização social mais enfraquecida, o que implica nos aspectos socioambientais mais frágeis e em maiores níveis de desigualdade. De fato o papel do poder público nas áreas onde

devia ter UC e não há desempenha um papel favorável à instalação de empreendimentos minerários e de interesses contrários de populações extrativistas que atuam em busca de acesso à políticas públicas no TN1, no TS essa menor capilaridade dos atores aparece com bastante semelhança embora as influencias negativas sejam distintas.

A infraestrutura condiciona o surgimento de atividades diferenciadas, e consolida os tipos de mercados influenciados pelo papel das cidades. As atividades que desempenham papel que dinamizam mercados concentram-se próximos aos principais centros urbanos. A dendeicultura, por exemplo, resignifica alguns espaços noutrora ocupados por fazendas, muito das vezes improdutivas, faz surgir indústria de fertilizantes aprimorando o acesso a serviços essenciais nos dois territórios, além de indicar coalizões entre empresas e a agricultura familiar. Em áreas com infraestrutura precária há um processo gradativo de tecnificação da produção e especulação de terras. As zonas com essas mesmas características indicam dinâmicas singulares em relação a infraestrutura, melhor qualificada no TS do que no TN1, foi possível notar que uma concentração de terras maior na zona agropecuária do TN1 e uma maior pressão sobre a AF, diferentemente da zona localizada no TS que parece haver uma maior integração da AF mas com praticas produtivas mais especializadas e uma agropecuária tecnificada. Deste modo o papel do Estado na execução de projetos de melhoria da infraestrutura possibilita a chegada de outros tipos e atividades configurando sistemas agrários. Nas áreas com predomínio da pecuária e concentração de terras por oligarquias regionais, já há um mercado de venda e compra de terras aquecido pela chegada da soja e o funcionamento de grandes monocultivos de soja e mandioca no TN1.

A atuação dos atores públicos e privados priorizam projetos com vista ao desenvolvimento de mercados e ampliação de processos produtivos, nesse sentido a consolidação de infra-estruturas favorece projetos ligados a uma modernização conservadora. De fato, é o papel central dos grandes centros urbanos que dinamizam processos produtivos mais especializados. A rede urbana pode influenciar na formação de mercados. Há mercados mais dinâmicos onde se encontra os principais centros urbanos em ambos os territórios. No TS a influencia do principal centro urbano indica a presença desses mercados mais dinâmicos, tanto pela proximidade com Castanhal como com o espaço metropolitano, características semelhantes aparecem no TN1 com a influencia de Capanema e Bragança. Essas zonas exibem níveis mais especializados de produção e atendem à demanda do mercado consumidor regional, sendo muito importante para a economia dos dois territórios.

Semelhanças foram notadas com relação a um mercado específico relacionado à pesca industrial nos diferentes entrepostos destas atividades, indicada nos entrepostos marítimos dessa atividade nos dois territórios dados. O papel dos espaços institucionalizados que possibilita uma participação social mais ativa, e também um processo de valorização da identidade das populações extrativistas com os títulos de concessão de uso coletivo concedido pelo Estado, conflitos latentes e ativos podem ocorrer com relação ao uso comum dos recursos limitados, principalmente entre a pesca tradicional e a industrial. Há conflitos ativos no TS que deixam claro o embate entre grandes projetos que visam a instalação de portos voltados para o escoamento da produção mineral de outras regiões do Estado, influenciado por grandes capitais, e colide aos interesses das populações extrativistas e a manutenção da UC que impede a implantação destes projetos que podem causar grandes danos ambientais, podendo ser visto também no TN1 pela mineração. O papel político muitas das vezes procura favorecer os grandes capitais, pois esforços voltados para recategorização destas UC e a sua não criação podem favorecer grandes empresas em detrimento de anseios coletivos.

Embora existam as UC de uso sustentável há também as áreas de proteção ambiental, reservas de desenvolvimento sustentável e refúgios da vida silvestre o que demonstra diferentes processos de governança dos recursos naturais por meio das políticas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, tanto na escala federal, como na estadual e municipal. A mobilização dos atores sociais é extremamente importante para a institucionalização e funcionamento destes mecanismos de governança.

8 CONCLUSÕES

Os diferentes contextos amazônicos orientam especificidades dos processos de ocupação, das frentes pioneiras e de integração e das trajetórias de desenvolvimento. As grandes mudanças estruturais impressas no espaço amazônico nos diferentes períodos de sua ocupação demonstraram percepções e ações que condicionam as dinâmicas territoriais. Os fatores estruturantes dos territórios dados estudados, as dinâmicas espaciais e socioeconômicas alicerçaram a análise que nos abriu leque para a compreensão de uma Amazônia das estradas, dos rios e do mar.

Foi possível compreender os diferentes *drivers* nos territórios estudados. Primeiramente em relação à presença das UC, principalmente as Reservas Extrativistas que indicam uma incidência de políticas públicas de ordenamento do território, tanto no TS como no TN1. Segundo: A presença da monocultura que mostrou diferentes níveis de apropriação fundiária, com sistemas especializados de intermediação agroindustrial, principalmente com o dendê, mas também com a soja, essa evolução está ligada diretamente com a presença de uma agroindústria influenciada pelos principais centros urbanos, mas não só, no TN1 foi possível compreender que o mercado fundiário tende a influenciar a implantação de monoculturas. De modo geral, os drivers que correspondem à hierarquia urbana e os fluxos nos territórios mostraram ser forte influência no sistema de atividades.

Observamos que os territórios dados indicaram gradientes de funcionamento mais ou menos comuns entre eles. De modo geral, observou-se um gradiente norte/sul, ao norte, as dinâmicas do litoral, com uma cobertura vegetal de várzea e de manguezais com um campesinato formado pela AF e agricultura tradicional e mecanismos de governança territorial com as Resex. O gradiente ao sul mostrou a presença de atividades produtivas mais especializadas, como uma agropecuária extensiva, a relação AF num contexto abrangente com a presença de agroindústrias e monocultivos como o dendê. O eixo oeste/leste foi possível perceber a forte influência dos principais centros urbanos que absorvem os principais fluxos em ambos os territórios, esse papel indicou uma importância da hierarquia urbana diferenciando o funcionamento das diferentes zonas, de fato, os espaços marginais apareceram mais distante do espaço metropolitano, apresentando problemas bastante específicos e típicos de periferias.

Os gradientes apresentados entre a agricultura patronal e a AF mostraram diferentes interações nos espaços locais dos territórios. Como consequência dessas interações e também

por forte influencia da hierarquia urbana, identificou-se que há diferentes níveis de interação que indicam as relações com os mercados consumidores mais amplos e com maior demanda. Temos o exemplo de Santo Antônio do Tauá e Santa Maria do Pará no TS onde a AF tende a ser fortalecida mais por conta de coalizões com empresas, de fato, a localização próxima à grandes centros urbanos absorve da melhor forma a produção com algumas tendências de fortalecimento e desenvolvimento rural. Em Bragança a agricultura camponesa tende a ampliar mais as relações com uma agroindústria por meio de cooperativas que se formam e se fortalecem, na zona de influência de Capanema absorve os principais produtos nos mercados.

Foi possível perceber que há níveis de degradação ambiental nos espaços onde se concentram atividades produtivas mais especializadas, principalmente com relação ao uso dos recursos hídricos e pelo uso de agrotóxicos.

Os espaços de governança se mostraram mais ou menos enfraquecidos, devido aos diferentes níveis de funcionamento dos mecanismos de governança para cada UC, os conflitos, embora muitas das vezes esteja latente implica em diferentes interesses sobre o acesso aos recursos naturais. Situações de crises foram notadas pela luta ao acesso à terra, e nos lugares onde não há acesso a políticas públicas, por exemplo, naqueles onde devia mais não tem UC níveis de degradação são mais acentuados e problemas com tráfico de drogas e violência são mais recorrentes.

Foi possível observar diferentes capacidades de resistência do campesinato nos territórios estudados. Segundo Wanderley (WANDERLEY, 2003), a consideração da capacidade de resistência e adaptação dos agricultores frente aos contextos econômicos e sociais atuais está ligada à presença de agricultores familiares no contexto da sociedade atual, onde não se pode analisar pela perspectiva clássica como simples reprodução do campesinato tradicional. São as mudanças ocorridas na forma de produzir e na vida social dos agricultores que influenciam o processo de “modernização” da agricultura que reproduz o modelo familiar de produção. A tradição camponesa permanece na lógica familiar, sendo que a família é vista como estratégia para os objetivos principais de produção e reprodução.

De fato, foi possível compreender como o campesinato se mantém nos territórios estudados. No TS foi possível verificar que há uma maior resistência do campesinato frente ao funcionamento de uma agricultura patronal, a presença de uma agroindústria mais forte influenciada pelos principais centros urbanos faz com que tenha um maior impacto sobre os recursos naturais. Algumas ações coletivas como cooperativas de produção puderam mitigar alguns impactos e formar coalizões entre empresas e a AF. No TN1 há uma pressão fundiária

devido ao monocultivo e produção pecuária extensiva. No gradiente que envolve a zona litorânea a presença de uma agricultura tradicional agroextrativista também sofre diferentes tipos de pressão, muito devido às práticas empresariais de pesca, por exemplo. Grandes estruturas turísticas passam a demandar força de trabalho, principalmente para a construção civil e trabalho informal.

As diferentes formas de resistência podem ser notadas sobre dois prismas:

1 – O ordenamento do território: Com as UC, principalmente as RESEX, projetos de território quilombola, projetos de assentamento. Foi possível verificar que esses mecanismos funcionam de diferentes formas. Muitas das vezes por pressões externas, mas também pela fragilidade dos espaços de governança que não funcionam de forma adequada e que permita uma maior regulação sobre o uso dos recursos limitados. Há um desafio de fortalecimento dos espaços de governança, com o aprimoramento das capacidades humanas, social e institucional.

2 – Das coalizões que se formam: Uma resistência ligada ao principal produto produzido no TN1, a farinha. Em Bragança o processo de certificação dessa produção, um selo da indicação geográfica desta produção, permite construir trajetórias mais consolidadas e uma sinergia maior entre AF e empresarial com uma agricultura periurbana. Esse processo tende a inserir a agroindústria em conformidade com a produção tradicional desse produto que impõe sua qualidade no mercado e fortalece a AF.

A caracterização dos processos de apropriação dos recursos, relacionados às principais características do mercado e da estrutura produtiva no território, assim como as alianças e políticas públicas formam diferentes alianças e coalizões sociais (RIMISP, 2007 apud BERDEGUÉ et al. 2011). Esses mecanismos, a exemplo da certificação de produtos e cadeias produtivas específicas podem fortalecer o desenvolvimento de uma agricultura sustentável, gerando renda às famílias e possibilitando a diminuição das desigualdades sociais.

Este trabalho desenvolveu uma metodologia para representar a diversidade e dinâmica espacial dos territórios dados, que constitui na estratificação do seu espaço em unidades espaciais homogêneas definidas pela variação do meio físico e humano dos recursos e das atividades produtivas. A identificação das unidades espaciais homogêneas através do Zoneamento Participativo por Atores Chaves (ZADA), agregada às principais informações sobre os territórios dados que compreendem o sistema de dinâmicas territoriais, permitiu realizar uma modelização sintetizando as principais informações colhidas durante a pesquisa.

O sistema de dinâmicas territoriais foi interpretado permitindo a identificação das grandes dinâmicas, semelhanças e diferenças entre os territórios estudados.

Foi possível concluir que os resultados obtidos na pesquisa poderiam ser utilizados como ferramenta essencial para que o conjunto dos atores sociais tenham um olhar mais aprimorado sobre o quadro atual dos territórios. Com a minha experiência durante a atuação no Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial no TN1 compreendi que este é um processo conjunto e que esses resultados além de fazer parte de uma pesquisa específica precisa ser restituídos com os atores que compartilharam seus conhecimentos sobre os territórios.

Contudo, esse parece ser um bom caminho no que diz respeito a um diagnóstico que sirva de base para a implementação de políticas públicas de desenvolvimento territorial, e fortalecimento dos dispositivos territoriais de governança, nos diferentes níveis de gestão. O papel do zoneamento é nos dar com maior clareza os principais elementos estruturantes que formam as dinâmicas territoriais para apoiar a atuação dos atores sociais e seus projetos nos territórios.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. 2018.
- ALMEIDA, C. A. et al. **High spatial resolution land use and land cover mapping of the Brazilian Legal Amazon in 2008 using Landsat-5/TM and MODIS data.**; In: Acta Amazonica, Vol 46 (3) 2016: 291-302.
- ANDRADE, Lúcia Cristina. **Estado do Pará:(di) visões territoriais, perspectivas sociais, econômicas, financeiras e ambientais—discurso divisionistas.** Belém: IDESP, 2011.
- ASSIS, William, S; HALMENSCHLAGER, Fábio; OLIVEIRA, Myriam. **Dinâmicas Territoriais, Projetos Coletivos e as Complexidades das Áreas de Fronteira Agrária: o caso da região de Marabá, Pará.** In: CAZELLA, Ademir, A; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato, S. (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil** - Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. p. 167 – 192.
- BECKER, Bertha K. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio.** Editora Garamond, Rio de Janeiro. 2006.
- BERDEGUÉ, Julio A. et al. **Determinantes de las dinámicas de desarrollo territorial rural en América Latina.** Santiago de Chile: Rimisp, 2011.
- BRUMER, A. et al. A elaboração de projeto de pesquisa em ciências sociais. In: GUAZZELLI, C. A.; PINTO, C. R. J. B. (Org). **Ciências humanas: pesquisa e método.** Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 125-147.
- BRUNET, Roger. La composition des modèles dans l'analyse spatiale. **L'Espace géographique**, nº04, 1980. p. 253-265.
- CARON, Patrick; CHEYLAN, Jean-Paul. Donner sens à l'information géographique pour accompagner les projets de territoire: cartes et représentations spatiales comme supports d'itinéraires croisés. **Géocarrefour**, v. 80, n. 2, p. 111-122, 2005.
- CAZELLA, Ademir, A; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato, S. (Org.). **Agricultura familiar: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil** - Rio de Janeiro: Mauad X, 2009. 305 p.
- CONCEIÇÃO, M. F. C. **Políticas e colonos na Bragantina, Estado do Para: um trem, a terra e a mandioca.** 1990. 320 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279556>>. Acesso em: 17 setembro de 2018.
- CONCEIÇÃO, M. F. C. **Reprodução social da agricultura familiar: um novo desafio para a sociedade agrária do nordeste paraense.** In: HÉBETTE, J. MAGALHÃES, S. B. MANESCHY, M. C; (org.). **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará.** Belém. EDUFPA, 2002.

CONDRAF. Resolução nº 94 de 23 de maio de 2013. **Incorpora territórios ao Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – PRONAT, e dá outras providências.** DOU, Seção 1, p. 56-61, 28 de maio de 2013.

COSTA, F. A. Heterogeneidade estrutural e trajetórias tecnológicas na produção rural da Amazônia: delineamentos para orientar políticas de desenvolvimento. **Amazônia: natureza e sociedade em transformação.** São Paulo: Edusp, 2008a. 304p, 2008.

COSTA, F. de A. Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia brasileira. **Coleção Economia política da Amazônia. Série II– Fundamentos teórico-metodológicos**, v. 1, 2012.

COSTA, Francisco de Assis. Dinâmica fundiária na Amazônia: concorrência de trajetórias, incertezas e mercado de terras. MALUF, Renato S. FLEXOR, Georges **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**, 1. Ed. Rio de Janeiro, 2017.

DA COSTA TAVARES, Maria Goretti. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Acta Geográfica**, v. 2, n. 3, p. 59-83, 2010.

FAVARETO, Arilson et al. Territórios importam–bases conceituais para uma abordagem relacional do desenvolvimento das regiões rurais ou interioranas no Brasil. **Revista Gestão, Inovação e Sustentabilidade**, v. 1, n. 1, p. 14-46, 2015.

GEHLEN, Ivaldo; RIELLA, Alberto. Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável. **Sociologias**, n. 11, p. 20-26, 2004.

GOLDENBERG, M. Construindo o projeto de pesquisa. In GOLDENBERG, M. A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 9. Ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2005. Original: 1997. P 74-77.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Amazônia, amazônias**. 3. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

GRAZIANO DA SILVA, José; STOLCKE, Verena. *A questão agrária*. Trad. E.A. Malagodi; S. Brizolla; J.B.S. Amaral Filho. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 133-163.

GUERRA, G. A. D. **A Amazônia Brasileira e seus Contornos**. Agricultura Familiar: Ruralidade, Território e Política Pública/IICA. Fórum DRS: IICA, 2015. p. 79-84

HÉBETTE, J.; MAGALHÃES, S.B.; MANESCHY, M.C. (Orgs). No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará. Editora Universitária UFPA, 2002.

HURTIENNE, Thomas Peter. **Agricultura familiar na Amazônia Oriental**: uma comparação dos resultados da pesquisa socioeconômica sobre fronteiras agrárias sob condições históricas e agroecológicas diversas. 1999.

IBGE. **Base Cartográfica Continua do Brasil, Escala 1:250.000 - BC250**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. 30 p.

IBGE. Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017 / IBGE, Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro, 2017. 82p.

IBGE/DGC. **Base Cartográfica Contínua do Brasil, 1:250.000 – BC250**: versão 2017. Rio de Janeiro, 2017.

LEA M. Scherl et al. (2006). As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações. IUCN, Gland, Suíça e Cambridge, Reino Unido. viii + 60pp

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence; FALLUH, C. F. Histórias das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. UNESP, 2010.

MDA. **Sistema de Informações Territoriais: Cadernos Territoriais**. CGMA, mai/2015.

Disponível em:

http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_212_Nordeste%20I%20-%20PA.pdf Acesso em 05 de fev. 2019.

MONTEIRO, A. E. G. ASSIS, W. S. VIEIRA, A. C. C. **Impactos Socioambientais da Expansão da Indústria de Cimento no Território Nordeste I – Pará**. In VII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA E VII SIMPÓSIO NACIONAL AGRÁRIA. 2015, Goiânia. Anais. 2015, p 1810.

MONTEIRO, A. E. G. **Governança Territorial e Disputas de Interesse: A criação de Reservas Extrativistas Marinhas no Nordeste Paraense**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Faculdade de Geografia e Cartografia, Universidade Federal do Pará. Belém, 2018. p.104.

MOREIRA, Edma Silva; HÉBETTE, Jean. Metamorfoses de um campesinato nos Baixo Amazonas e Baixo Xingu Paraense. **GODOI, Emilia Pietrafesa de; MENEZES, Marilda Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo. Diversidade do campesinato: expressões e categorias**, v. 1, 2009.

MOREIRA, Eidorfe. **Amazônia: o conceito e a paisagem**. Rio de Janeiro: SPVEA (Serviço de Documentação). Coleção Araújo Lima, 3. 1960.

NOBRE, Antonio Donato. O futuro climático da Amazônia. **Relatório de Avaliação**, 2014.

PENTEADO, A. R. Problema de Colonização e de Uso da Terra na Região Bragantina. **Tese Doutorado (Geografia do Brasil)** – Faculdade De Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo USP, São Paulo. 1967.

PENTEADO, A. R. **Problemas de colonização e uso da terra na Região de Bragantina no Estado do Pará**. Belém: EDUFPA, 1967.

PIRAUX, M. et al. **O futuro incerto da agricultura familiar na Amazônia Brasileira: um desafio para territórios e políticas públicas**. **Agricultura Familiar: Ruralidade, Território e Política Pública/IICA**. Fórum DRS: IICA, 2015. p. 85-92

PIRAUX, Marc. **Dinâmicas territoriais definição e análise. Aplicação no Nordeste do Brasil**. DA SILVA, Aldenôr. G; CAVALCANTI, Josefa, S. B; WANDERLEY, M, Nazareth, B. **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil**. Zarinha Centro de Cultura, João Pessoa, 2009. p. 31-54.

PIRAUX, Marc. **Dinâmicas territoriais definição e análise. Aplicação no Nordeste do Brasil.** DA SILVA, Aldenôr. G; CAVALCANTI, Josefa, S. B; WANDERLEY, M, Nazareth, B. **Diversificação dos espaços rurais e dinâmicas territoriais no Nordeste do Brasil.** Zarinha Centro de Cultura, João Pessoa, 2009. p. 31-54.

PIRAUX, Marc; SOARES, Sombra, D; SIMÕES, Aquiles. **A diversidade socioespacial do território baixo tocantins e impactos na agricultura familiar.** In: SIMÕES, Aquiles; BENASSULY, Matheus. (Org.). **Na várzea e na terra firme: transformações socioambientais e reinvenções camponesas.** Belém: NUMA/UFPA: GEDAF, 2017. p. 77-114.

PLOEG, Jan Douwe van der. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano.** São Paulo, 2016.

POLGE, Etienne; POCCARD-CHAPUIS, René; PIRAUX, Marc. **Territoires émergents d'Amazonie: analyse comparée des dynamiques territoriales dans le Baixo Amazonas et le Nordeste Paraense.** *Confins*, 2015.

RIMISP. Centro Latinoamericano. Rural territorial dynamics: A research-based policy advice and capacity-development program for rural economic growth, social inclusion and sound environmental governance. **Santiago de Chile: Latin American Center for Rural Development**, 2007.

ROCHA, G. D. M., SOARES, D. A. S., & MORAES, S. C. D. (2019). Dinâmicas Territoriais na Zona Costeira do Estado do Pará, Amazônia Brasileira. *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia*, 2019.

SABOURIN, Éric; CARON, Patrick; TONNEAU, Jean-Philippe. Dynamique territoriales et trajectoires de développement local: retour d'expériences dans le Nordeste brésilien. **Cahiers Agricultures**, v. 13, n. 6, p. 539-545 (1), 2004.

SABOURIN, Eric; DA SILVA, Pedro Carlos Gama; CARON, Patrick. Estudo de trajetórias de desenvolvimento: contribuição metodológica para a análise das dinâmicas agrárias. **Embrapa Semiárido-Artigo em periódico indexado (ALICE)**, 1996.

SÁNCHEZ, L. H. **Avaliação de Impacto Ambiental: Conceitos e Métodos.** São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

SANTOS, M. O território e o saber local: algumas categorias de análise. **Cadernos Ippur**, v. 2, p. 15-25, 1999.

SANTOS, Milton; O Retorno do Território. In. SANTOS, M. et al. Território, Globalização e Fragmentação. HUCITEC São Paulo, 1998.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. A relação espaço-tempo e a apreensão do movimento em estudos territoriais. *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, 2005.

SAQUET, Marcos Aurelio. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v. 1, n. 1, 2006.

SCHNEIDER, Sergio et al. **A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas**. Sociologias, v. 6, n. 11, 2004.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. In: Revista de Ciências Sociais. Campina Grande: n. 1 e 2, jan-dez 2004.

SECCHI, Leonardo. *Políticas Públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SILVA, José Graziano. A estrutura agrária do Estado do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD**, n. 87, p. 175-195, 2011.

SOUZA, P. W. M. e. Costa de Manguezais de Macromaré da Amazônia: cenários morfológicos, mapeamento e quantificação de áreas usando dados de sensores remotos. Revista Brasileira de Geofísica, v. 23, n. 4, 2005.

THALÊS, Marcelo; POCCARD-CHAPUIS, René. Dinâmica espaço-temporal das frentes pioneiras no Estado do Pará. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 22, 2014.

THÉRY, Hervé. Situações da Amazônia no Brasil e no continente. **Estudos avançados**, v. 19, n. 53, p. 37-49, 2005.

THÉRY, Hervé; DE MELLO-THERY, Neli Aparecida. Disparidades e dinâmicas territoriais no Brasil. **Revista do Departamento de Geografia**, p. 68-91, 2012.

VALVERDE, Orlando. Metodologia da geografia agrária. **CAMPO-TERRITÓRIO: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 1, 1964.

VALVERDE, Orlando; DIAS, Catharina Vergolino. **A rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional**. Fundação IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia, 1967.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos sociedade e agricultura**, 2003.

ANEXOS

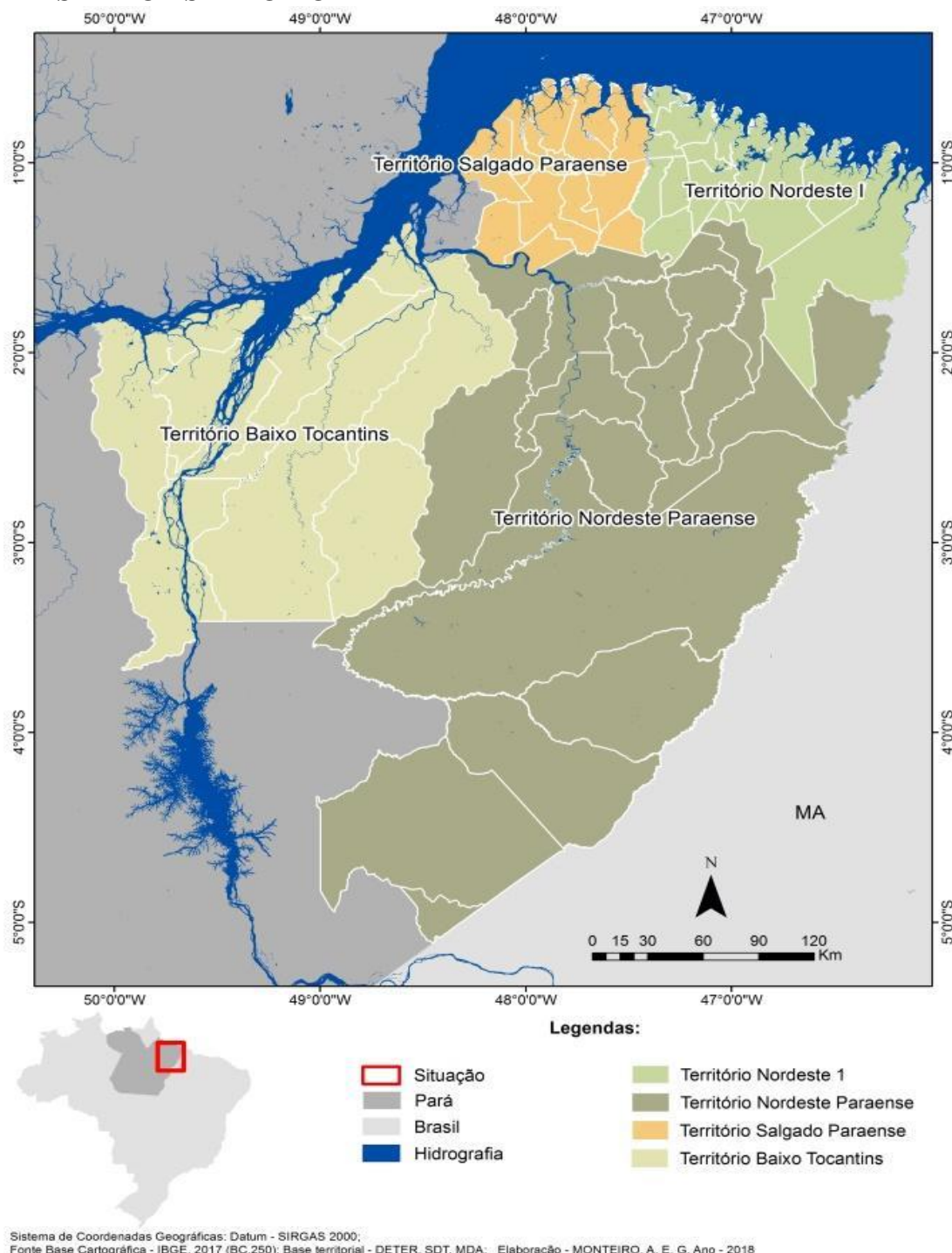
ANEXO A – TABELAS COM A CARACTERIZAÇÃO DAS ZONAS DO TERRITÓRIO NORDESTE PARAENSE

Zones	Couverture du sol	Systèmes d'activités
1a - Terres amérindiennes	Forêt, végétation secondaire, mosaïque d'occupation	<ul style="list-style-type: none"> • Extractivisme, abattis brulis de autosubsistance • Exploitation forestière
1b - Fronts pionniers	Forêt, végétation secondaire, mosaïque d'occupation, Pâturage.	<ul style="list-style-type: none"> • Exploitation forestière • Petite AF avec succession, riz/maïs, manioc, parfois implantation de pâturage. • Elevage Extensif
2 - Gestion forestière et élevage extensif	Forêt et grandes parcelles de pâturage	<ul style="list-style-type: none"> • Exploitation forestière planifiée et légale • Mines • Elevage extensif
3a - Agriculture traditionnelle	Fleuves, végétation secondaire et mosaïque d'occupation	<ul style="list-style-type: none"> • Petite AF avec cycles court abattis-brulis pour le manioc, jardin forestier, et pêche le long des fleuves • Grandes exploitations d'élevages extensifs • Plantation industrielle de palmier à huile
3b - Plantations/SAF	Mosaïque d'occupation, végétation secondaire et pâturage	<ul style="list-style-type: none"> • Systèmes agro-forestier en ligne (poivre- cacao/cupuaçu – banane, açai...) • Plantation industrielle de palmier à huile
4a - Assentamentos	Pâturages	<ul style="list-style-type: none"> • Petite AF d'élevage allaitant et laitier
4b - AF structurée	Mosaïque d'occupation	<ul style="list-style-type: none"> • Petite/moyenne AF avec SC citrus en ligne, piment, manioc, Maïs/haricots et parfois agriculture mécanisée
5 – Agriculture mécanisée et petites exploitations	De la route jusqu'aux extrémités : grand parcellaire de culture mécanisée, végétation secondaire puis forêt avec grands parcellaire en pâturages.	<ul style="list-style-type: none"> • Exploitations patronales de grande cultures mécanisées sur terre louées avec SC riz en première année, puis succession maïs /soja) et plantations forestières. • Exploitation d'élevage extensif sur lot de 2500ha • Petite AF avec élevage laitier ou production de fruit

Fonte: Polge et al. (2015)

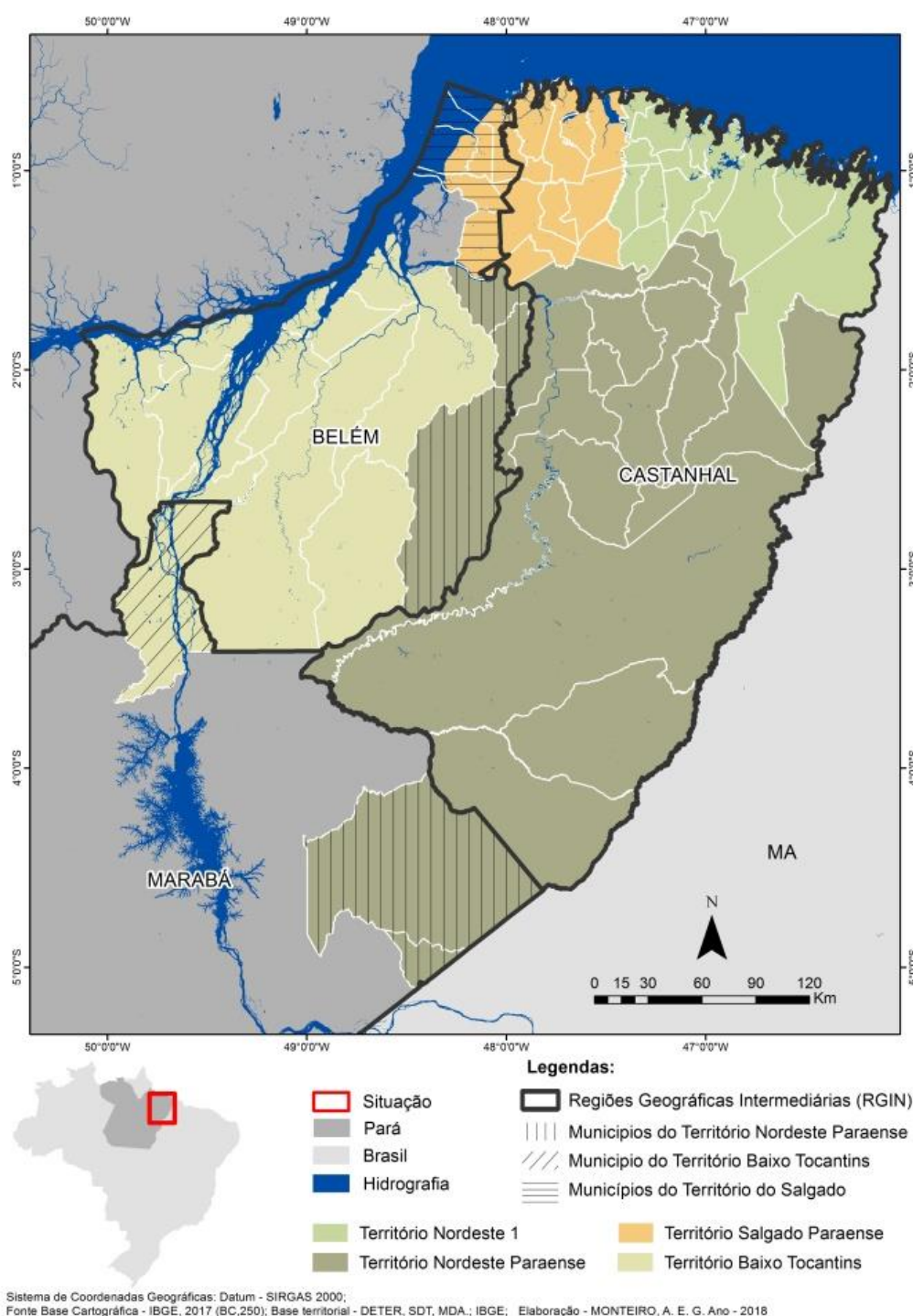
APÊNDICES

APÊNDICE A – MAPA DE DIVISÕES TERRITÓRIOS DADOS DO NORDESTE DO NORDESTE DO ESTADO DO PARÁ



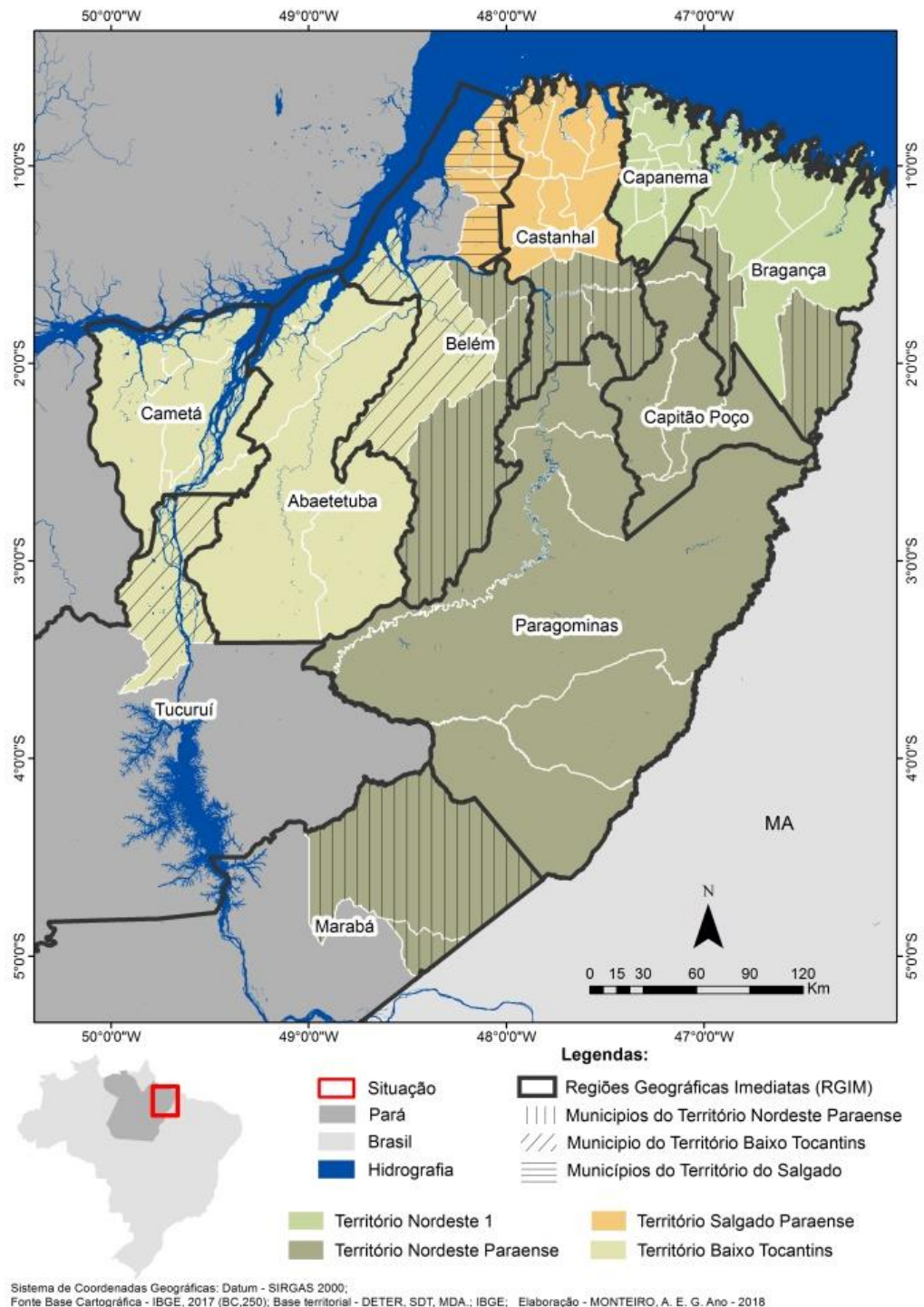
Fonte: Elaboração do autor (2018).

APÊNDICE B – MAPAS DE REGIÕES GEOGRÁFICAS INTERMEDIÁRIAS SOBREPOSTAS NOS TERRITÓRIOS DADOS DO NORDESTE DO ESTADO DO PARÁ



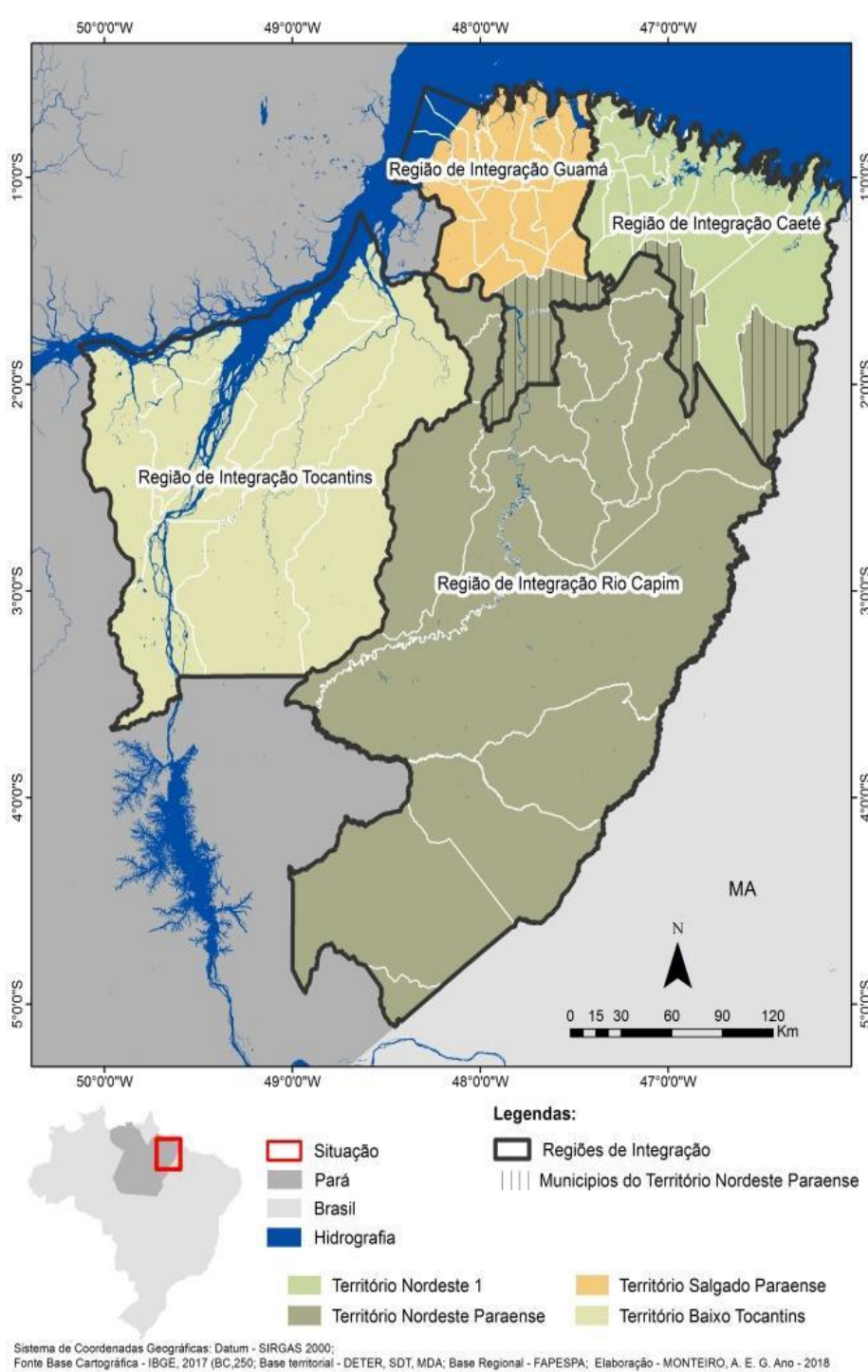
Fonte: Elaboração do autor (2018).

APÊNDICE C – MAPAS DE REGIÕES GEOGRÁFICAS IMEDIATAS SOBREPOSTAS NOS TERRITÓRIOS DADOS DO NORDESTE DO ESTADO DO PARÁ



Fonte: Elaboração do autor (2018).

APÊNDICE D – MAPAS DE REGIÕES DE INTEGRAÇÃO SOBREPOSTAS NOS TERRITÓRIOS DADOS DO NORDESTE PARAENSE



Fonte: Elaboração do autor (2018).

APÊNDICE E – QUADRO SÍNTESE DO MAPEAMENTO PARTICIPATIVO POR ATORES CHAVES DO NORDESTE I

ZONAS	CARACTERÍSTICAS E USO DA TERRA	SISTEMAS DE ATIVIDADES	ESTRUTURA AGRÁRIA E USO DOS RECURSOS NATURAIS	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS	PROBLEMAS	PERSPECTIVAS
<p>1a Ecossistema costeiro - reservas extrativistas</p>	<p>Cobertura vegetal primária; Vegetação de manguezais.</p> <p>Papel estruturante das Reservas Extrativistas com forte relação com ecossistema costeiro de manguezais;</p> <p>Diversidade dos recursos pesqueiros entre as áreas de Unidade de Conservação;</p> <p>Diferentes níveis de exploração do recursos pesqueiro;</p> <p>Maior influência da água doce através dos rios Gurupí e Piriá;</p> <p>Acordos de pesca;</p> <p>Planos de manejo;</p> <p>Concentração de olarias</p> <p>Papel estruturante das prefeituras.</p>	<p>Pesca Industrial; Pesca Artesanal;</p> <p>Comercialização do pescado – relações com o Oiapoque (AP), Salinas e Vigia;</p> <p>Extrativismo do caranguejo:</p> <p>Menor valor comercial e qualidade do caranguejo em Viseu, menor aceitação no mercado.</p> <p>Beneficiamento do caranguejo;</p> <p>Agricultura de subsistência</p> <p>Turismo</p> <p>Concentração de olarias para a produção de tijolos e telhas utilizando a argila</p>	<p>Predominância de áreas de uso comum manguezais</p> <p>Pequenas propriedades</p> <p>Unidades de conservação do tipo Reserva Extrativista</p>	<p>Papel estruturante principal do município de Bragança;</p> <p>Papel estruturante secundário dos municípios de Tracuateua, Augusto Corrêa e Viseu;</p> <p>Assalariados no sistema pesqueiro industrial, principalmente em Bragança.</p>	<p>Degradação ambiental do ecossistema costeiro;</p> <p>Exploração de trabalho dos pescadores por meio do sistema de endividamento;</p> <p>Enfraquecimento dos conselhos gestores das Reservas Extrativistas;</p> <p>Pescadores de outros estados disputam áreas de pesca com pescadores empresariais locais;</p> <p>Tráfico de drogas via rota dos navios pesqueiros e prostituição infantil</p> <p>Problemas de uso de álcool e drogas com tiradores de caranguejo,</p>	<p>Construção de lideranças com perfil local</p> <p>Processo bem sistematizado de formação de lideranças com a juventude na REM de Tracuateua com menos conflitos internos e maior capilaridade</p> <p>Maior nível de organização na REM de Tracuateua</p> <p>Fortalecimento da gestão social das Unidades de Conservação</p> <p>Turismo de base familiar com perspectiva de valorização regional</p>

ZONAS	CARACTERÍSTICAS E USO DA TERRA	SISTEMAS DE ATIVIDADES	ESTRUTURA AGRÁRIA E USO DOS RECURSOS NATURAIS	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS	PROBLEMAS	PERSPECTIVAS
					<p>principalmente no município de Viseu; 63% da população a baixo da linha da pobreza; Condições precárias de acesso a serviços básicos;</p> <p>Pa-458 que liga Bragança à praia de ajuruteua – devastação dos manguezais dificuldades de circulação de água.</p>	
1b Ecossistema costeiro - Primavera, São João de Pirabas e Salinópolis	<p><i>Papel central de Salinópolis no turismo com pressão nos municípios ao entorno;</i></p> <p><i>Incidências de títulos e interesses minerários;</i></p> <p>Cobertura vegetal primária; Vegetação de manguezais;</p> <p>Pesca industrial em São João de Pirabas;</p> <p>Disputa por áreas de</p>	<p>Turismo em Salinópolis</p> <p>Pesca Industrial;</p> <p>Pesca Artesanal;</p> <p>Extrativismo do caranguejo;</p> <p>Beneficiamento do caranguejo;</p> <p>Agricultura de subsistência;</p> <p>Apicultura</p>	<p>Predominância de pequenas propriedades rurais;</p> <p>Áreas de manguezais de uso comum</p>	<p>Diferentes níveis estruturantes dos municípios</p> <p>Lideranças extrativistas com baixa capilaridade de mobilização e articulação.</p>	<p>Baixa mobilidade política;</p> <p>Pressão dos projetos de mineração;</p> <p>Interesses antagônicos para o uso dos recursos naturais;</p> <p>Conflitos por áreas de pesca;</p> <p>Pesca predatória sem controle;</p>	<p>Fortalecimento do turismo de desenvolvimento regional sustentável;</p> <p>Criação de Unidades de Conservação do tipo REM nos municípios da zona.</p> <p>Fortalecimento da cadeia produtiva do mel;</p>

ZONAS	CARACTERÍSTICAS E USO DA TERRA	SISTEMAS DE ATIVIDADES	ESTRUTURA AGRÁRIA E USO DOS RECURSOS NATURAIS	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS	PROBLEMAS	PERSPECTIVAS
	<p>pesca</p> <p>Relação de extrativistas de Quatipuru com REM de Tracuateua;</p> <p>Produção de mel em grande escala no município de São João de Pirabas</p>				<p>Violência;</p> <p>Uso de drogas;</p>	
1c Ecossistema costeiro – Reserva Extrativista de Santarém Novo	<p><i>Aspectos culturais fortemente relacionados às atividades da população extrativista</i></p> <p>Cobertura vegetal primária; Vegetação de manguezais;</p> <p>Papel estruturante das Reservas Extrativistas com forte relação com ecossistema costeiro de manguezais;</p> <p>Extrativismo do caranguejo como principal atividade produtiva;</p>	<p>Diversificado</p> <p>Pesca em alto mar;</p> <p>Pesca artesanal;</p> <p>Extrativismo do caranguejo;</p> <p>e catação da massa de caranguejo</p> <p>Agricultura de subsistência</p> <p>Derruba e queima para a criação de roçados.</p>	<p>Predominância de pequenas propriedades rurais;</p> <p>Áreas de manguezais de uso comum</p> <p>Unidade de conservação</p>	<p>Dependência do ecossistema manguezal como principal meio de trabalho para as comunidades</p>	<p>Falta de fiscalização para pescas consideradas predatórias como o arrasto e a tapagem;</p> <p>Degradação ambiental;</p>	<p>Ampliação da unidade de conservação e aumento no número de beneficiários.</p>
2 Campos naturais	<p>Campos naturais</p> <p>Vegetação</p>	<p>Criação extensiva;</p> <p>Turismo rural;</p>	<p>Pastos de uso comum</p>	<p>Agricultura familiar tradicional;</p>	<p>Introdução de espécies exóticas (camarão da</p>	<p>Regulamento de uso da área de influência da RESEX de</p>

ZONAS	CARACTERÍSTICAS E USO DA TERRA	SISTEMAS DE ATIVIDADES	ESTRUTURA AGRÁRIA E USO DOS RECURSOS NATURAIS	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS	PROBLEMAS	PERSPECTIVAS
	<p>predominante de campos naturais alagados</p> <p>Agricultores pescadores;</p> <p>Lógica de pecuária pelo pasto comum, não há cercados;</p> <p>Nos poços surgidos pela produção das olarias foram inseridas espécies exóticas como o camarão da Malásia</p> <p>Produção bubalina ampla</p>	<p>Pesca do camarão;</p> <p>Olarias para produção de tijolos e telhas;</p> <p>Produção pedra de granito</p>	<p>Pequenas e médias propriedades;</p>	<p>Remanescentes de quilombolas</p>	<p>Malásia) nos poços de retirada de argila para a produção nas olarias, problemas com equilíbrio ambiental;</p> <p>Problema no regulamento de uso das Resex por conta do camarão da Malásia.</p> <p>Degradação ambiental da criação bubalina</p>	<p>Tracuateua.</p> <p>Enfrentar os problemas da incidência de espécies exóticas.</p>
3 Assentamentos	<p><i>Zona periférica com agricultura familiar e pecuária;</i></p> <p><i>Assentamentos rurais (CIDAPAR 01, 02 e 03);</i></p> <p><i>Território Quilombola Paka e Aningal</i></p> <p>Vegetação primária e secundária com predomínio de diferentes tipos de pastagem.</p>	<p>Pecuária extensiva;</p> <p>Exploração florestal;</p> <p>Agricultura familiar pouco diversificada;</p> <p>Agricultura de derruba e queima.</p>	<p>Desconcentrada com pequenos e médios produtores</p> <p>Território quilombola e projeto de assentamento</p>	<p>Enfraquecimento dos produtores rurais por meio da venda e especulação de terras;</p> <p>Papel forte das oligarquias que exercem pressão sobre os assentamentos rurais</p>	<p>Há um aumento de concentração de terras nas áreas de assentamento;</p> <p>Forte pressão dos grandes fazendeiros na aquisição de terras nos assentamentos;</p> <p>Comunidades isoladas nos assentamentos;</p>	<p>Melhor distribuição de terras;</p> <p>Maior organização produtiva dos agricultores assentados remanescentes;</p>

ZONAS	CARACTERÍSTICAS E USO DA TERRA	SISTEMAS DE ATIVIDADES	ESTRUTURA AGRÁRIA E USO DOS RECURSOS NATURAIS	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS	PROBLEMAS	PERSPECTIVAS
	Antiga região de garimpo; Região de conflito agrário e armado na década de 80 (Quintino Lira); Região de exploração de ouro em Cachoeira do Piriá, fronteira com Viséu.				Garimpo ilegal. Ampliação da pecuária	
4 Áreas baixas	<i>Área inapropriada para plantio e roças</i> <i>Exploração de madeira ilegal;</i> Vegetação florestal predominante Poucos fazendeiros;	Extrativismo do açaí Agropecuária Agricultura Familiar	Estrutura produtiva pouco diversificada Desconcentrada Terras pertencentes à oligarquias da região	Diferentes níveis de habitações na zona	Exploração ilegal de madeira e caça.	investimento na potencialização da década produtiva do açaí para as comunidades da zona;
5 Mosaico de Ocupações	Influência da estrada Bragança – Viséu antes da construção da BR Concentração da Agricultura Familiar ligada a proximidade do mar e com atividades extrativistas como a pesca de mariscos;	Farinha de mandioca como primeira maior produção; Segunda maior produção com o feijão caupi; Pesca de mariscos Pluriatividade, alternativa produtiva como forma de subsistência	Estrutura produtiva diversificada com pequenas propriedades de agricultores familiares	Diferentes níveis de regularização fundiária com mais propriedades documentadas na área do Montenegro.	Falta de regularização fundiária; Pressão fundiária das grandes fazendas ao sul da zona; Alto nível de degradação do solo, dificuldades para o plantio devido a agricultura itinerante;	Certificação da produção da farinha; Indicação geográfica da farinha de Bragança e potencialização do tutismo; Melhoria da fertilidade dos solos degradados.

ZONAS	CARACTERÍSTICAS E USO DA TERRA	SISTEMAS DE ATIVIDADES	ESTRUTURA AGRÁRIA E USO DOS RECURSOS NATURAIS	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS	PROBLEMAS	PERSPECTIVAS
	Agricultura voltada para a produção de mandioca				Chegada de herbicidas nas pequenas propriedades;	
6 agropecuária	<p><i>Região ocupada pela agropecuária em grande escala;</i> <i>Predomínio de diferentes tipos de pastagem e vegetação secundária</i></p> <p>Predomínio de diferentes tipos de pastagem e vegetação secundária</p> <p>Região ocupada pela agropecuária em grande escala;</p> <p>Compra de grandes áreas por grandes fazendeiros para monocultivos;</p> <p>Presença de grandes grupos empresariais;</p> <p>Fazendeiros de outros estados compram terras.</p>	<p>Grandes plantações de soja, arroz e maniva.</p> <p>Agropecuária extensiva</p> <p>Agricultura mecanizada</p>	<p>Grandes fazendas;</p> <p>Pequenas propriedades de agricultores familiares próximo à BR-308;</p> <p>Grandes áreas destinadas a pastagem e atividades mecanizadas;</p>	<p>Relação de poder concentrado em grandes oligarquias donas de fazenda;</p> <p>Muitos políticos donos de terra;</p> <p>Processo de concentração de terra forte;</p>	<p>Uso de agrotóxicos nos monocultivos de soja afetam os mananciais do rio piriá, afetando diretamente as comunidades a jusante.</p> <p>Áreas abandonadas da agropecuária devido ao clima desfavorável para ampliação de pastagem. Formação de capoeira e degradação do solo.</p> <p>Êxodo rural</p> <p>Muito difícil a trafegabilidade na BR-308</p>	<p>Finalização do asfaltamento da BR-308 pelo governo federal;</p> <p>Aumento de propriedades com produção de monocultivo da soja;</p> <p>Fiscalização e controle no uso de agrotóxicos;</p>

ZONAS	CARACTERÍSTICAS E USO DA TERRA	SISTEMAS DE ATIVIDADES	ESTRUTURA AGRÁRIA E USO DOS RECURSOS NATURAIS	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS	PROBLEMAS	PERSPECTIVAS
	<p>Pressão sobre a AF</p> <p>Asfaltamento da BR – 308</p> <p>Compra de terras por pessoas de outros Estados;</p> <p>Agropecuária em detrimento da agricultura familiar</p> <p>Agricultura Familiar localizada ao redor da sede do município e Viseu e em no rio</p> <p>Grandes grupos concentram grande parte das terras, como a empresa Merge e Grupo JM.</p>					
7 Santarém Novo, Salinópolis, Pirabas, Primavera, Capanema, Peixe-boi e Nova Timboteua	<p>Papel estruturante de Capanema</p> <p>Pecuária e agricultura familiar regular;</p> <p>Experiências desenvolvidas pela MEATER com agroecologia;</p> <p>Polós de produção de</p>	<p>Pecuária vinculada aos mercados locais;</p> <p>Agricultura bastante diversificada;</p> <p>Produção de feijão caupi em Primavera;</p> <p>Cadeia produtiva do mel</p>	<p>Estrutura produtiva tradicional;</p> <p>Pequenos, médios e grandes proprietários.</p>	<p>Município de Salinópolis com maior densidade demográfica e menor índice de desigualdade social;</p> <p>São João de Pirabas, Primavera e Quatipuru com maior índice de desigualdade social;</p>	<p>Degradação do solo;</p> <p>Uso desenfreado de defensivos agrícolas;</p> <p>Incidência de títulos e interesses minerários;</p> <p>Criminalidade alta;</p> <p>Industria do cimento</p>	<p>Melhoria da infraestrutura viária, principalmente dos ramais para escoamento de produção;</p> <p>Fortalecimento das cooperativas existentes;</p>

ZONAS	CARACTERÍSTICAS E USO DA TERRA	SISTEMAS DE ATIVIDADES	ESTRUTURA AGRÁRIA E USO DOS RECURSOS NATURAIS	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS	PROBLEMAS	PERSPECTIVAS
	<p>hortaliça</p> <p>Pólos de produção de mel em São João de Pirabas;</p> <p>Dinâmicas com a pesca e a piscicultura em Santarém Novo;</p> <p>Capanema e primavera como as principais indústrias para a produção de cimento.</p> <p>Salinópolis polo turístico no mês de julho</p>				com impacto ao meio ambiente;	Acesso à políticas de aquisição de alimentos PAA e PNAE;
8 Dendê Bonito	<p>Vegetação secundária predominante</p> <p>Monocultivo de dendê</p> <p>Exploração de fosfato para a indústria de fertilizantes</p> <p>Vínculo com mercados dinâmicos</p> <p>Assalariamento de agricultores familiares</p>	<p>Estrutura produtiva especializada</p> <p>Principalmente trabalho assalariado</p>	Concentrada com fazendas de produção de dendê	Bonito com menor densidade demográfica;	<p>Pressão sobre a agricultura familiar;</p> <p>Aumento da violência;</p> <p>Exôdo rural em constante crescimento</p>	<p>Concentração fundiária no município por empresas de plantio de dendê.</p> <p>Políticas voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar;</p>

APÊNDICE F – QUADRO SÍNTESE DO MAPEAMENTO PARTICIPATIVO POR ATORES CHAVES DO SALGADO

ZONAS	CARACTERÍSTICAS E USO DA TERRA E DA ÁGUA	SISTEMAS DE ATIVIDADES	SISTEMAS AGRÁRIOS E USO DOS RECURSOS NATURAIS	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS	PROBLEMAS	PERSPECTIVAS
<p>A Ecosistema costeiro – Unidades de Conservação do Mareório</p>	<p>Cobertura vegetal primária; Vegetação de manguezais;</p> <p>Papel estruturante das Unidades de Conservação principalmente as Reservas Extrativistas;</p> <p>Pequenas áreas destinadas ao plantio de roças;</p> <p>Forte relação com o mar;</p>	<p>Sistema de atividade tradicional;</p> <p>Pesca Artesanal;</p> <p>Extrativismo do caranguejo e mariscos</p> <p>Turismo em Áreas de Preservação Ambiental: Algodual – Maiandeuá</p> <p>Extrativismo do caranguejo</p> <p>Extrativismo da mangaba na RDS em Maracanã;</p> <p>Agricultura de subsistência;</p> <p>Apicultura voltada para o mel natural;</p>	<p>Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Campo das Mangabas em Maracanã;</p> <p>Títulos definitivos nas UC para as áreas de pesca;</p> <p>Especialização na produção extrativista, principalmente de mariscos e caranguejo;</p>	<p>Discussões voltadas para os fluxos nas áreas de pesca;</p> <p>Estatuto de gestão das REMs são bastante parecidos;</p> <p>Articulações políticas para recategorização as UC devido a grandes projetos a exemplos de portos;</p> <p>Mobilização voltada para discussões sobre as bacias hidrográficas;</p> <p>.Organização social através dos conselhos deliberativos das UC com participação da sociedade civil e poder público;</p>	<p>Pesca industrial e irregular em alto mar com embarcações de outros estados;</p> <p>Conflitos entre as comunidades das UC por disputa de áreas de extração do caranguejo;</p> <p>Dificuldades de fiscalização nas pescas predatórias;</p> <p>Recategorização das UC para favorecer grandes empresários;</p> <p>Grandes áreas de mangue devastada em São Caetano de Odivelas (SCO);</p> <p>Extração de areia em SCO</p> <p>Lixão – com relação ao sistema de despejo em SCO;</p>	<p>Discussão para trabalhar turismo ecológico de base familiar com perspectiva sustentável de base comunitária e de pesca em Curuçá;</p> <p>Pesquisas de prospecção de petróleo no litoral;</p> <p>Instalação de grandes empreendimentos.</p>

ZONAS	CARACTERÍSTICAS E USO DA TERRA E DA ÁGUA	SISTEMAS DE ATIVIDADES	SISTEMAS AGRÁRIOS E USO DOS RECURSOS NATURAIS	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS	PROBLEMAS	PERSPECTIVAS
B Vigia, Colares, Santo Antônio do Tauá e norte de Santa Izabel do Pará	<p>Papel estruturante dos aglomerados rurais;</p> <p>Papel estruturante da BR -316;</p> <p>Escoamento da produção para a CEASA em Belém;</p> <p>Empresas como a Vale criam loteamentos;</p> <p>Santo Antônio do Tauá como entreposto principal para instalação de empreendimentos empresariais;</p>	<p>Agricultura diversificada em Santo Antônio e Santa Izabel;</p> <p>Grandes hortas;</p> <p>Presença de granjas propriedade de japoneses;</p> <p>Cadeia produtiva da produção da maniva pré-cozida em Santo Antonio do Tauá</p> <p>Agroindústria do dendê;</p> <p>Produção de farinha de osso para produção de fertilizante;</p>	<p>Agricultura Familiar;</p> <p>Pequenas e médias propriedades;</p> <p>Muitos sítios;</p> <p>Produção diversificada;</p> <p>Agropecuária em pequenas fazendas;</p> <p>Áreas de pastagem degradadas ocupadas pelo dendê;</p> <p>Especulação de terras por projetos relacionados ao dendê;</p> <p>Muitos Sítios;</p>	<p>Coalizão social fraca;</p> <p>Atuações pontuais de cooperativas em Vigia e Santo Antônio do Tauá;</p> <p>Associações bem diversificadas;</p>	<p>Uso de drogas nas cidades;</p> <p>Utilização de defensivos agrícolas pelos agricultores;</p> <p>Forte cheiro da produção da Farinha de Osso;</p> <p>Problemas com fertilidade da terra;</p>	<p>Instalação de empresas para produção de biodiesel em Santo Antônio do Tauá;</p> <p>Agroindústria como geração de empregos;</p>
Aa Ilhas e várzeas de Vigia, Colares e Santo Antônio do Tauá	<p>Vegetação de mangue;</p> <p>Mata ciliar ao longo dos cursos d'água</p> <p>Vegetação de mata secundária com porte mais ou menos elevado;</p>	<p>Pesca artesanal;</p> <p>Pesca industrial forte em Vigia;</p> <p>Cadeia produtiva do pescado muito forte em Vigia;</p> <p>Extratativismo vegetal: Açáí,</p>	<p>Territórios Quilombolas em Colares;</p> <p>Sistema diversificado com produção do açáí e pequenas roças em terra firme;</p>	<p>Não há mobilização para encaminhar projeto de criação de uma UC nos municípios de Colares, Vigia e São Caetano de Odivelas;</p> <p>Movimento das</p>	<p>Violência, tráfico de drogas e contrabando pelos rios e mar;</p> <p>Degradação dos manguezais tem aumentado de forma progressiva;</p>	<p>Potencial do extrativismo nas comunidades tradicionais;</p>

ZONAS	CARACTERÍSTICAS E USO DA TERRA E DA ÁGUA	SISTEMAS DE ATIVIDADES	SISTEMAS AGRÁRIOS E USO DOS RECURSOS NATURAIS	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS	PROBLEMAS	PERSPECTIVAS
	<p>com capoeiras e algumas reminiscências de vegetação de cerrado;</p> <p>Papel estruturante dos rios como principal fonte de subsistência das populações tradicionais;</p> <p>Empresas fazem parceria com comunidades tradicionais a exemplo da Natura;</p>	<p>andiroba e priprioca;</p> <p>Extrativismo animal do caranguejo;</p> <p>Utilização da taboca para produção de espetos em Santo Antônio do Tauá;</p>	<p>Bastante extrativismo vegetal;</p> <p>Exploração florestal pelas comunidades tradicionais;</p>	<p>colônias de pescadores enfraquecido;</p> <p>Parceria para o extrativismo vegetal entre empresas e comunidades possibilitando o uso sustentável dos recursos;</p>	<p>Coalização social forte em Santo Antônio do Tauá através de alianças entre empresas e extrativistas;</p>	
C Zona Intermediária Diversificada	<p>Predomínio de vegetação secundária; mosaico de ocupações bastante distribuídos;</p> <p>Forte influência dos rios;</p> <p>Áreas de pastagem menos concentradas;</p> <p>Maior incidência de vegetação secundária</p>	<p>Agricultura de pequeno porte;</p> <p>Sistema tradicional híbrido;</p> <p>Atividades produtivas Diversificadas;</p> <p>Implantação de cultivos de subsistência com</p>	<p>Predominância de pequenas unidades familiares de produção;</p> <p>Agroecossistemas híbridos, que atuam o extrativismo fora do lote;</p>	<p>Criação do comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Marapanim;</p> <p>Mobilização política para construção de megaprojetos como o porto do espartarte;</p>	<p>Uso de agrotóxicos por pequenos agricultores;</p> <p>Problemas relacionados ao uso do agrotóxico nas Reservas Extrativistas;</p> <p>Conflitos relacionados à gestão dos recursos hídricos;</p>	<p>Melhorias em relação à gestão das bacias hidrográficas;</p> <p>Mitigação do uso de agrotóxico nas lavouras</p>

ZONAS	CARACTERÍSTICAS E USO DA TERRA E DA ÁGUA	SISTEMAS DE ATIVIDADES	SISTEMAS AGRÁRIOS E USO DOS RECURSOS NATURAIS	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS	PROBLEMAS	PERSPECTIVAS
		<p>produção de frutas e grãos;</p> <p>Produção animal voltada para pecuária bovina, rebanho de galináceos, aquicultura e produção de mel de abelha;</p> <p>Subprodutos de exploração madeireira: carvão e lenha.</p>			<p>Concentração de terras por grandes fazendeiros;</p> <p>Processo de envelhecimento dos agricultores;</p> <p>Migração dos jovens para as zonas urbanas;</p>	
D Agropecuária extensiva	<p>Papel estruturante do município de Castanhal;</p> <p>Concentração de fazendas, uso do solo para pastagem;</p> <p>Modernização da agricultura mais extensa;</p> <p>Papel estruturante da cidade de Castanhal;</p>	<p>Agricultura familiar empresarial;</p> <p>Roças mecanizadas;</p> <p>Agricultura modernizada;</p> <p>Principais serviços se concentram em Castanhal;</p>	<p>Grandes fazendas e agroindústria;</p> <p>Maior especialização da estrutura produtiva;</p> <p>Uso dos recursos naturais mais concentrados;</p>	<p>Atuação do MST na década de 90 para criar projeto de assentamentos;</p> <p>Organização dos sindicatos rurais;</p> <p>Estrutura do Estado despreparada para mitigar impactos do êxodo rural possibilitando o inchaço urbano;</p>	<p>Muitas áreas degradadas;</p> <p>Concentração da terra;</p> <p>Degradação ambiental dos rios;</p> <p>Processo de ocupação como principal vetor da degradação dos mananciais;</p> <p>Falta de recursos</p>	<p>Chegada da soja</p> <p>Maior especialização e uso dos recursos pela agroindústria e pecuária;</p>

ZONAS	CARACTERÍSTICAS E USO DA TERRA E DA ÁGUA	SISTEMAS DE ATIVIDADES	SISTEMAS AGRÁRIOS E USO DOS RECURSOS NATURAIS	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS	PROBLEMAS	PERSPECTIVAS
	<p>Processo de antropização mais denso;</p> <p>Agricultura Familiar maior em Terra Alta, São Francisco do Pará e Igarapé Açú;</p>			<p>Presença forte do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra;</p> <p>Sindicatos mais voltados na atuação para aposentadoria rural;</p> <p>Forte papel de atuação do SINTEP nas cidades;</p>	<p>hídricos;</p> <p>Agricultores perdem cultivos por falta de água em Igarapé-Açú;</p> <p>Desflorestamento;</p> <p>Uso do agrotóxico;</p> <p>Não há projetos para transição para produção sustentável;</p> <p>Migração da juventude para as cidades influenciando na concentração de terras;</p> <p>Aumento das desigualdades sociais em Castanhal;</p>	
E Zona de influência do rio guamá;	<p>Papel estruturante da cidade de Castanhal;</p> <p>Mananciais mais protegidos e grandes áreas de reservas legais;</p> <p>Forte influência dos</p>	<p>Inhangapi com o plantio do açaí mais forte e também seu extrativismo em áreas de várzea;</p> <p>Produção da</p>	<p>Zona com assentamentos rurais e territórios quilombolas;</p> <p>Estrutura agrária consolidada através</p>	<p>Mobilização voltada para práticas produtivas sustentáveis e recuperação florestal;</p> <p>Fortalecimento da agricultura familiar;</p>	<p>Implantação de monoculturas como o dendê nas áreas de assentamento;</p> <p>Oferecimento de vantagens de</p>	<p>Projetos de reflorestamento;</p> <p>Fortalecimento de práticas produtivas sustentáveis;</p> <p>Indústrias de</p>

ZONAS	CARACTERÍSTICAS E USO DA TERRA E DA ÁGUA	SISTEMAS DE ATIVIDADES	SISTEMAS AGRÁRIOS E USO DOS RECURSOS NATURAIS	CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E POLÍTICAS	PROBLEMAS	PERSPECTIVAS
	<p>rios;</p> <p>Muitos ramais, terras de rodagem;</p> <p>Região com assentamentos da reforma agrária;</p> <p>População tradicional; Papel importante do porto de balsa de inhangapi para escoamento de produção do açaí.</p> <p>Zona com assentamentos rurais e territórios quilombolas;</p>	<p>mandioca, lavoura branca mais próximo da PA 127;</p> <p>Reflorestamento, recuperação de áreas degradadas;</p> <p>Pesca de peixe da água doce em Inhangapi;</p> <p>Horticultura;</p> <p>Apicultura e avicultura</p> <p>Produção de farinha de mandioca e exportação da farinha de tapioca na região de Americano;</p>	<p>dos assentamentos e pequenos agricultores;</p> <p>Fazendas de médio porte;</p>	<p>Apropriação de terras para produção própria das indústrias de beneficiamento;</p> <p>Associações resistentes na compra de terras para outras finalidades;</p> <p>Engajamento político social fraco;</p> <p>Mobilizações mais voltada para aposentadoria;</p>	<p>grandes empresários para se apropriar das terras das comunidades;</p> <p>Dificuldades para reestabelecer o ecossistema florestal;</p> <p>Compra de terras em área de assentamento por empresas;</p>	<p>beneficiamento ligada à produção dos assentamentos;</p> <p>Titulação de propriedades em assentamentos;</p> <p>Consolidação das titulações dos assentados;</p>